

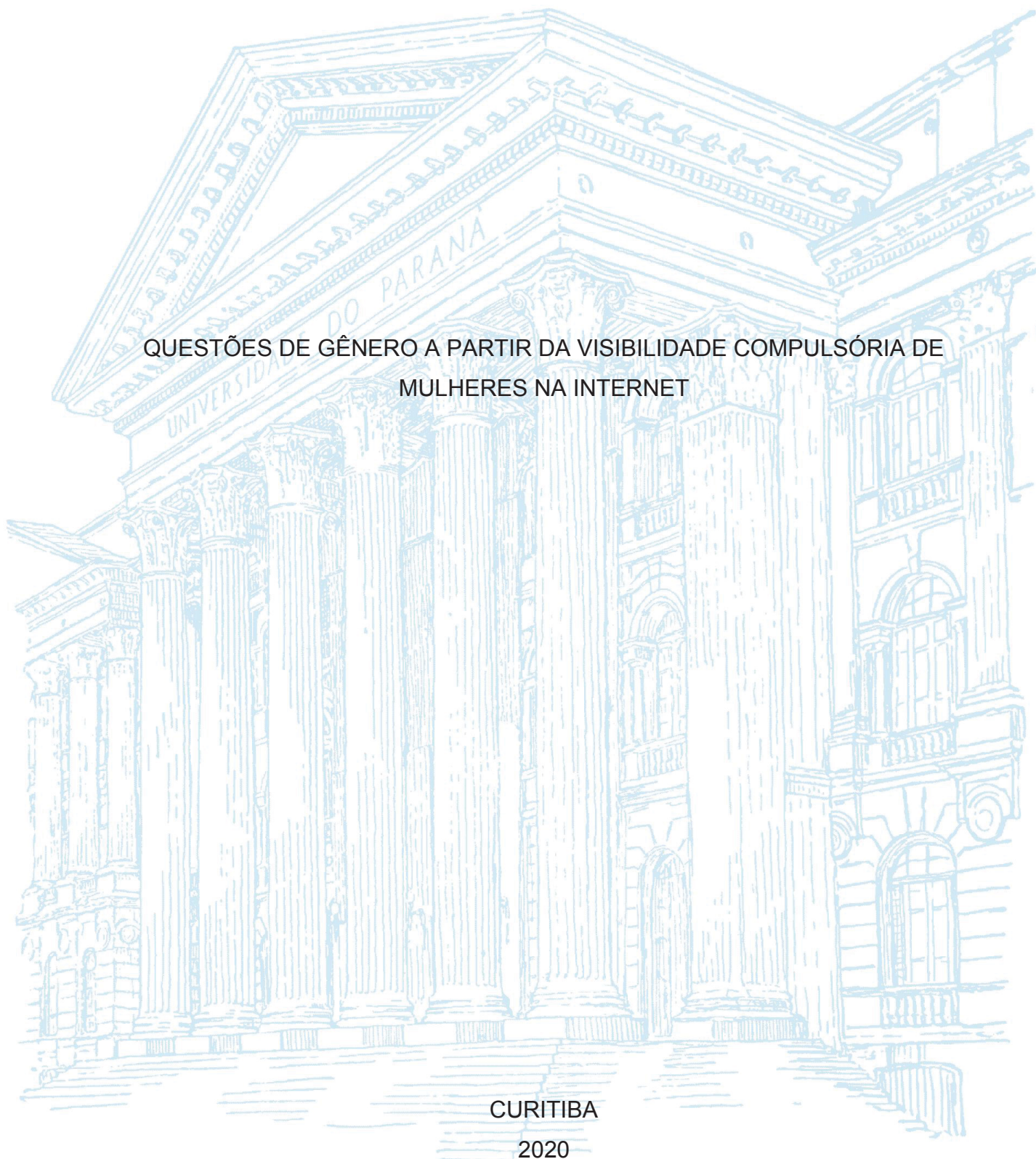
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FLÁVIA WERNER SCHOLZ

QUESTÕES DE GÊNERO A PARTIR DA VISIBILIDADE COMPULSÓRIA DE
MULHERES NA INTERNET

CURITIBA

2020



FLÁVIA WERNER SCHOLZ

QUESTÕES DE GÊNERO A PARTIR DA VISIBILIDADE COMPULSÓRIA DE
MULHERES NA INTERNET

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Adelman

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Scholz, Flávia Werner

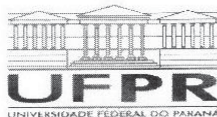
Questões de gênero a partir da visibilidade compulsória de mulheres na internet. / Flávia Werner Scholz. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Profª. Drª. Miriam Adelman

1. Gênero – Mulheres – Aspectos sociais. 2. Sexo na internet. 3. Internet e mulheres. 4. Vídeos para internet. I. Adelman, Miriam, 1955-. II. Título.

CDD – 305.4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FLÁVIA WERNER SCHOLZ**, intitulada: **QUESTÕES DE GÊNERO A PARTIR DA VISIBILIDADE COMPULSÓRIA DE MULHERES NA INTERNET**, sob orientação da Profa. Dra. MERYL ADELMAN, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 06 de Março de 2020.

MERYL ADELMAN
Presidente da Banca Examinadora

ADRIANA TULIO BAGGIO
Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO)

ANELISE MONTAÑES ALCÁNTARA
Avaliador Externo (ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO PARANÁ)

ENEIDA DESIREE SALGADO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

A todas as mulheres.

AGRADECIMENTOS

À Dorotéia, pela vida. Por ter me carregado em seu ventre e seu colo. Por ter tanta certeza de que sou capaz. Pelo olhar otimista que inunda e simplifica. Por me ensinar a persistir e a reinventar. E aqui lembro do que aprendi com as minhas andanças pelo meu amado continente africano... eu só sou porque nós somos, mãe.

Ao Rene, por preencher minha vida com amor e arte desde sempre. Obrigada pela sua dedicação e toda a força. Obrigada pelo apoio e por me ensinar tanto pelo seu exemplo. Sinto muito orgulho de ser sua filha.

À Sylvia, agradeço pela sua existência. Minha vovó querida, te carrego em mim. Sigo por aqui, ainda descalça (me desculpa), mas fazendo o máximo para honrar sua história. Sua vida é exemplo de resiliência e esperança. Dentro de mim transbordam sentimentos que mesclam entre saudades e orgulho. Minhas conquistas são suas. Te amo infinito!

À Zélia, obrigada pela sua existência. Por me ensinar tanto ao longo da minha vida. Ainda pequena te ouvi contando sobre tudo aquilo que teve que enfrentar para poder ler. Nesse tempo - nada distante – no qual mulheres eram apartadas da educação: você leu, escreveu, trabalhou, teceu, viveu. Foi professora e também aluna voltando para a escola para concluir os estudos aos 68 anos. Agora, eu, mulher adulta, te escuto cantando e contando. E eu também canto para você. E conto para você. Coisas sobre sua história, sobre o presente e o passado, coisas sobre nós. Para que juntas a gente não esqueça do que é importante. Te amo.

À minha orientadora Miriam Adelman que desde o início me acolheu, respeitou e compreendeu meus anseios. Certamente eu já era ciente da sorte que havia tido por este encontro. Mas foi em uma conversa qualquer, quando pude me emocionar em sua presença e com suas palavras, que percebi o quanto a experiência de iniciar e concluir um mestrado foi um tanto mais leve devido à sua pessoa. Agradeço profundamente pela oportunidade de ter convivido com uma mulher e pesquisadora tão excepcional quanto você.

À Rose Leonel, pela confiança, pelo carinho e por toda sua coragem. Sem dúvida poder te conhecer foi um dos momentos mais enriquecedores deste processo. Obrigada pela sua força.

Annmarie, thank you so much for your openness and trust in me and my work. It was an honor for me to listen and talk to you during this process. You are an amazing woman. Thank you so much.

À Paula Sibilia pela participação durante minha qualificação e contribuições que marcaram a escrita deste trabalho.

À minha irmã Luciana e meus irmãos Renato e Júlio por serem meus companheiros e minha companheira. Um imenso obrigado também aos meus demais familiares.

À Anelise, que me ajudou a iluminar tantas partes de mim. Obrigada pelo seu trabalho e sua disposição.

À Mirna por toda a ajuda. Pelo incentivo, pelas correções, pela escuta, pela paciência. Por me inspirar sendo mil mulheres em uma.

Ao Marcelo por todo o suporte. Por estar sempre disponível e por me tratar com tanto carinho. Por entender os anseios de um coração viajante e me amparar nas pequenas e grandes coisas.

Aos meus amigos e amigas por preencherem minha vida de alegria e amor. Em especial dedico às minhas amigas mulheres que são uma parte linda da minha existência. Sinto muito orgulho de cada uma de vocês. Agradeço por nossa jornada coletiva.

A família Lazarin em Maringá que me recebeu com um bilhete de boas-vindas na porta, atenção e risadas. Obrigada por me tratarem com tanto carinho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento que possibilitou esta pesquisa.

Agradeço à sociedade brasileira pela educação pública e gratuita que recebi ao longo da minha jornada. Ao Colégio Estadual Professor Elias Abrahão onde concluí o meu ensino fundamental e ao Colégio Estadual do Paraná onde concluí o ensino médio no Técnico de Comunicação e Artes.

E por último à Universidade Federal do Paraná, por ter sido minha casa por tantos anos. Pelo ensino público e gratuito de qualidade que recebi durante o curso de graduação e pós-graduação. Me transformei de tantas maneiras e sou infinitamente grata por todas as oportunidades que tive. Finalizo este trabalho com a esperança de retribuir e tornar esse conhecimento acessível para a sociedade.

*“E eu corro (eu corro)
Pra onde eu não sei (pra onde eu não sei)
Socorro (socorro)
Sou eu dessa vez (sou eu dessa vez)*

*Hoje me peguei fugindo
E era breu, o sol tinindo
Lá vai a marionete
Nada que hoje dê manchete*

(E ainda se escuta)

*A roupa era curta
Ela merecia
O batom vermelho
Porte de vadia
Provoca o decote
Fere fundo o forte
Morte lenta ao ventre forte”*

Mulamba.

RESUMO

A presente dissertação examina a prática da exposição de imagens e vídeos sexuais (com conteúdo explícito ou não) sem o consentimento e seus desdobramentos na sociedade midiaticizada. Como objetivo principal, apresento a disseminação não consensual de conteúdo sexual a partir da narrativa de mulheres que passaram por essa experiência. Com base nessas interlocuções, a presente pesquisa captura como se desenvolve o processo que inicia com a produção inicial desses materiais até o momento em que, após serem divulgados sem autorização, mulheres que passaram por essa experiência decidem incorporar em suas vidas a luta contra a divulgação não autorizada. Nesta dissertação, utilizei das contribuições de Paula Sibilia que possibilitam reflexões acerca dos paradoxos do 'espetáculo do eu' na contemporaneidade. Abordei também, questões relacionadas à reflexividade e agência postuladas por Anthony Giddens. Ademais, se dialoga com Michel Foucault, Maria Filomena Gregori e outras teóricas e teóricos que tensionam questões relacionadas à sexualidade. Além de serem relevantes no sentido de problematizar como as questões de gênero aparecem na 'posta em cena' do sexo. Assim, por meio das reflexões e interlocuções elaboradas, intento apreender como essas mulheres se localizam em meio a este processo que as transforma em vítimas, mas também em agentes, de maneira simultânea.

Palavras-chave: Gênero. Internet. Disseminação não consensual.

ABSTRACT

This dissertation examines the practice of exposing sexual images and videos (with or without explicit content) without consent and its consequences in mediatized society. As a main objective, it looks at non-consensual dissemination of sexual content based on the narrative of women who have gone through this experience. Based on these interlocutions, this research captures this process, beginning with the initial production of when these materials develop, until the moment after being released without authorization, to when women who are victims of this experience decide to incorporate in their lives the fight against unauthorized disclosure. This research uses the contributions from Paula Sibilia that allow reflections on the paradoxes of the 'spectacle of the self' in contemporary times. Issues related to reflexivity and agency postulated by Anthony Giddens are also addressed. Furthermore, it engages with Michel Foucault, Maria Filomena Gregori, and other scholars that contemplate issues related to sexuality. In addition to being relevant in the sense of problematizing the issue of examining how gender is 'put on the scene' of sex. Thus, through reflections and elaborated interlocutions, it seeks to understand how these women are located in the middle of a process that transforms them into victims, but also agents, simultaneously.

Keywords: Gender. Internet. Non-consensual dissemination.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - HOMEM FAZENDO CARETA DIANTE DA PELVE DA GAROTA ESTUPRADA NO RIO DE JANEIRO.....	18
FIGURA 2 - NÚMERO DE ATENDIMENTOS DO SAFERNET POR TÓPICO DA CONVERSA EM 2018.....	24
FIGURA 3 - ROSE LEONEL DURANTE A VOTAÇÃO QUE APROVOU O PROJETO QUE TIPIFICA O CRIME DA DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL DENTRO DA LEI MARIA DA PENHA.....	27
FIGURA 5 - PÁGINA DA MARIAS DA INTERNET NO FACEBOOK.....	49
FIGURA 6 - A PERSONAGEM FICTÍCIA TATI QUE É VÍTIMA DE DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL NO FILME FERRUGEM.	100
FIGURA 7 - PETIÇÃO PELA CRIAÇÃO DA LEI FRAN SANTO.....	102
FIGURA 8 - JULIA REBECA ESCRREVENDO SOBRE OS SEUS SENTIMENTOS APÓS SER VÍTIMA.	103
FIGURA 9 - JULIA REBECA PEDINDO DESCULPAS À FAMÍLIA ANTES DO SUICÍDIO.....	104
FIGURA 10 - PRINTSCREEN DE BUSCA COM O NOME DE JÚLIA REBECA NO GOOGLE.....	105
FIGURA 11 - ÚLTIMA PUBLICAÇÃO DE GIANA LAURA ANTES DE SE SUICIDAR.	106
FIGURA 12 - DOMICÍLIOS DO BRASIL COM TELEFONE CELULAR E COM TELEFONE FIXO.....	107
FIGURA 13 - PRINCIPAIS VIOLAÇÕES QUE OS(AS) INTERNAUTAS BRASILEIROS(AS) PEDEM AJUDA.....	108
FIGURA 14 - PROJETOS APENSADOS NO PROJETO DE LEI Nº 5.555/2013.....	118
FIGURA 15 - JOHN COLLIER, LADY GODIVA, 1897.....	129

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - INFORMAÇÕES DIVULGADAS JUNTAMENTE COM O MATERIAL.....	91
TABELA 2 - TIPOS/MÉTODOS/EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA NA INTERNET.....	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. PRODUÇÃO DE MATERIAIS COM CONTEÚDO SEXUAL: TENSÕES IMINENTES E FRONTEIRAS DIFUSAS	22
2. APRESENTAÇÕES SOBRE O TRAJETO DA PESQUISA: A EXPERIÊNCIA DO CAMPO, MÉTODO E TÉCNICAS	44
3. CAMINHOS FRENTE À DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL	49
3.1 ROSE LEONEL	49
3.2 ANNMARIE CHIARINI	66
4. DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL	80
4.1 PERSPECTIVAS FUNDAMENTAIS	81
4.2 BREVE HISTÓRICO DA DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL NO CONTEXTO INTERNACIONAL	92
4.3 A DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO	98
5. TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO COM RELAÇÃO A DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL	112
5.1 CONTEXTO BRASILEIRO	115
5.2 CONTEXTO INTERNACIONAL	122
6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE MEDIATIZAÇÃO	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	143

INTRODUÇÃO

O presente estudo faz parte do âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Busquei colaborar com o Programa a partir da investigação na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades no eixo temático Gênero, corpo, sexualidade e saúde. Estabeleci como objeto de estudo o fenômeno da exposição não consentida de materiais com conteúdo sexual.

As vítimas dessa prática são compulsoriamente levadas a público quando têm momentos de suas vidas íntimas compartilhadas sem consentimento. Nesse processo, uma grande parcela dessas mulheres opta pelo resgate do anonimato, pela tentativa de reconstruir sua privacidade, além do direito de ser esquecida. Por outro lado, há alguns casos de mulheres vítimas que resolvem contar suas próprias histórias publicamente em uma tentativa de ressignificar as narrativas que lhe foram atribuídas.

Assim, a principal questão que permeia essa pesquisa é: como se dá esse processo que vai desde a produção inicial de imagens e vídeos até o momento em que, em alguns casos, mulheres que passam por essa experiência decidem se manifestar publicamente?. Desse modo, como objetivo principal busco analisar o fenômeno da exposição não consentida de conteúdo sexual procurando compreender como mulheres vítimas localizam-se em meio ao conflito, de maneira a tentar apreender quais narrativas permeiam este processo que as transforma em vítimas, mas também em agentes, de maneira simultânea. Também apresento como as particularidades desses novos tipos de subjetividade contemporânea, abordadas principalmente pela pesquisadora Paula Sibilia, permeiam esses processos e aparecem na experiência das interlocutoras selecionadas.

É certo que tanto homens, quanto mulheres produzem e compartilham imagens e vídeos com conteúdo sexual. Sendo a divulgação desses materiais sem autorização não restrita somente a um gênero. Por isso, é importante destacar que esta pesquisa focaliza na experiência de mulheres adultas que foram vítimas de disseminação não consensual.

Essa escolha se deve, principalmente, pelo fato de as mulheres serem o grupo mais afetado com a disseminação não autorizada de conteúdo sexual e com as consequências da divulgação. Sobre a faixa etária, o recorte feito se deve à possibilidade de discutir o processo de produção e envio de tais materiais. Se o objetivo fosse estudar a amostra adolescente uma série de outras problemáticas deveriam ser contempladas mudando o caráter da pesquisa.

Destaco que, para o desenvolvimento deste estudo foram utilizados dois materiais distintos de análise. São eles: dados recolhidos a partir de sites oficiais de governos, sites de organizações nacionais e internacionais, blogs, sites, jornais, vídeos, programas de televisão, dissertações e teses. E entrevistas semiestruturadas realizadas com as interlocutoras Rose Leonel, Annmarie Chiarini e Karine Benassi.

Com relação aos objetivos específicos, no primeiro pretendo apresentar as tensões presentes entre a produção de materiais com conteúdo sexual como uma manifestação erótica até o momento em que este material é tirado de seu contexto transformando-se em violência, buscando refletir como exposição sexual não consentida se relaciona a opressão e controle dos corpos e da sexualidade feminina.

No segundo objetivo específico apresento a prática de maneira mais detalhada. Delineei um histórico da incidência da disseminação não consensual de conteúdo sexual, demonstrando casos de destaque no contexto mundial e brasileiro que pautaram a discussão na agenda pública e influenciaram a criminalização da disseminação não consensual de conteúdo sexual.

Já o terceiro objetivo envolve a discussão sobre a potencialização do fenômeno a partir do uso das novas mídias e a reflexão sobre o processo de mediatização e sobre os paradoxos do 'espetáculo do eu' na contemporaneidade.

Por fim, verifico a hipótese de que levar a público a violência sofrida pode ser considerada uma forma de enfrentamento da prática da exposição sexual não consentida de conteúdo sexual.

Para fazer essa apresentação sobre o tema, considero importante mencionar as razões que me levam a essas discussões. O primeiro contato que tive com a disseminação não consensual de materiais com conteúdo sexual se deu a partir de um caso ocorrido no ano de 2009 no Colégio Estadual do Paraná, maior escola pública do estado do Paraná, onde cursei o ensino médio técnico em Comunicação e Artes.

Quando estava no 2º ano do ensino médio, na época com 15 anos, presenciei uma situação bastante marcante que viria a influenciar meu percurso pessoal e teórico. Ao adentrar nas instalações do Colégio, uma cena que vivenciei e nunca esqueci: inúmeras rodas formadas por estudantes rindo, falando alto e assistindo vídeos em seus celulares.

Não demorou muito para que narrassem o conteúdo do material: três estudantes fazendo sexo em um dos banheiros da instituição. Aos 13 anos de idade, dois alunos e uma aluna matriculados no recém-implantado ensino fundamental saíram da sala de aula para ter relações na toalete. Um dos meninos filmou a ação e divulgou para outros colegas. Em 2009, ainda não

se utilizava aplicativos de trocas de mensagens instantâneas, mas isso não foi fator impeditivo para que o vídeo circulasse em alta velocidade entre os estudantes. Via *bluetooth*¹ ou via roda de amigos para assistir no celular de quem possuísse o vídeo, o conteúdo foi se disseminando e em poucas horas a identidade dos protagonistas já havia sido revelada.

Fiquei bastante incomodada ao longo do dia com todo aquele alvoroço e, principalmente, com o modo como as pessoas estavam se referindo à garota que aparecia no material. De certa maneira, pelo discurso condenatório proveniente dos demais estudantes aparentava que ela sozinha havia provocado toda a situação. Mesmo sendo pressionada por colegas, me recusei a assistir à gravação. Um sentimento de solidariedade e compaixão pela menina tomou conta de mim. Não recorro de ouvir ou ler nas redes sociais que os estudantes homens eram oferecidos, safados, vagabundos, fáceis, indignos. A garota, por sua vez, foi rechaçada e exposta a piadas e ofensas, ilustrando a diferença de tratamento entre os gêneros, algo que me perturbou, mas eu ainda não sabia identificar ou nomear.

O caso foi divulgado em jornais locais e discutido não só no próprio Colégio Estadual, como também em outras instituições de ensino da rede pública e privada. O problema entrou na agenda curitibana e paranaense por um período breve, ainda que de maneira bastante superficial. Depois do ocorrido, os alunos foram afastados e o caso ficou sob os cuidados da Delegacia da Criança e do Adolescente. A direção do Colégio optou por tentar abafar o assunto, perdendo a oportunidade de debater importantes questões com a comunidade escolar.

Alguns anos mais tarde quando iniciei minha graduação no curso de Comunicação Social, habilitação Relações Públicas, tive acesso à obra de Simone de Beauvoir “O Segundo Sexo” (1967) que lançou luz sobre a minha própria condição, existência e experiência como mulher.

Foi nessa época que voltei a refletir sobre esse acontecimento, sendo dentro da Universidade Federal do Paraná que tive o primeiro contato formal com as discussões de gênero. Minhas colegas de faculdade estavam tão eufóricas quanto eu, também imersas nesse processo de “descobrimento” dos feminismos. Participando de rodas de discussão, alguns cursos com a temática de gênero, profícuos debates e leituras, muitos sentimentos e pensamentos que me acompanharam durante a vida toda foram ficando mais evidentes e mais fortes.

Novas maneiras de pensar minha própria experiência foram surgindo e certamente o

¹ *Bluetooth* é uma tecnologia de comunicação que possibilita a troca de dados e arquivos entre celulares, computadores, scanners entre outros eletrônicos.

maior contato com a multiplicidade de injustiças das quais as mulheres são submetidas foram responsáveis por alargar o meu desejo de lutar por condições melhores. Sendo a partir desse processo que me “descobri” ou me “tornei” feminista. Foi quando a lembrança da empatia que senti em relação à adolescente vítima de disseminação não consentida do Colégio Estadual do Paraná voltou à minha mente. Entendo que meu incômodo na época nada mais era que uma expressão do feminismo que já estava latente em mim.

Com o tempo, oportunidade e acesso à informação foi possível transformar a indignação que senti em uma pesquisa na qual me debrucei teoricamente sobre o tema. Na primeira vez que parei para refletir sobre qual seria o objeto de pesquisa de meu trabalho de conclusão de curso a prática da violência de gênero na internet foi a primeira temática que me veio à tona.

Compreendo que a decisão veio também como fruto das minhas formações em Relações Públicas e Relações Internacionais que me forneceram importantes instrumentos teóricos para pensar os casos de disseminação não consensual que apareciam na mídia brasileira e internacional. Também ao notar os revérberos sobre o uso da tecnologia na criação e intensificação de práticas de violência de gênero, a vontade de pesquisar sobre a temática foi ficando cada vez mais intensa.

Entendi por fim, que não conseguiria escapar da incumbência de usar de minhas ferramentas para explanar sobre um fenômeno que se intensificou ainda mais nos últimos anos. Foi assim que apresentei minha monografia no ano de 2016 cujo título é “Qual nudez será castigada? Comunicação de resistência no enfrentamento à pornografia não consensual” onde discorro sobre o fenômeno apresentando à comunicação contra hegemônica como uma possível forma de enfrentamento à violência.

Daí, para a escrita do pré-projeto de mestrado em Sociologia, resgatei muito dos anseios e lacunas que ficaram em aberto na escrita deste primeiro trabalho e espero saná-los ao longo do processo, ainda que a própria Sociologia já seja um desafio e tanto para mim. Desbravar essa temática e me apropriar de uma área que não é minha primeira formação tem sido um caminho repleto de aprendizados.

Entendo que a relevância dessa pesquisa se justifica em face aos dados alarmantes de violência de gênero no contexto brasileiro - e internacional - que serão apresentados ao longo do trabalho. Observa-se que a mulher que se torna uma vítima fatal, muitas vezes já foi vítima de uma série de outras formas de violências de gênero como a violência psicológica, física, sexual, patrimonial, entre outras.

Assim, a partir do presente estudo busco demonstrar que a violência pode se manifestar

de diferentes maneiras e que quando se materializa faz parte de um processo que perpassa por todos os âmbitos da sociedade e têm seus alicerces na desumanização das mulheres. Sendo uma dessas violências, a exposição não consentida de materiais com conteúdo sexual.

Os dispêndios dessa prática são diversos e podem ser sociais, psicológicos, financeiros e físicos. Em 2013, duas adolescentes se suicidaram após a divulgação de materiais com conteúdo sexual, sendo logo após estes acontecimentos que o fenômeno começou a ser objeto de discussão mais ampla no Brasil.

Três anos depois a disseminação não consensual virou pauta novamente em âmbito nacional. No mês de maio de 2016, um rapaz que vivia na cidade do Rio de Janeiro, disponibilizou um vídeo em sua conta no *Twitter* cujo conteúdo era a gravação de uma moça nua, violentada e desacordada, que havia acabado de ser estuprada por mais de 30 homens. O caso repercutiu por todo o país pela brutalidade do ocorrido. O usuário @michelbrazil7 disponibilizou o material com comentários como: “fizeram um túnel na mina, mais de 30”, “amassaram a mina” referenciando o estupro coletivo que a garota foi vítima².

FIGURA 1:HOMEM FAZENDO CARETA DIANTE DA PELVE DA GAROTA ESTUPRADA NO RIO DE JANEIRO.

² Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/26/politica/1464275134_153470.html>. Acesso em 09 mar. 2019.



Fonte: <https://bit.ly/2Wdva8H>

Desse modo, em face da gravidade do problema se faz imprescindível investigar e analisar a questão da exposição sexual não consentida, de maneira que o estudo possa auxiliar para maior entendimento da prática. Espero, portanto, que esta pesquisa ao iluminar os caminhos trilhados pelas interlocutoras, possa oferecer um panorama sobre a situação da exposição não consentida.

No que tange a metodologia, a pesquisa tem o caráter qualitativo e vale como método de procedimento o estudo de caso, utilizando de uma pesquisa bibliográfica e documental. Foi realizada uma pesquisa exploratória e revisão de literatura a fontes que trabalham as áreas temáticas do trabalho: gênero, sexualidade e internet. Além de entrevistas semiestruturadas com mulheres sobreviventes da disseminação não consentida que optaram por levar a público suas histórias. Também foi realizada uma entrevista semiestrutura com a interlocutora Karine Benassi, advogada da ONG Marias da Internet.

Destaco também que a presente pesquisa é comprometida não só com a teoria, mas também, com a prática feminista.

O trabalho se divide na introdução e mais seis capítulos. Na parte introdutória apresento o problema, objetivo geral e específicos. Além de detalhar os caminhos que me levaram a escolher a temática.

No primeiro capítulo, a partir de contribuições de teóricos como Anthony Giddens, Michel Foucault e teóricas como Gayle Rubin, Carole Vance, Teresa de Lauretis são discutidas questões relacionadas à produção de materiais íntimos entendidas como possíveis manifestações eróticas. Apresento o conceito de agência e as transformações que a sociedade vem passando. Discuto também as tensões que permeiam estes processos e as problemáticas que surgem quando estes elementos são retirados de seu contexto para serem utilizados como instrumentos de violência.

No segundo capítulo do trabalho busco fazer uma apresentação sobre a experiência do campo, método e técnicas. Descrever os anseios, dúvidas, encontros e desencontros que tive durante o processo. Nessa parte, espero deixar evidente ao leitor a metodologia empregada e os motivos que embasaram minhas escolhas e percurso teórico.

No capítulo terceiro, me debruço sobre os casos escolhidos. Descrevo as histórias das minhas interlocutoras tendo como base as entrevistas que realizadas. Discuto a noção de vítima/agente e a maneira como essas mulheres enxergam a si próprias. Abordo como foi o processo posterior à divulgação e os caminhos que levaram as interlocutoras Rose Leonel e Annmarie Chiarini a optar pela exposição como forma de enfrentamento da violência sofrida.

Apresento o fenômeno de disseminação não consensual de conteúdo sexual no quarto capítulo. Pontuo algumas perspectivas fundamentais para conhecimento e aprofundamento do fenômeno. Discorro sobre o histórico da prática no contexto internacional, com ênfase para o contexto dos Estados Unidos, para então descrever sobre sua incidência no cenário brasileiro. Essa escolha se deve, principalmente, pelo local de onde as interlocutoras são provenientes.

No quinto, busco apresentar como a disseminação não consensual é tratada dentro do âmbito do Direito. A escolha teórica por discutir o âmbito de Direito, ainda que de maneira mais breve, se deve ao fato deste ter sido o campo que surgiu com mais proeminência nas entrevistas tanto com Rose, quanto Annmarie. Ambas compartilharam da experiência de serem vitimadas quando ainda não havia uma legislação que as protegesse. Assim, nesta etapa apresento como a disseminação não consensual é entendida e tratada na legislação de países estrangeiros e sobre o processo até a ação ser enquadrada como crime na legislação brasileira.

Caminhando para o fim, no sexto capítulo discuto a mediatização da sociedade e como as formas de se relacionar tem se alterado. Permito-me refletir sobre o desencadeamento e potencialização da violência de gênero na internet a partir dessas transformações. Pontuo as contribuições da pesquisadora Paula Sibilia que nos auxiliam a compreender os paradoxos do 'espetáculo do eu' na contemporaneidade.

Como já mencionado, a partir da narrativa dessas mulheres pretendo compreender como se dá esse processo inicial de produção desses materiais até a divulgação dos mesmos. A partir dos capítulos apresentados, busca-se entender se a publicização da violência que sofreram pode ser considerada como um possível processo de enfrentamento da disseminação não consensual de material com conteúdo sexual.

Por fim, minhas últimas considerações e as referências utilizadas nesta dissertação.

1. PRODUÇÃO DE MATERIAIS COM CONTEÚDO SEXUAL: TENSÕES IMINENTES E FRONTEIRAS DIFUSAS

Os episódios de disseminação não consensual de conteúdo sexual refletem os efeitos corrosivos de uma violência que transcende os limites de tempo e espaço e é capaz de deixar marcas profundas. A divulgação indevida de fotos nuas ou de cenas sexuais têm trazido à tona as diversas tensões que permeiam o corpo nu e o exercício da sexualidade.

Para iniciar, é importante ressaltar que de acordo com a “Declaração para a Eliminação da Violência Contra Mulheres” disponibilizada pela Organização das Nações Unidas³, a violência de gênero pode ser considerada “qualquer ato violento baseado no gênero que resulte em, ou é passível de resultar em danos ou sofrimento físico, sexual ou psicológico”. Assim, deve-se lembrar que a violência de gênero é expressa em diversas maneiras e que a disseminação não consensual se configura por ser mais uma de suas manifestações.

No Brasil, o “Atlas da Violência 2019” aponta que houve um aumento dos homicídios femininos no ano de 2017, foram cerca de 13 assassinatos por dia no país. No total, foram registradas 4.936 mortes de mulheres, caracterizando o maior número desde o ano de 2007⁴.

Destaco os dados recolhidos pelo IPEA que ilustram a desigualdade racial no Brasil a partir da comparação entre mulheres negras e não negras vítimas de homicídio. A taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. É importante ressaltar que em números absolutos a diferença é ainda mais discrepante, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%⁵.

Com relação à violência sexual, segundo o Mapa da Violência de Gênero⁶, somente no ano 2017, o Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) recebeu 26.835 registros de estupros em todo o país, o que equivale a 73 estupros registrados a cada dia daquele ano.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Datafolha⁷ em 2018 uma parcela de 42% das brasileiras com 16 anos ou mais declara já ter sido vítima de assédio sexual. Considerando

³ Organização das Nações Unidas. Strategies for confronting domestic violence: a resource manual. Nova York, 1993. Disponível em: Acesso em: 20 de abril 2019.

⁴ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/12/atlas-2019> Acesso: 28 nov. 2019.

⁵ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/12/atlas-2019> Acesso: 28 nov. 2019.

⁶ Disponível em: http://www.generonumero.media/mapa-da-violencia-de-genero-mulheres-67-agressao-fisica/?fbclid=IwAR2pSI0UY6rrQY5Yhcl9kkwyhYHBQnpfgyv-_wMrWpp4s7RjVbhcuwDri24 Acesso em: 22 jul. 2019.

⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2OcrdlC> Acesso em: 22 jul. 2019.

as formas consultadas, as formas mais comuns são o assédio nas ruas e no transporte público. Ainda neste mesmo relatório⁸, é possível observar que nas ruas, uma em cada três brasileiras adultas (29%) declara já ter sofrido assédio sexual, sendo que 25% que sofreram assédio verbal, e 3%, físico, além daquelas que sofreram ambos. O assédio em transporte público foi relatado por 22%, com incidência similar entre assédio físico (11%) e verbal (8%).

Outra pesquisa que revela dados preocupantes intitula-se “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”⁹, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto Datafolha com o apoio do Instituto Avon e do Governo do Canadá, revelam que quase 30% das mulheres entrevistadas, com 16 anos ou mais, disseram ter sofrido algum tipo de violência (verbal, física ou psicológica) nos 12 meses anteriores à entrevista. Chama a atenção que as ofensas verbais (humilhação, xingamento e insulto) sozinhas foram responsáveis por quase um quarto das violências sofridas pelas mulheres.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹⁰ estima que ao menos 16,1 milhões de brasileiras tenham sofrido algum tipo de violência no período de um ano, mas o número pode chegar a 19,9 milhões. A maior incidência de agressão se manifestou com a maior frequência entre as mulheres negras (31%); seguidas pelas brancas, com índice de 25%.

Os dados mostram que a cultura violenta e de discriminação contra a mulher tem feito cada vez mais vítimas. É importante destacar que violência pode se manifestar de diversas maneiras e circunstâncias. Podemos pensar na violência psicológica, violência sexual, violência econômica, violência no trabalho, violência física - até quando chega a seu extremo - levando mulheres a óbito.

Essas informações demonstram que a violência quando se materializa não é algo pontual ou isolado, pelo contrário, faz parte de um processo que abrange diversos âmbitos da sociedade e que ocorre por meio dos mais variados dispositivos.

Nesse sentido, a violência contra a mulher perpassa pelos mais diversos ambientes: dos lares até as redes. Sobre a prática da violência de gênero na internet, atenta-se que a cada dia são constatados mais e mais casos de mulheres expostas sem consentimento. Um diagnóstico que reflete as nuances de uma realidade cruel: a internet também não tem sido um espaço seguro para o contingente feminino.

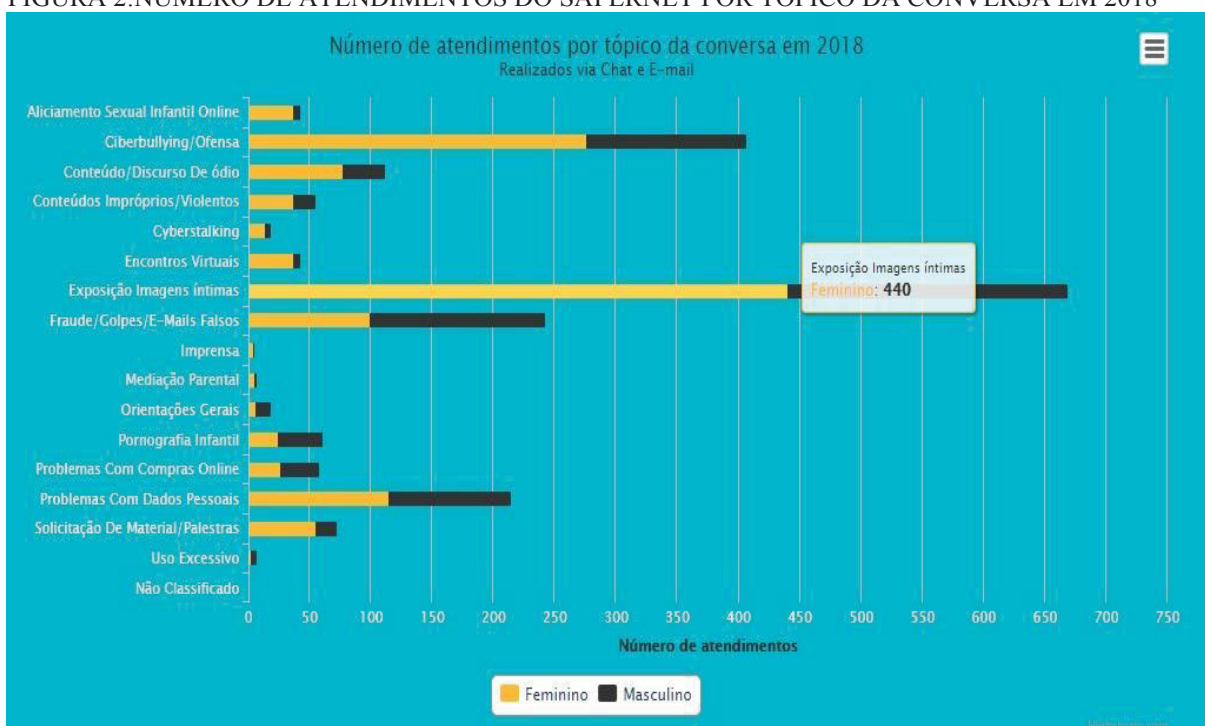
⁸Disponível em: <https://bit.ly/2OcrdlC> Acesso em: 22 jul. 2019.

⁹Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2deg-edicao> Acesso em: 12 fev. 2020.

¹⁰Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf Acesso em: 12 fev. 2020.

Para entender esse cenário de potencialização da disseminação não consensual destacam-se dados da pesquisa elaborada pela *Safernet* Brasil¹¹ que apresenta que os casos de disseminação não consensual de conteúdo sexual dobraram no ano de 2013. As denúncias aumentaram em 110% e entre os atendidos 77% das vítimas eram mulheres entre os anos de 2012 e 2013¹². Ainda segundo o *Safernet*, no ano de 2018 foram computados 440 atendimentos para mulheres no que tange a exposição de materiais com conteúdo sexual. Para homens foram realizados 229 atendimentos.

FIGURA 2: NÚMERO DE ATENDIMENTOS DO SAFERNET POR TÓPICO DA CONVERSA EM 2018



Fonte: <https://helpline.org.br/indicadores/>

Embora as vítimas não sejam exclusivamente pertencentes ao gênero feminino, o enfoque desta pesquisa é sobre a experiência de mulheres. Principalmente pela constatação de que o contingente feminino representa a maior parcela afetada, pelas maneiras como as consequências da exposição não consensual se desenrolam na vida das vítimas e pela

¹¹ Neste contexto, destaca-se a atuação da *SaferNet* Brasil¹¹. A *SaferNet* é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que reúne cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em Direito cuja atuação é se baseia na defesa e promoção dos Direitos Humanos na Internet. Sendo uma referência no campo de investigação de crimes cibernéticos.

¹² Disponível em: <https://wordpress.com/2014/05/05/vitimas-de-revenge-porn-aumentaram-110-segundosafernet/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

possibilidade de identificar que sua incidência está intrinsecamente ligada à discriminação de gênero que as mulheres sofrem.

Busco refletir sobre tais questões a partir da trajetória das interlocutoras. Apresento o perfil de Rose Leonel, Annmarie Chiarini e Karine Benassi para no próximo capítulo descrever os caminhos que tornaram possíveis estes encontros. É importante destacar que as entrevistadas são mulheres brancas, de classe média e com formação de ensino superior.

Demarco essa informação logo no início pois, tanto Rose, quanto Annmarie decidiram falar publicamente sobre o ocorrido e tiveram acesso não só a informação, mas também ao trabalho de pessoas da área do Direito e da Psicologia para as auxiliarem durante os processos que passaram.

É importante lembrar que este estudo não objetiva justificar ou explicar o comportamento ou os caminhos que ambas as interlocutoras (ou outras sobreviventes) tiveram ou traçaram. Não objetiva também eleger uma forma de lidar com a disseminação não consensual de conteúdo sexual como sendo a “melhor forma ou a “forma correta”. Não há melhor forma ou uma forma correta. Cada caso possui suas próprias particularidades e cada pessoa advém de um contexto diferente e reage de uma maneira.

Entretanto, é sim possível e se deve questionar, se essas mulheres fossem negras, os resultados obtidos com as lutas que travaram na justiça ou a recepção das suas histórias pela mídia e população em geral, seriam as mesmas? Devido ao racismo intrínseco à sociedade, é certo que seria muito mais dificultoso.

E ainda, outras dificuldades são agregadas a tais experiências se mulheres vítimas não tiverem condições financeiras ou vínculo afetivos fortes o suficiente para assegurar alguma qualidade de vida quando as consequências avançam e destroem seus contratos de trabalho e/ou laços sociais. O recorte de raça, classe e escolaridade é importante neste contexto, pois é definitivo em muitos dos desfechos de mulheres vítimas.

Quando se é discriminado pela cor de sua pele, quando há carência no acesso à informação, ausência de apoio psicológico e insuficiência de aporte financeiro fica ainda mais difícil atravessar um trauma dessa magnitude.

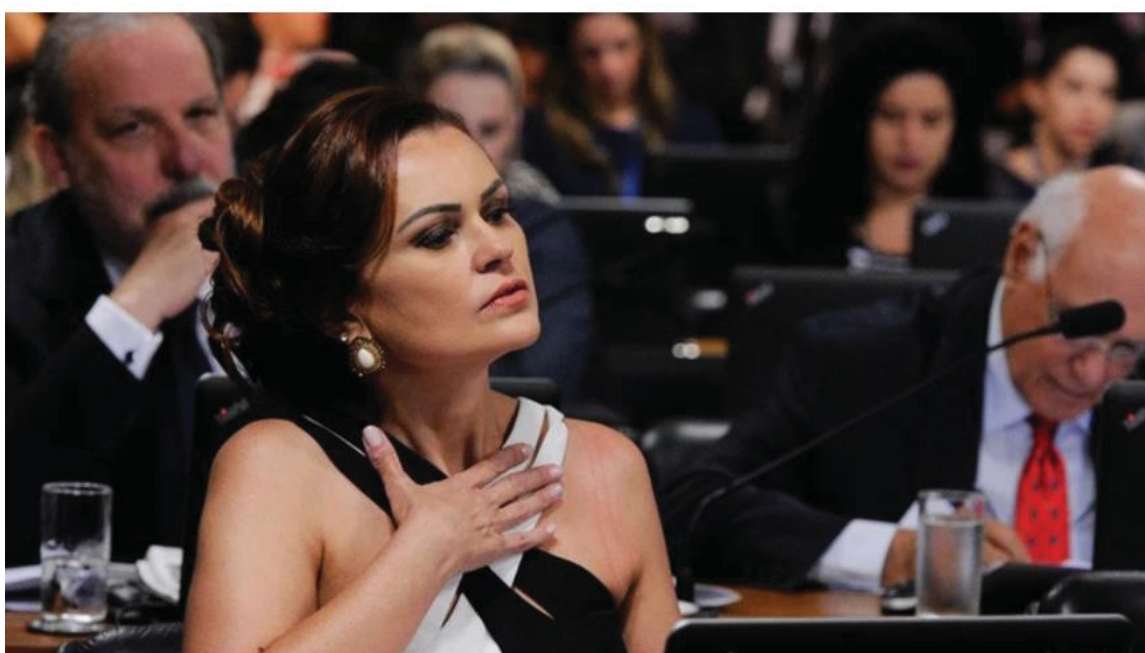
Para dar continuidade, neste momento, início apresentando a interlocutora Rose Leonel. Rose é uma mulher brasileira, formada em Jornalismo e estudante de Direito, residente da cidade de Maringá, localizada no estado do Paraná. Rose teve fotos expostas por seu ex-companheiro quando decidiu terminar um relacionamento no ano de 2006.

A segunda interlocutora é Annmarie Chiarini, uma mulher norte-americana, residente

do estado de Maryland e professora em uma Faculdade Comunitária. No ano de 2010, teve imagens em que aparecia nua leiloadas na plataforma Ebay por seu ex-companheiro. Ainda trabalho com uma terceira interlocutora chamada Karine Benassi que realiza um trabalho direto com vítimas da disseminação não consentida de materiais sexuais.

A seguir imagens de Rose e Annamarie, respectivamente, em momentos distintos da luta que empreenderam após tais eventos:

FIGURA 3: ROSE LEONEL DURANTE A VOTAÇÃO QUE APROVOU O PROJETO QUE TIPIFICA O CRIME DA DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL DENTRO DA LEI MARIA DA PENHA.



Fonte: https://www.vice.com/pt_br/article/ne3xm8/senado-porn-revenge-crime-caiu-na-net

FIGURA 4: REGISTRO DE ANNAMARIE CHIARINI FALANDO COM UM REPÓRTER APÓS UMA ENTREVISTA COLETIVA EM BALTIMORE PARA ANUNCIAR UM PROJETO DE LEI QUE CRIMINALIZARIA A DISTRIBUIÇÃO NÃO CONSENSUAL DE MATERIAIS COM CONTEÚDO SEXUAL



Fonte: <https://www.seattletimes.com/seattle-news/politics/revenge-porn-victims-press-for-new-laws/>

Compreendendo os vieses machistas que sustentam tal prática, o presente estudo se torna relevante ao partir de dois casos de disseminação não consensual para analisar esse fenômeno que tem ganhado proporções cada vez maiores, e que, tem afetado milhares de pessoas.

Assim, há questões que precisam ser debatidas e que circunscrevem as mulheres não somente como vítimas, mas também como sujeitos dentro dessas discussões. São aspectos relacionados ao consentimento – e da falta dele –, dos desejos que circundam o ato de fotografar-se ou gravar-se, dos cruzamentos entre a libertação e moralização dessas práticas, das fronteiras – cada vez mais difusas – entre público e privado, que atravessam as discussões sobre o fenômeno.

É notável que imagens ou vídeos de corpos nus, bem como, gravações de atos sexuais se configuram como elementos que permeiam um intrincado terreno de lutas e disputas. É preciso encarar a realidade tangível deste tempo: a troca de imagens e vídeos íntimos faz parte da sexualidade de jovens e adultos na contemporaneidade. (TRINDADE, 2017, p.138).

Ao observar os dados, compreendo que a prática de registrar e enviar esses materiais se difundiu. São adolescentes e adultos trocando essas produções diariamente por meio dos mais diversos canais. Como dizer apenas “parem com isso” se as tecnologias crescem em ritmo

acelerado, se a cada dia novos aplicativos, novas redes sociais (no ciberespaço) são criadas? (TRINDADE, 2017, p.138).

De modo que, é fundamental ressaltar que neste capítulo, reflito sobre os casos onde a produção de materiais sexuais é realizada com consentimento, ou seja, a partir da vontade própria da mulher e sem coerção de outras pessoas. Lembrando que isso, não reflete necessariamente, a realidade total¹³ de minhas interlocutoras.

Os casos, em que há pressão ou ameaça para a produção, serão apresentados adiante e também se configuram por serem bastante recorrentes dentro do espectro da temática da disseminação não consensual. Entretanto, é preciso elaborar sobre o contexto onde as mulheres produzem tais materiais por vontade própria, pois são situações que ativam uma série de importantes discussões e que representam a experiência de outras tantas mulheres.

Abordar o momento anterior à divulgação, possibilita compreender os processos que levam mulheres a produzir e enviar tais imagens e vídeos. Bem como, de qual maneira se dá essa produção inicial e o que ela representa para essas mulheres antes de, por vezes, se tornarem violência quando divulgadas sem consentimento.

Assim, dentro desse âmbito onde a produção parte da iniciativa da própria da mulher ou é fruto de uma relação amorosa ou sexual¹⁴ entre os indivíduos, aponto que o ato de se fotografar ou de se filmar pode ser considerado como mais uma forma de manifestação erótica.

Para aprofundar essas questões serão acionados teóricos e teóricas que auxiliam para a discussão sobre as motivações e implicações dessas novas formas de exercitar a sexualidade pelos indivíduos. Sobre a prática, a pesquisadora Beatriz Accioly Lins de Almeida destaca:

Transitando na fronteira entre o sexo saudável e o perigoso, a produção de conteúdo íntimo, ao mesmo tempo em que corresponderia a novas formas de erotismo possibilitadas pelos avanços das tecnologias da informação, estaria, para as mulheres, na tênue fronteira da “zona de segurança” entre satisfação e dor. Esse prazer arriscado só pode ser entendido em termos de gênero, dado que seus efeitos negativos resultam da hierarquização de comportamentos, desejos sexuais e moralidades atribuídas a homens e mulheres. (ALMEIDA, 2015, p.12).

A interação social realizada através de meios digitais passou a ocupar um papel central na vida social de muitos indivíduos e nas relações que estabelecem sejam elas: amorosas, sexuais ou não. Ao passo que, a produção de imagens de nudez ou registro de relações sexuais

¹³ Annmarie Chiarini, uma das interlocutoras desta dissertação, relata que foi coagida pelo seu ex-companheiro a produzir e enviar imagens íntimas. Adiante, tais casos serão esmiuçados.

¹⁴ Nesses casos, pode-se observar que comumente há a expectativa de um acordo tácito, no qual se espera que tais materiais sejam visualizados ou ficariam apenas sob a posse do destinatário original.

pode trazer sensações prazerosas ou representar um ato de cumplicidade com o seu parceiro (a), o risco está presente pelo que pode vir a acontecer posteriormente.

Se o acordo, que muitas vezes é tácito entre os envolvidos, não for respeitado, ou se, por alguma razão, outra pessoa tiver acesso a esses materiais, logo se pode perder o controle dessas produções muito rapidamente. Com potencial de viralizarem de maneira veloz se espalhando pelos mais diversos locais da rede, esses materiais têm outros significados atribuídos quando então saem da esfera da intimidade e passam a ser de conhecimento do público em geral.

Para discutir o contexto em que tais produções são feitas, bem como são espalhadas, apresentam-se contribuições do sociólogo inglês Anthony Giddens que, em seus estudos, trabalha questões relacionadas à modernidade, identidade e ao corpo - conferindo a este um lugar de proeminência na teoria sociológica (GUERRA, 2017, p.3). Sendo também, no âmbito dos discursos imagéticos produzidos sobre sexualidade e sensualidade dos corpos que é possível observar o conceito de agência trabalhado pelo autor.

O sociólogo discute as relações entre sexo e intimidade que, para o autor, podem ser compreendidos como lugares de expressão dos impasses próprios do self. Giddens também elabora sobre a reflexividade e como ela se faz presente na ação dos indivíduos, inclusive quando escolhem como desejam viver suas vidas sexuais.

[...] dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido. A ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-dia (GIDDENS, 1989, p. 7).

Giddens apresenta a reflexividade como sendo “uma conversa do sujeito consigo mesmo”, dando-lhe, por conseguinte as possibilidades de autoconstrução em relação aos conceitos de sujeito e subjetividades (OLIVEIRA; MENDES, 2015, p.5).

Com o objetivo de explicitar a concepção de reflexividade com base nas ideias de Giddens, pode-se afirmar que a reflexividade está presente quando o sujeito ou um agrupamento passa a constituir conselhos comunitários para discutir e refletir questões referentes ao seu bairro ou cidade, quando diante de situações econômicas difíceis buscam desenvolver estratégias para lidar com este quadro, ao fazer as suas próprias escolhas de forma independente conscientemente, tanto em níveis amplos, até os mais particulares, como nas escolhas sexuais e construção da identidade. Percebe-se, dessa forma, a rejeição ao ponto de vista de que o comportamento humano seria resultado somente das forças exteriores ao próprio sujeito, tidas como deterministas da ação. (OLIVEIRA; MENDES, 2015, p.10).

De maneira que, busco relacionar conceito de reflexividade de Giddens com a ação das mulheres que produzem imagens e vídeos como manifestações eróticas ou sexuais. Ao passo que a decisão em registrar tais momentos revela o potencial de “ser agente”, por outro lado, não necessariamente, é significante de uma ação social em um contexto de liberdade. Isso porque tais feitos acontecem dentro de um contexto histórico permeado de constrangimentos e alicerçado na desigualdade entre os gêneros. Ao agir reflexivamente produzindo imagens e vídeos íntimos, essas mulheres se deparam com uma conjuntura no qual ser sujeito sexual significa uma coisa no feminino e outra no masculino.

Daí, um cenário que reproduz a contradição entre a libertação e a moralização, revelando o impasse que as mulheres enfrentam. Se por um lado, o ato de usufruir da sexualidade pode representar um processo de construção e reivindicação de si e de seus próprios corpos, por outro lado, quando isso se realiza em uma sociedade que limita, censura e oprime o exercício da sexualidade feminina, vê-se que as represálias podem emergir com toda força, como é o caso da disseminação não consensual de material com conteúdo sexual, por exemplo.

O ponto-chave parece-nos ser este: se por um lado, Giddens esforça-se para trazer o corpo para o interior da equação da vivência subjetiva e social, transformando-o em uma de suas variáveis, por outro, jamais deixa de conferir a ele o status de variável dependente, subsumida a fatores sociais: o corpo está disponível, é maleável aos projetos e planos de construção da identidade. É sintomático, pois, que um dos desdobramentos da radicalização das consequências da sociabilidade moderna seja justamente conduzir a uma situação-extrema algo observável em toda e qualquer experiência social: o monitoramento reflexivo do corpo (TAVOLARO; TAVOLARO, 2010, p.27).

Nesse sentido, é possível também argumentar que a produção de imagens ou vídeos pode ser colocado para os indivíduos como uma prática que cujo potencial é a manifestação do que o indivíduo entende de si próprio, se constituindo então, como uma determinada narrativa do “eu”.

Entendendo que os discursos sobre corporalidade e a sexualidade feminina se fazem presentes na produção e envio de materiais íntimos, observa-se que, quando há a divulgação sem permissão dessas produções tais narrativas são sequestradas de seu contexto e tem outros significados atribuídos.

Sexting e sociedade do controle encontram-se estritamente vinculados, através das tecnologias digitais, as pessoas registram sua vida cotidiana, o que gera grande curiosidade sobre a existência alheia. A Internet é o principal palco de debate sobre a produção e divulgação do ato de enviar, receber ou compartilhar mensagens, imagens ou vídeos de conteúdos sexuais, e sua principal ferramenta de exposição, que pode ter

como consequência resultados variados para seus praticantes. Ao atravessar a fronteira da intimidade, o *sexting* pode causar desconforto e polêmica, como pode tornar-se uma forma de expressão saudável da sexualidade na web. (BELEZIA, 2015 p.12).

O olhar do outro torna pornográfico e polêmico aquilo que foi feito em um contexto de intimidade. As mulheres que têm suas produções divulgadas sem o consentimento vivenciam outro tipo de experiência. O prazer que por hora podem ter sentido, passa a ser substituído por estados emocionais permeados por vergonha. Principalmente, porque tais materiais não foram produzidos com o intuito de que outras pessoas tivessem acesso.

Além disso, o intenso rechaço de outros indivíduos a tais práticas corrobora com a intensificação destes sentimentos. É importante destacar que vergonha não advém da necessariamente da produção desses materiais, mas sim de, quando exposta, ser vista por um público não previsto.

A pesquisadora Paula Sibilia em seu artigo intitulado “*Bullying: ¿culpa o vergüenza?*”¹⁵ discorre sobre a vergonha em contextos de *bullying*. Suas contribuições auxiliam para refletir sobre a vergonha também nas situações de disseminação não consensual. Lembrando que a vítima de uma divulgação não autorizada muitas vezes é acompanhada de práticas como *bullying*, *cyberbullying* e *slut-shaming* como será apresentado nos capítulos seguintes deste trabalho. Assim sendo, a pesquisadora levanta uma importante questão sobre os efeitos do olhar alheio:

Esses deslocamentos podem parecer sutis, lentos e talvez insignificantes; no entanto, é conveniente prestar atenção a eles porque podem indicar uma transformação histórica importante. Talvez eles sugiram a configuração de um novo solo a partir do qual pensamos, agimos e valorizamos nossas ações. Um fator chave nessa mutação é o papel do olhar dos outros: algo que, sem dúvida, sempre foi importante, mas agora parece ter ganhado uma excessiva preeminência quando se trata de definir quem cada um é e quanto vale a pena. (SIBILIA, 2014, p.4, Tradução Livre)¹⁵.

Rose Leonel, uma das interlocutoras e vítima da disseminação não consensual de conteúdo sexual relata a experiência de sentir-se alvo da atenção de outrem.

Todo mundo me conhecia. Eu passava na rua e até o pipoqueiro falava “Ai, a Rose Leonel que saiu nas fotos”. Dirigia... assim... até dirigindo no trânsito eu ouvia. Não

¹⁵ Esos desplazamientos pueden parecer sutiles, lentos y tal vez insignificantes; no obstante, conviene prestarles atención porque pueden ser indicio de una importante transformación histórica. Quizás sugieran la configuración de un nuevo suelo a partir del cual pensamos, actuamos y valoramos nuestras acciones. Un factor clave en esa mutación es el papel de la mirada ajena: algo que, sin duda, siempre fue importante, pero ahora parece haber ganado una preeminencia desmedida cuando se trata de definir quién es cada uno y cuánto vale. Disponível em: <https://laepoca.apa.org.ar/6/bullying-culpa-o-verguenza/> Acesso em: 27 ago. 2019.

podia parar no sinalheiro que pessoal mexia comigo dos carros do lado. Todo mundo me identificava. Eu entrava em loja as mulheres riam, tiravam sarro, os homens mexiam comigo. É como se fosse um buraco negro, e você vai caindo, caindo e você vai caindo e não tem parada. Cada dia é pior... Sabe um pesadelo que você nunca acorda? (LEONEL, Diário de Campo, 2019).

Da mesma forma, é possível pensar que alguns dos sentimentos que surgem nas vítimas não são causados necessariamente pelo fato de terem tido relações sexuais, posado nuas em fotografias ou terem concordado em gravar uma relação sexual. A mulher não carrega, ou pelo menos, não deveria carregar culpa por isso. Observo, portanto, que o cerne desta questão é que a cena se tornou “espetáculo” para um público não previsto. Um público para o qual estas mulheres não performavam.

Compreendo, assim, que a divulgação indevida de conteúdos sexuais se relaciona mais à emergência da vergonha. No sentido de que, vergonha não advém necessariamente da ação sexual, mas sim, por outras pessoas terem acesso a conteúdos que foram concebidos e compartilhados onde se esperava que somente o primeiro receptor (a) teria acesso.

Lorena Trindade (2017) complementa:

Por isso, a reflexão feita pelas mulheres revela mais um exercício autoanalítico, desencadeado pelas pressões sociais geradas com a exposição pública da intimidade sexual, do que a assunção antecipada da culpa. Esta se mostra como efeito de uma negociação tensa entre os agentes envolvidos. Recusar a culpa é um ato de empoderamento para essas mulheres, que assumem o lugar de vítima da violência. Todavia, essa posição de vítima não é passivamente vivenciada, uma vez nos casos acima descritos busca-se virar o jogo a favor da mulher. Isto não impede que a presença de um arrependimento da confiança compartilhada na relação passada se manifeste através de uma consciência de si durante o ato sexual exposto. O que não deve ser reduzido à estrita noção de culpa (TRINDADE, 2017, p. 1080).

Muitas vezes, as narrativas das vítimas são sequestradas e/ou distorcidas quando elas têm seus momentos íntimos expostos. A recusa da culpa que outros querem lhe atribuir se constitui como importante fator para o resgate da autoestima. Nesse sentido, é importante destacar o apontamento de Paula Sibilia que argumenta que a vergonha se relaciona fortemente a maneira como as outras pessoas reagem.

Esses episódios cada vez mais comuns não são sobre explorar uma emoção interna ou privada, que marca um dilema moral de cada um com ele, diante da violação dos regulamentos e valores atuais. Quando a vergonha se abre, o drama não surge do eu, mas vem dos outros. Portanto, é um problema público, não privado ou íntimo, e só existe porque é acionado por outros. Os outros são o foco deste drama. São aqueles que julgam o protagonista de maneira injusta, errada ou mesmo cruel, embora ele não seja o culpado por nada, porque - em princípio - ele não fez algo considerado errado pela moralidade em uso ou proibido pelas regras da instituição. A lei, portanto, não foi violada neste caso. No máximo, é a mesma rigidez que vacila em virtude de um

atraso em relação aos novos costumes. E a moral é posta em xeque porque eclodiu consenso sobre o que é considerado bom ou ruim, dando origem ao ato em questão, relaxando as inibições mais desatualizadas. (SIBILIA, 2017, Online, Tradução Livre).¹⁶

Além desta questão, Paula Sibilía também se debruça a refletir sobre as transformações históricas desse tempo - que acabam por envolver também os processos em torno da constituição da subjetividade dos indivíduos. É um cenário marcado por profundas alterações na maneira de ser e estar no mundo em consonância com o advento e integração da tecnologia no cotidiano das pessoas. E é nesse contexto que, é possível observar como essa mudança, que era centrada no âmago de cada um, passa gradualmente a ocupar a esfera do visível.

Em entrevista ao site independente Ser Outro¹⁷ (2019) Sibilía pontua:

Hoje vemos como se desenvolvem outros tipos de eu, bastante distantes daqueles que proliferaram, de modo hegemônico, ao longo dos séculos 19 e 20 nas sociedades ocidentais. O cerne dessa subjetividade moderna se localizava "dentro" de cada um, era tematizado como uma essência oculta e misteriosa, porém muito mais valiosa e verdadeira do que as vãs aparências. Com as transformações ocorridas nas últimas décadas, esse eixo "interior" foi se deslocando para o campo do visível: passou a priorizar tudo aquilo que se vê, o que os outros enxergam de nós. A imagem corporal se tornou primordial, daí toda a relevância dada ao aspecto físico e ao fenômeno conhecido como "culto ao corpo". Mas não se esgota apenas nisso: também é fundamental que os atos e os comportamentos antes ocultos (ou considerados íntimos) agora se exponham publicamente, para que os outros sejam capazes de testemunhar, julgar e, de preferência, celebrar ou legitimar. (SIBILIA, 2019, Online)¹⁸.

Segundo Sibilía “se a interioridade deixa de ser o estágio em que ocorre a luta de cada um consigo mesmo, uma disputa de seus próprios desejos ou ambições contra as regras rígidas do espaço público (moral e direito), agora o drama se move para a esfera pública.” (SIBILIA, 2019, Online, Tradução Livre)¹⁹. Dessa maneira, percebo que tais deslocamentos afetam

¹⁶“En esos episodios cada vez más habituales, no se trata de explorar una emoción interna o privada, que signa un dilema moral de cada uno consigo mismo ante la violación de las normativas y los valores vigentes. Cuando se desata la vergüenza, el drama no emerge del yo sino que proviene de los otros. De modo que se trata de un problema público, no privado o íntimo, y sólo existe porque lo desencadenan los demás. Los otros constituyen el foco de este drama. Son aquellos que juzgan al protagonista de modo injusto, equivocado o hasta cruel, aunque él no tenga culpa de nada porque –en principio– no hizo algo considerado incorrecto para la moralidad en uso ni prohibido por las reglas de la institución. La ley, por tanto, no fue infringida en este caso. A lo sumo, es su misma rigidez la que titubea en virtud de un desfasaje con respecto a las nuevas costumbres. Y la moralidad se pone en jaque porque estalló el consenso sobre qué se considera bueno o malo, dando lugar al acto en cuestión al relajarse las inhibiciones más anticuadas.” Disponível em: <http://revistaanfibia.com/ensayo/la-verguenza/> Acesso em: 17 dez. 2019.

¹⁷ Disponível em: <http://bravo.vc/seasons/s06e01> Acesso em: 27. ago. 2019

¹⁸ Disponível em: <http://bravo.vc/seasons/s06e01> Acesso em: 27. ago. 2019

¹⁹ Se a interioridade deixa de ser o estágio em que ocorre uma luta de cada um consigo mesmo, uma disputa de seus próprios desejos ou ambições contra as regras rígidas do espaço público (moral e direito), agora o drama se move para a esfera pública[...] Disponível em: <https://laepoca.apa.org.ar/6/bullying-culpa-o-verguenza/> Acesso em: 31 de ago. 2019.

também o exercício da sexualidade que, dos limiares do privado, passa a ocupar cada vez mais, a esfera do visível.

Assim, meu objetivo é apresentar como tais discussões perpassam também pelo âmbito da sexualidade e para isso utilizo da contribuição de algumas autoras e autores que, em seus estudos, evidenciam o entrelaçamento destes processos transformadores com as práticas eróticas. Busco compreender o que práticas - como o registro e envio de materiais com conteúdo sexual, por exemplo - sinalizam a respeito das sexualidades despontantes, e também sobre as maneiras como os indivíduos têm se relacionado.

De modo que, inicio com a pesquisa da antropóloga Maria Filomena Gregori que articula as práticas sexuais com as normas de gênero e limites da sexualidade. Para Gregori, os limites da sexualidade podem ser considerados como a zona fronteira onde habitam norma e transgressão, consentimento e abuso, prazer e dor (GREGORI, 2014, p.3). Seus estudos possibilitam reflexões acerca dos trânsitos entre prazer e perigo que estão presentes em algumas práticas.

Em seu livro intitulado “Prazeres e Perigos: erotismo, gênero e limites da sexualidade” (2016), Gregori pondera sobre a ampliação ou restrição de normatividades sexuais, principalmente no que diz respeito sobre a criação de âmbitos de maior tolerância e os novos limites que vão sendo impostos, bem como situações em que aquilo que é considerado abusivo passa a ser qualificado como normal (GREGORI, 2016, p.576).

Ao lidar com a sexualidade nas suas expressões eróticas, estamos diante de experiências que mobilizam fantasias e fantasmas: situações, referências, imagens, fragmentos de memória e sensações que, mesmo sendo gestados em torno e no campo das normatividades, apontam para além delas. (GREGORI, 2016, p.588).

Sua pesquisa também problematiza o consentimento, fator imprescindível no pensar a temática deste trabalho, uma vez que a falta dele (seja no momento de capturar as imagens ou disseminar a produção) torna aquilo que pode ser considerado - uma forma de manifestação erótica de uma mulher -, em uma violência com consequências devastadoras.

Importante remarcar que as novas formas de erotismo assinalam, com poucas exceções, que o consentimento dos envolvidos é a base legítima para a sua realização [...] Interessante notar que, nos últimos 15 anos, temos testemunhado ao espalhamento pela sociedade da noção de que os prazeres e os perigos envolvidos em diferentes expressões eróticas devem ser traduzidos em práticas e em retóricas que operam na identificação de situações claras que indiquem consentimento entre as pessoas envolvidas nos atos ou a presunção da impossibilidade de um consentimento, quando esses atos ocorram entre pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade. (GREGORI, 2014, p. 53).

No plano das reflexões colocadas por essas noções “todos os sujeitos que de algum modo tangenciam a vulnerabilidade estão numa posição em que o consentimento (dizem algumas teorias) não pode ser presumido” (GREGORI, 2016, p.186). Isso pode ser pensado também no espectro da disseminação não consensual. Quando um indivíduo registra e envia materiais com conteúdo sexual para outra pessoa, ainda que a segunda parte concorde em deixar o material restrito, não existem garantias de que isso será cumprido. Deixando evidente que, mesmo que sejam feitos acordos, há certo grau de vulnerabilidade presente no ato do registro e envio.

O material empírico da pesquisa de Gregori foi coletado entre os anos de 2004 e 2014, sendo seu livro elaborado a partir de dois eixos de pesquisa. Gregori analisa duas redes de mercado erótico: a primeira é a rede de sex shops nas cidades de São Francisco, nos EUA e o os clubes BDSM,²⁰ na capital paulista.

A partir do recorte de seu trabalho, a pesquisadora elabora sobre consentimento, contrato e vulnerabilidade. A autora apresenta:

É possível afirmar que consentimento e vulnerabilidade constituem hoje os termos centrais em torno dos quais são acionados os direitos e práticas sexuais. Se em um momento anterior e no marco das contribuições feministas pro-sex, prazer e perigo formavam uma convenção com significativa rentabilidade analítica, atualmente é preciso reconhecer o deslocamento para as problematizações que dizem respeito ao consentimento e à vulnerabilidade (GREGORI, 2016, p.186).

Outro ponto importante para esta pesquisa é que Gregori também apresenta as críticas de Teresa de Lauretis à Foucault, principalmente sobre a discussão que Teresa elabora sobre a concepção foucaultiana de violência (com ênfase a relação com o poder disciplinar e com as tecnologias da sexualidade). Gregori ressalta Teresa de Lauretis quando compreende as técnicas e estratégias através das quais o gênero é construído e a partir das quais a violência é engendrada (GREGORI, 2016, p.93) evitando, desse modo, possíveis distanciamentos ou a adoção de posições “neutras” relativas ao gênero.

Além de discutir questões relacionadas à sexualidade, Gregori também chama atenção para a questão da violência, quando ela ocorre mais especificamente em meio à produção do prazer, entre relações que ocorrem entre parceiros.

O perigo do qual a autora fala abrange o físico (como a violência física, por exemplo), mas, vale destacar que este não se restringe somente ao corporal. A ameaça, portanto, pode ser

²⁰ Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo.

encontrada nesses “jogos perigosos”. Jogos que mobilizam criativamente os limites entre prazer e perigo, desestabilizando rótulos fáceis de normativo ou subversivo, desejável ou abusivo, condenado ou legítimo. (GRUNVALD, 2018, p. 407).

Nesse sentido, Gregori apresenta: “as práticas eróticas são empreendimentos de risco: podem colocar em perigo as normas e convenções vigentes de gênero e sexualidade e, desse modo, ampliar o escopo de experiências com prazeres e corpos” (GREGORI, 2016, p.181). É o que a produção de materiais íntimos e as relações sexuais mediadas pela tecnologia tem tensionado.

Para aprofundar a discussão, é importante destacar que nesse trabalho a sexualidade é compreendida como sendo uma construção social e histórica. Sendo importante também, lançar luz para alguns apontamentos do filósofo Michel Foucault que auxiliam para a compreensão dos discursos construídos em torno da sexualidade. Como bem apresenta Cirino, a temática do corpo recebe ênfases e desenvolvimentos diferentes conforme à perspectiva metodológica e o foco das pesquisas de Foucault nos campos do saber, do poder e da ética (CIRINO, 2007, p.7).

Para esta parte introdutória e sobre a obra de Foucault, a antropóloga estadunidense Gayle Rubin destaca:

A História da Sexualidade de Michel Foucault (1978) foi o mais influente e emblemático texto da nova escola de estudos sobre sexo. Foucault critica a compreensão tradicional da sexualidade como uma libido natural ansiando para se libertar da restrição social. Ele argumenta que os desejos não são preexistentes entidades biológicas, mas sim que elas são constituídas no decorrer de atividades sociais práticas. Ele enfatiza os aspectos gerativos da organização social do sexo e não seus elementos repressivos, ressaltando que novas sexualidades são constantemente produzidas. E ele aponta para uma descontinuidade importante entre os sistemas de sexualidade baseados no parentesco e formas mais modernas. (RUBIN, 1985, p. 150, Tradução Livre)²¹.

De modo que, para Foucault, a sexualidade pode ser entendida como um dispositivo de poder que normaliza e disciplina corpos administrando o sexo, e criando discursos, saberes, normas que classificam o mundo em sexualidades desejadas e “sexualidades periféricas”. (ALMEIDA, 2015, p.9). Nesse contexto, a sexualidade se torna então referência fundamental para os processos de produção da verdade e subjetividade dos indivíduos.

²¹ Michel Foucault's *The History of Sexuality* (1978) has been the most influential and emblematic text of the new scholarship on sex. Foucault criticizes the traditional understanding of sexuality as a natural libido yearning to break free of social constraint. He argues that desires are not pre-existing biological entities, but rather that they are constituted in the course of historically specific social practices. He emphasizes the generative aspects of the social organization of sex rather than its repressive elements by pointing out that new sexualities are constantly produced. And he points to a major discontinuity between kinship-based systems of sexuality and more modern forms. (RUBIN, 1985, p.145).

[...] segundo círculos cada vez mais estreitos, o projeto de uma ciência do sujeito começou a gravitar em torno da questão do sexo. A causalidade no sujeito, o inconsciente do sujeito, a verdade do sujeito no outro que sabe, o saber, nele, daquilo que ele próprio ignora, tudo isso foi possível desenrolar-se no discurso do sexo. Contudo, não devido a alguma propriedade natural, inerente ao próprio sexo, mas em função das táticas de poder imanescentes a tal discurso (FOUCAULT, 1980, p. 68-69).

Nas palavras de Michel Foucault:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, à formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 2007, p.116).

Para o filósofo francês, a sexualidade pode ser compreendida como uma criação discursivo-institucional, cuja função seria o controle dos indivíduos e das populações (CÉSAR, 2009, p.4). Nesse contexto, práticas limítrofes como a pornografia, o sadomasoquismo e o fetichismo tencionariam o dispositivo da sexualidade (ALMEIDA, 2015, p.9).

A implantação das perversões é um efeito-instrumento: é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. (FOUCAULT, 1988, p.89). E, nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática. (FOUCAULT, 1988, p.89).

Em entrevista, a historiadora Tânia Navarro Swain, pondera sobre os comportamentos ligados à sexualidade:

[...] os comportamentos ligados à sexualidade são históricos, isto é, mutáveis e diversos de acordo com o espaço/tempo em que são contemplados. No sistema heterossexual, existe uma dupla moral, aquela jungida ao feminino, e a outra, liberal e com limites imprecisos, atrelada ao masculino. As mulheres, a punição material ou opróbrio social no desvio da norma; aos homens, a condescendência e uma aprovação implícita de derrogação desta última [...] (SWAIN, 2010, online)²².

Destaca-se que Foucault em “A História da Sexualidade” (1978) investiga as formas pelas quais o saber sobre o sexo se formou e como estes discursos se multiplicaram. Michel Foucault aprofunda sobre as formas de repressão da sexualidade e como elas agem

²² Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3339-tania-navarro> Acesso em: 22 mai. 2019.

historicamente. O filósofo apresenta que tais formas funcionam como modos de interdição, inexistência e silenciamento de práticas sexuais consideradas ilegítimas, tendo em vista que estas não correspondem ao modelo heterossexual da família conjugal reprodutora (CARVALHO; QUEIROZ, 2017, p. 101).

Vemos claramente: é o dispositivo de sexualidade que, em suas diferentes estratégias, instaura essa ideia 'do sexo' e o faz aparecer, sob as quatro grandes formas da histeria, do onanismo, do fetichismo e do coito interrompido como sendo submetido ao jogo do todo e da parte, do princípio e da falta, da ausência e da presença, do excesso e da deficiência, da função e do instinto, da finalidade e do sentido, do real e do prazer. “Assim, formou-se pouco a pouco a armação de uma teoria geral do sexo” (FOUCAULT, 2001, p. 144).

O autor destaca que, é a partir do contexto histórico que é possível compreender como o regime de poder e saber foram usados para fundamentar os discursos em torno da sexualidade.

Além disso, é importante destacar que é a partir do século XVIII e principalmente e ao longo do século XIX que a sexualidade passa a se constituir como algo que deve ser gerenciado e controlado. Isso ocorre porque o governo percebeu que tinha de lidar com toda uma população e seus respectivos problemas. (FOUCAULT, 2007, p. 32). Foucault elenca alguns desses problemas: “a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sociais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas” (FOUCAULT, 2007, p. 32).

A partir do trabalho de Foucault (2001), é possível observar que até o final do século XVIII três grandes códigos – o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil – marcaram a divisão entre o lícito e o ilícito no que diz respeito às práticas sexuais. (DA SILVA, 2015, p.75). Nesse sentido:

Ao que tange à natureza jurídica, não havia uma diferença entre as infrações cometidas no casamento e os considerados desvios sexuais, todos mereciam condenação no tribunal. Uma vez que tanto —na ordem civil como na ordem religiosa o que se levava em conta era um ilegalismo global. (FOUCAULT, 2001, p. 42).

É dessa perspectiva, que, no final do século XVIII e no século XIX, com o auge da incitação de discursos sobre o sexo, o casal monogâmico heterossexual – por mais que continue a funcionar como norma interna no âmbito dos prazeres – perde seu papel de destaque (DA SILVA, 2016, p.75).

O modelo de normalidade presente nos discursos sobre sexualidade neste contexto se

baseava na monogamia heterossexual. Nesta conjuntura, o casal heterossexual era considerado legítimo e, norma.

A cultura ocidental desenvolveu, assim, uma ciência da sexualidade. O campo da ciência médica produziu discursos sobre o sexo. A monogamia heterossexual é concebida como regra, ou padrão de normatividade. Estabelecesse, dessa maneira, uma relação entre perversão, delinquência e loucura que caracteriza as sexualidades periféricas. (CARVALHO; QUEIROZ, 2017, p. 104).

Foucault também apresenta que nessa sociedade disciplinar vigoravam os dispositivos de vigilância e submissão centralizadores e hierárquicos (FARIA; ARAÚJO; JORGE, 2015, p.663). Nesse espectro podem ser ressaltados mecanismos de técnicas de confissão, o exame e a observação. Assim, se promoviam nos sujeitos modernos uma identificação com os valores em voga e, conseqüentemente, uma internalização de tais regras sociais, pautadas pelo peso da moral e da lei (FARIA; ARAÚJO; JORGE, 2015, p.663).

A intenção de tais técnicas era normalizar as condutas e adestrar a consciência de cada um, de modo a fazê-los reprimir os desejos julgados como desviantes, bem como de agir em prol do bem comum e dos interesses daquele projeto de mundo moderno, capitalista e industrial. Os corpos e as subjetividades, assim, eram balizados pelos pudores e pela discricção da moral burguesa, bem como pela valorização da intimidade e da privacidade (FARIA; ARAÚJO; JORGE, 2015, p.663).

Nesse sentido, aponto que práticas como a disseminação de imagens e vídeos com conteúdo sexual não são frutos da sociedade disciplinar que Foucault apresenta, mas sim, produtos das sociedades de controle.

Superando o paradigma das sociedades disciplinares, nas quais as paredes simbolicamente representavam um regime de gestão da vida que limitava e ao mesmo tempo moldava os movimentos dos indivíduos, nas sociedades de controle o “céu” passa a se constituir como locus de gerenciamento da existência, agora “livre”; pelo menos aparentemente. Não mais passíveis de serem “trancados por fechaduras”, os espaços das sociedades de controle estimulam a plena circulação de corpos e de informação das mais diversas naturezas, num convite à ultrapassagem permanente e veloz de tudo o que se ofereça como obstáculo ao deslocamento. (FARIA; ARAÚJO; JORGE, 2015, p. 664).

Ainda que sejam muito diferentes ao dispositivo vitoriano trabalhado por Foucault, utilizar contribuições deste autor possibilita importantes reflexões sobre os processos históricos em torno da sexualidade. E, quando posto junto aos apontamentos de Gilles Deleuze, como veremos adiante, é possível notar as transformações e reflexionar sobre essas práticas também na atualidade.

Assim, retoma-se Sibilia que em seu livro “O show do eu: a intimidade como espetáculo” (2016) articula as contribuições tanto de Michel Foucault quanto de Gilles Deleuze para elaborar acerca da exibição da intimidade.

Nas últimas décadas, a sociedade ocidental tem atravessado um turbulento processo de transformações, que atinge todos os âmbitos e leva até a insinuar uma verdadeira ruptura em direção a um novo horizonte. Não se trata apenas da internet e seus universos virtuais para a interação multimídia. São inúmeros os indícios de que estamos vivenciando uma época limítrofe, um corte na história; uma passagem de certo “regime de poder” para um outro projeto político, sociocultural e econômico. Uma transição de um mundo para outro: daquela formação histórica ancorada no capitalismo industrial, que vigorou do final do século XVIII até meados do XX — e que foi analisada por Michel Foucault sob o rótulo de “sociedade disciplinar” —, para outro tipo de organização social, que começou a se delinear nas últimas décadas. Nesse novo contexto, certas características do projeto histórico precedente se intensificam e ganham renovada sofisticação, enquanto outras mudam radicalmente. Nesse movimento, transformam-se também os tipos de corpos que são produzidos no dia-a-dia, bem como as formas de ser e estar no mundo que são “compatíveis” com cada um desses universos. (SIBILIA, 2008, p.15).

É interessante observar que, na atualidade decorre-se um processo de abrandamento de tais dispositivos e das instâncias normalizadoras. Ao passo que o autogoverno de si mesmo vai se afrouxando, a emergência da vigilância constante de todos em relação a todos ganha mais força. (FARIA, ARAÚJO, JORGE, 2015).

O filósofo francês Gilles Deleuze em “*Post-scriptum: sobre as sociedades de controle*” (1992) discorre sobre as diferenças entre a sociedade disciplinar dos séculos XVIII-XIX, elaborada por Michel Foucault e as sociedades de controle.

Um ponto importante são as contribuições de Deleuze a partir de suas elaborações sobre a “sociedade de controle” preconizando uma “organização social capaz de fertilizar o capitalismo mais ágil e voraz da atualidade, que se caracteriza pela superprodução e pelo consumo exacerbado no qual vigoram os serviços e os fluxos de finanças globais” (SIBILIA, 2016, p.28).

Contudo, diferentemente do que ocorria na sociedade moderna, que valorizava a discrição e o anonimato, nos dias atuais a exposição e o olhar vigilante costumam ser desejados e buscados. Isso porque estaria ocorrendo um deslocamento histórico no eixo em que cada um se constrói como sujeito. (FARIA; ARAÚJO; JORGE; 2015, p.663).

Com a difusão das tecnologias e ampliação do acesso à internet observa-se que a exposição da vida cotidiana dos indivíduos tem sido uma constante. É certo que tais mudanças também influem na forma como os sujeitos experienciam sua sexualidade. A emergência da

troca de imagens e vídeos de cunho sexual pode ser pensada como parte deste contexto.

De modo que é importante retomar Teresa de Lauretis que elabora relevantes reflexões sobre essa realidade que é entrelaçada, atravessada e regulada por imagens e discursos. A autora argumenta que o gênero pode ser compreendido (1987) “como representação e auto representação” entendido como sendo “produto de diferentes tecnologias sociais” (PEREIRA, 2011, p.3).

Destaco ainda, Tânia Navarro Swain que faz um paralelo entre as contribuições de Teresa de Lauretis e Foucault:

Assim, se Foucault identifica as “tecnologias do sexo” aplicadas sem distinção ao humano, para Teresa de Lauretis estas se desdobram em “tecnologias de gênero”, fixando identidades assimétricas fundadas sobre o sexo (1987), ou seja, instituindo uma diferença e uma diferença política, já que produtora de limites e práticas sociais. Esta decodificação traduz assim a criação da pesada materialidade dos corpos femininos e masculinos a partir de valores e de representações que os constituem e criam a categoria da diferença dos sexos. (SWAIN, 2008, p.14)

Em seus estudos, Lauretis argumenta que para o masculino demarca-se um lócus de poder e de autoridade enquanto sujeito universal: o homem, sinônimo do humano, sujeito dotado de transcendência (SWAIN, 2008, p.14). Enquanto o feminino fica restrito como sendo o outro. Marcado por uma existência e um corpo cujo destino seria o da maternidade. Suas contribuições nos ajudam a pensar sobre a existência de dois pesos e duas medidas no que tange (não somente, mas também) o exercício da sexualidade dos indivíduos.

Analisar o fenômeno da disseminação não consensual levando em conta todos esses aspectos nos permite fugir dos extremos e compreender as mulheres que produzem fotos e vídeos não somente com os rótulos prontos, - de ingênua a vulgar -, mas sim como seres sociais plenos que tiveram motivações diversas ao decidirem registrar e enviar esses materiais a outra pessoa.

Nesse sentido, demarco também apontamentos da antropóloga Carole Vance que em seu livro “*Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*” (1984) reflexiona sobre as práticas eróticas e suas tensões iminentes.

A tensão entre perigo sexual e prazer sexual é poderosa na vida das mulheres. A sexualidade é simultaneamente um domínio de restrição, repressão, e perigo, assim como de exploração, prazer e agência. O foco somente no prazer e na gratificação ignora a estrutura patriarcal em que as mulheres agem, mas também falar somente de violência sexual e opressão ignora a experiência das mulheres com agência sexual e

escolha, e inadvertidamente aumenta o terror sexual e o desespero sob o qual as mulheres vivem (VANCE, 1984, Tradução Livre, p. 27).²³.

Assim como concordar em não falar dos perigos faz com que a autobiografia de uma pessoa seja mutilada, decidir não falar sobre prazer exige uma alquimia igualmente desonesta, a transmutação da sexualidade em perigo absoluto e vitimização incessante (VANCE, 1984, p. 5). É notável a tensão entre o perigo e o prazer está presente dentro da discussão sobre a disseminação não consensual.

É possível observar que grande parte dos questionamentos e acusações que recaem sobre essas mulheres que são vítimas da disseminação não consensual de conteúdo sexual giram em torno de indagações como “por que quis se fotografar/gravar?” ou “por que se deixou fotografar/gravar?”. Relatos de diferentes vítimas mostram esse tipo de inquirição (não se restringindo apenas os casos de grande repercussão).

Para que as mulheres se antecipem ao risco da divulgação criminosa, em alguns contextos, são feitas sugestões que, embora não condenem o exercício da sexualidade feminina, orientam mulheres a manterem o sexo na esfera da intimidade, enfatizando certas moralidades restritivas e perpetuando práticas de culpabilização e julgamento moral da vítima. O corriqueiro conselho “melhor não fazer” traz implícitas convenções de gênero e sexualidade que associam o desejo e comportamento sexual masculino à predação, ao passo que às mulheres caberiam freios, precaução e controle. (ALMEIDA, 2015, p.12).

São diversas as formas pelas quais as mulheres têm seus desejos questionados. E como esses mesmos desejos são reduzidos e utilizados para justificar/legitimar a violência que sofrem posteriormente.

Marcada por essa existência justaposta, a vida das mulheres seria atravessada por um duplo significado: a convivência entre violência, brutalidade e coerção (como o estupro, o incesto, a exploração, a crueldade e a humilhação) e situações permeadas por gratificação, intimidade, sensualidade, aventura e excitação. (ALMEIDA, 2016, p. 256).

Pois, nesta lógica, se essas mulheres não queriam ser expostas e humilhadas, elas não deveriam ter se exposto aos riscos de ter se permitido registrar tais momentos. De modo que as

²³ The tension between sexual danger and sexual pleasure is a powerful one in women's live. Sexuality is simultaneously a domain of restriction, repression, and danger as well a domain of exploration, pleasure, and agency. The focus only on pleasure and gratification ignores the patriarchal structure in which women act, yet to speak only on sexual violence and oppression ignores women's experience with sexual agency and choice and unwittingly increases the sexual terror and despair in which women live. (VANCE, 1984, Tradução Livre, p. 27)²³.

atribuições dadas e definidas historicamente pelo regime patriarcal²⁴, apesar dos avanços do movimento feminista, ainda organizam a sociedade e impõe limites do que seria um comportamento apropriado ou não para uma mulher.

Com base nas contribuições trazidas neste capítulo, ressalta-se que não é possível refletir sobre essas questões sem levar em conta os processos históricos que permeiam tais práticas.

A partir do que foi apresentado, é possível compreender que antes da divulgação indevida - a produção desses materiais pode ser evidenciado como parte de uma narrativa maior sobre o exercício da sexualidade e que a prática de se fotografar nua é um fenômeno relativamente recente que fabrica outros modos de viver a sexualidade e as relações de gênero. (SALES; SILVA, 2017, p. 2).

Além disso, foi possível observar que algumas das dificuldades enfrentadas historicamente pelas mulheres continuam a se perpetuar. E que vivemos em um contexto onde outras formas de violência surgem tomando formas distintas e até mais robustas nas redes.

Daí que a contribuição dos teóricos e teóricas apresentados são úteis em diversos sentidos. Principalmente, para abrir caminho e pensar no potencial que essas produções têm como possíveis manifestações eróticas e que podem ser saudáveis se o consentimento estiver presente e os acordos forem respeitados.

Fora dessa esfera, o que acontece passa a se constituir como violência de gênero e deve ser analisada em sua complexidade. Com essas discussões em mente, partirei para o próximo capítulo no qual se apresenta como se deu o trajeto desta pesquisa, quais foram os métodos empregados, as técnicas utilizadas e os casos selecionados. Para então, no capítulo quinto focalizar no objeto deste trabalho que se refere aos casos onde a falta de consentimento (seja na produção, divulgação ou ambos) estão presentes.

²⁴ Utiliza-se a definição trazida por Heleieth Saffioti. O regime patriarcal se sustenta em uma economia domesticamente organizada, sendo uma maneira de assegurar aos homens os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida. (SAFFIOTI, 2004, p.15). Ele se estabelece como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres, as quais tornam-se seus objetos de satisfação sexual e reprodutoras de seus herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras (SAFFIOTI, 2004, p.15).

2. APRESENTAÇÕES SOBRE O TRAJETO DA PESQUISA: A EXPERIÊNCIA DO CAMPO, MÉTODO E TÉCNICAS

A partir do contato com trajetórias de mulheres que tiveram vivências com a disseminação não consensual, procuro apresentar quais foram os desafios no que diz respeito aos encontros com as interlocutoras. Busco evidenciar os trajetos percorridos neste trabalho, a escolha sobre os métodos e as técnicas utilizadas. Objetivo expor o caminho traçado no processo de desenvolvimento desta dissertação. Deixando evidente tanto suas bases teórico-metodológicas; como as relações estabelecidas entre a pesquisadora e o seu campo de pesquisa. (MONTICELLI, 2013, p.30).

Neste momento, utilizo dos apontamentos de Thays Monticelli (2013) que nos lembra da importância de considerar a pesquisa como um processo de constante construção.

Acredito que se faz necessário considerar a pesquisa como um processo, para compreender seus diferentes contextos, temporalidades e desafios. Desse modo, apresenta-se também o crescimento pessoal vivenciado nas diversas interconexões que presenciei no campo, nas reflexões bibliográficas, na complexificação das ideias e de como todos esses contatos me afetaram enquanto pesquisadora. (MONTICELLI, 2013, p.30).

Sem dúvidas, posso afirmar que o universo pesquisado me tocou enquanto pesquisadora. Os encontros proporcionados em minha pesquisa de campo com as interlocutoras foram de suma importância. Após tantas leituras e reflexões, estar em contato com essas mulheres e ter a oportunidade de ouvi-las contar sobre suas trajetórias foi bastante enriquecedor.

Nesse sentido, Gilberto Velho (1985): “A noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada” (VELHO, 1985, p. 123).

Observo que a temática e a história de minhas interlocutoras ressaltaram aos meus olhos pela identificação que senti com suas trajetórias. Refletir sobre as violências sofridas por outras mulheres, ainda que não sejam as mesmas de minha história, me levam a um lugar familiar.

Gilberto Velho descreve alguns dos anseios que senti e desafios que enfrentei durante a escrita desta pesquisa. “Estou consciente de que se trata, no entanto, de uma interpretação e que, por mais que tenha procurado reunir dados “verdadeiros” e “objetivos” sobre a vida daquele universo, a minha subjetividade está presente em todo o trabalho” (VELHO, 1985, p. 130). O autor argumenta:

A "realidade" (familiar ou exótica) sempre é filtrada por um determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. (VELHO, 1985, p.9).

Levando tais aspectos em consideração, destaco que, enquanto forma de abordagem, a pesquisa desenvolvida no presente trabalho é qualitativa. Conforme Richardson “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. (1999, p. 80).

Desse modo, o ambiente natural se constitui como fonte direta para coleta de dados e o pesquisador nesse contexto desempenha um papel muito importante. Vê-se que o processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA; MENEZES, 2005, p.20). Assim, além da abordagem qualitativa ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada de entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 1990, p.79).

Destaco que o caráter mais próximo e descritivo desta dissertação converge com os apontamentos de Godoy sobre a pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p.58).

Dessa maneira, a partir das leituras realizadas, foi ficando cada vez mais evidente que tal abordagem se relaciona com o objetivo geral e objetivos específicos deste trabalho. Uma vez que a disseminação não consensual de material sexual se constitui como um fenômeno social, que tem se potencializado em velocidade bastante alta. Assim:

A palavra escrita ocupa lugar de destaque nessa abordagem, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de obtenção dos dados quanto na disseminação dos resultados. Rejeitando a expressão quantitativa, numérica, os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, anotações de campo, fotografias, videoteipes, desenhos e vários tipos de documentos. Visando à compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente: não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo. (GODOY, 1995, p.62).

Por fim, Richardson ainda apresenta que a partir do enfoque qualitativo pode-se chegar a maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1990, p.80).

Como mencionado na introdução, para escrita desta dissertação, foram utilizados dois materiais dissemelhantes para elaborar a análise. A primeira fonte é composta por dados angariados em sites oficiais de governos, sites de organizações nacionais e internacionais, jornais, vídeos, blogs, programas de televisão, sites diversos, dissertações e teses. Em segundo, a partir de entrevistas semiestruturadas, utiliza-se como material de análise as narrativas e pontos de vistas de Rose Leonel, Annmarie Chiarini e Karine Benassi.

Busquei a fundamentação em uma metodologia que possibilitasse interpretar as experiências e as posições dessas mulheres, enquanto vítimas e sujeitos, perante o fenômeno da disseminação não consensual de conteúdo sexual. De modo que, neste momento, exponho como tive conhecimento da história das interlocutoras e apresento-as brevemente. Para então partir para o próximo capítulo onde cada um dos casos será dissecado.

Tive contato com a história dessas mulheres quando ainda estava no processo de escrita da monografia de Comunicação Social, em 2016. Encontrava-me ainda na pesquisa exploratória quando tive contato com a história de Rose Leonel por meio de uma entrevista disponível online que ela havia concedido.

O contato com a história Annmarie, ocorreu a partir das buscas mais direcionadas que fiz no site da organização *Cyber Civil Rights Initiative* quando buscava dados mais específicos da prática no contexto mundial. Foi durante essas buscas que tive contato com uma série de matérias jornalísticas que contavam sua história. Desde então fiquei com ambas as mulheres em mente, pois suas trajetórias demonstravam um destino ainda incomum às sobreviventes da disseminação não consensual de conteúdo sexual.

Karine Benassi, por sua vez, foi apresentada a mim através de Rose Leonel pouco antes da realização das entrevistas na cidade de Maringá/PR.

Como já mencionado, não é raro que as mulheres quando passam pela experiência da disseminação não consensual desejem buscar o anonimato novamente, reconstruir sua privacidade, ou que tentem “esquecer” ou “apagar” o ocorrido. Rebekah Wells, vítima da exposição não consentida e fundadora do site “*Women Against Revenge Porn*”²⁵ argumenta:

²⁵ Site dedicado a ajudar a vingar vítimas de disseminação não consensual por meio de dicas de remoção de fotos e recursos de advogados(as).

Mas as vítimas de estupro cibernético não têm esse luxo. Se falarmos sobre nossas experiências, isso tem um custo. Sempre que falamos, nossas fotos íntimas são vistas milhões de vezes, e são mais disseminadas. Vivemos o trauma novamente. Aqueles de nós que foram em frente às vezes são chamados de "quebradoras do silêncio". Mas não é tanto o fato de termos ficado em silêncio todos esses anos. É que ninguém ouviu. (WELLS, 2019, Tradução Livre) ²⁶.

Os prejuízos já são altos demais fazendo com que a decisão de se manifestar após uma violência assim não seja nada fácil. As interlocutoras relatam ter sentido todos estes anseios e por certo tempo também tentaram agir dessa maneira.

Entretanto, por razões que explicitam em seus relatos mais adiante, essas mulheres tomaram a decisão de levar a público suas histórias. De modo que, suas trajetórias convergiram com meus anseios de pesquisadora. Pois, foi partindo da premissa de que gostaria de apresentar mais do que apenas um diagnóstico da situação, que pensei em convidá-las como interlocutoras desta pesquisa. Foi também, a partir desta moldura, que procurei teorias que pudessem oferecer as bases para compreender como as experiências que essas mulheres tiveram influenciaram em suas percepções enquanto mulheres e sujeitos. (MONTICELLI, 2013).

Foram com essas ideias em mente que fui ao encontro de Rose Leonel e a Annmarie Chiarini. São mulheres que tiveram suas intimidades expostas por pessoas próximas e decidiram denunciar abertamente a violência que sofreram. Ambas buscaram suporte na legislação e não encontraram. Com a luta que empreenderam, cada uma em seu devido contexto, culminaram afetando o âmbito do Direito com suas reivindicações.

Nesse sentido, compreendo que o conceito de “agenciamento” está presente em ambos os casos, isso porque “este processo reflete os sujeitos quando estão em uma posição ativa frente às regras sociais e as suas próprias emoções, construindo estratégias, seleções e escolhas que lhes possibilite novos caminhos e oportunidades”. (MONTICELLI, 2013, p.85). Tanto Rose Leonel quanto Annmarie tiveram que tomar a difícil decisão de explicitar – ainda mais – a violência que sofreram.

A exposição compulsória das imagens sexuais de ambas as mulheres implicou em uma série de consequências em suas vidas. Foram diversas as decisões que tiveram que ser tomadas

²⁶ If we speak out about our experiences, it comes at a cost. Every time we speak, our intimate photos are viewed millions of times, they are further disseminated. We live the trauma all over again. Those of us who have come forward are sometimes called "silence breakers." But it's not so much that we have been silent all these years. It's just that not one listened. (WELLS, 2019, Online). Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/04/opinion/revenge-porn-privacy.html> Acesso em: 09 out. 2019.

frente a um cenário bastante hostil.

Monticelli argumenta que esses processos de agenciamento estão alocados em relações de poder, assim sendo, são produzidos e concretizados por meio das diversas desigualdades nas quais vivenciaram e vivem em suas trajetórias. (MONTICELLI, 2013, p.85). Isso me levou a refletir como se deu tanto a construção, quanto às posições de sujeitos perante essas mulheres.

Assim, como Monticelli argumenta, essas mulheres também elaboraram estratégias, manobras e técnicas estabelecidas nos menores espaços da vida individual e social, fundamentando assim um sujeito que opera, que se coloca e que cria possíveis táticas em suas vidas cotidianas. (MONTICELLI, 2013, p 85).

Para demonstrar como tais dinâmicas se desenvolveram na experiência das interlocutoras, parto para apresentação delas.

Rose Leonel é uma mulher brasileira, residente da cidade de Maringá, localizada no estado do Paraná e teve fotos expostas por seu ex-companheiro quando decidiu terminar um relacionamento no ano de 2006. Rose empreendeu uma luta na justiça que culminou na alteração da Lei Maria da Penha e fez com que a disseminação não consensual passasse a ser considerada como uma forma de violência contra as mulheres dentro da legislação brasileira. Ela também criou a ONG Marias da Internet que presta apoio psicológico e jurídico a vítimas da prática.

Annmarie, por sua vez, é uma mulher norte-americana, residente do estado de Maryland e professora de inglês em uma faculdade comunitária do mesmo estado. Annmarie trabalhou junto da organização norte-americana *Cyber Cyber Rights Initiative* (CCRI) como diretora de serviços às vítimas. Annmarie foi vítima de seu ex-companheiro que comercializou suas imagens e as disseminou mais de uma vez.

Também utilizo como interlocutora Karine Benassi. Karine é advogada, trabalha diretamente na instituição Marias da Internet ofertando suporte às vítimas de disseminação não consensual.

A partir das narrativas dessas mulheres e da trajetória que traçaram após tais eventos, tenta-se apreender como se deu esse processo que vai desde a produção inicial dessas imagens até o momento posterior. Como já mencionado, intenta-se compreender se a luta que aderem posteriormente pode ser entendida como uma forma de enfrentamento da disseminação não consensual de conteúdo sexual.

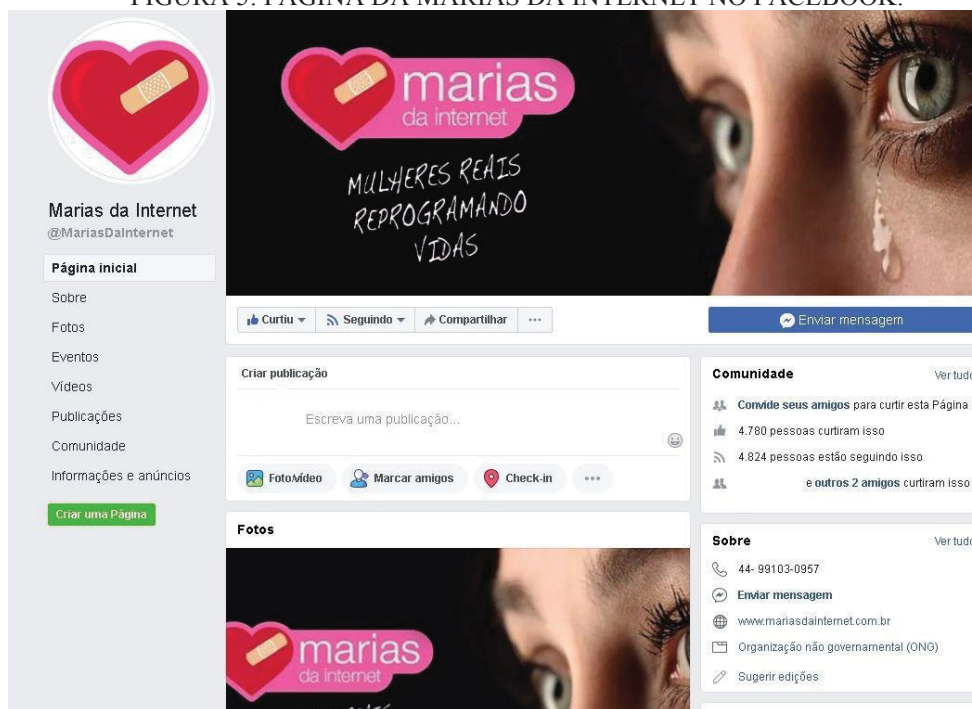
3. CAMINHOS FRENTE À DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL

3.1 ROSE LEONEL

Rose Leonel é formada em Jornalismo e bastante ativa no trabalho, é uma mulher madura, mãe de dois filhos, cristã e bastante engajada com aquilo que se compromete a fazer, como o curso de Direito, por exemplo, que decidiu iniciar após a violência que sofreu. Quando Rose Leonel decidiu terminar esse relacionamento cuja duração já era de quatro anos, seu ex-companheiro, que ficou bastante inconformado pelo término da relação, se empenhou a criar todo um aparato para divulgar as imagens íntimas que possuía de Rose.

O primeiro contato que estabeleci com Rose foi feito por meio da rede social *Facebook*²⁷. É interessante notar que a aproximação com minhas interlocutoras se deu no contexto das redes. Busquei a página da ONG Marias da Internet e enviei uma mensagem privada em novembro de 2018, me apresentando e falando da minha intenção em entrevistar Rose para a construção desta pesquisa.

FIGURA 5: PÁGINA DA MARIAS DA INTERNET NO FACEBOOK.



²⁷ *Facebook* é uma mídia social e rede social virtual lançada no ano de 2004, operado e de propriedade privada da *Facebook Inc.* Em de junho de 2016, o *Facebook* atingiu a marca de 2 bilhões de usuários ativos. Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/facebook/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

Fonte: www.facebook.com

Questionei sobre qual seria a melhor forma de contatá-la, pois não sabia quem administrava a página na rede social. Logo fui respondida recebendo o número de telefone para que o contato com Rose fosse feito pelo aplicativo *Whatsapp*²⁸.

No dia 3 de dezembro de 2018, enviei uma nova mensagem me apresentando e explicando a proposta de meu estudo. Falei sobre uma possível visita que poderia realizar a Maringá/PR para conhecê-la e ela se mostrou bastante solícita em sua resposta. Também questionei se Rose teria o contato de alguma outra pessoa que trabalhasse com casos de disseminação não consensual que pudesse contribuir com o estudo.

Outro questionamento que pairou sobre mim nos nossos primeiros contatos, foi se Rose poderia indicar alguma outra mulher que teria sido vítima da prática e estivesse disposta a conversar comigo. Entretanto, pela especificidade do fenômeno e as graves consequências deixadas nas vítimas – principalmente pela violência que vem em forma da invasão da privacidade e intenso contato de desconhecidos após a divulgação – achei melhor abordar esse assunto pessoalmente. Lorena Trindade (2017) apresenta as nuances desse processo de aproximação com as pessoas vítimas da prática:

No caso da pornografia de vingança, a dificuldade para estabelecer contato com suas vítimas – através dessas redes de relacionamento – tem justificativa no próprio fenômeno. Com as consequências psicológicas do assédio e a perda de confiança (no outro e em si mesmas), conforme suas próprias falas, essas mulheres passam a rejeitar qualquer novo contato, sobretudo se esses são feitos depois da exposição íntima sem consentimento. (TRINDADE, 2017, p.41).

Assim, em janeiro de 2019 retomei o contato e logo marcamos nosso encontro para o mês de fevereiro. O tempo de viagem de ônibus de Curitiba a Maringá foi de aproximadamente 6 horas, cheguei à cidade por volta das 17h no dia 20 de fevereiro. A cidade estava ensolarada e pude conhecer alguns locais como a Catedral Basílica Nossa Senhora da Glória e o arborizado Parque Ingá.

Logo que cheguei a Maringá, fui recebida pelas pessoas que iriam me hospedar e quando

²⁸ *WhatsApp* é um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para disponível para celulares. Os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos e podem fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet. O aplicativo cresceu de dois bilhões de mensagens por dia em abril de 2012 para dez bilhões em agosto do mesmo ano. De acordo com o *Financial Times*, o *WhatsApp* "tem feito para SMS em celulares o que o *Skype* fez para chamadas internacionais em telefones fixos". Em setembro de 2015, o aplicativo alcançou a marca dos 900 milhões de usuários ativos.

comentei as razões que me levaram a visitar a cidade, fui surpreendida, pois eles já conheciam Rose e sua história. Embora eu já tivesse lido, e soubesse que o caso teve grandes repercussões, quando essas consequências são observadas face a face é possível compreender a magnitude do ocorrido.

Rose trabalhou como colunista social e apresentadora, atividades que fizeram de Rose uma pessoa pública em Maringá. Dessa forma, quando as fotos foram divulgadas, o ocorrido tomou proporções ainda maiores já que, todos sabiam o rosto e profissão de Rose Leonel.

A cidade de Maringá tem em torno de 340 mil habitantes e embora esteja crescendo as dimensões de um acontecimento como este na cidade são diferentes de uma metrópole onde ainda há certa possibilidade de se “esconder” fisicamente (ainda que o assédio online e por telefone sejam também intensos e recorrentes). Rose descreve episódios em que foi assediada pelas ruas da cidade, o quanto se sentiu observada e acuada.

A organização Marias da Internet, idealizada por Rose, ainda não possui um lugar físico onde o trabalho seja realizado e também não havia atividades programadas (como passeatas ou palestras) para aqueles dias, portanto, ao trocarmos mensagens Rose se prontificou a pensar um local para nossa conversa, uma vez que essa foi minha primeira vez visitando a cidade. Então, marcamos o encontro em uma padaria, chamada Marcos Boutique, localizada no centro da cidade. Um lugar aconchegante, com mesinhas e bom atendimento. Cheguei ao local com alguma antecedência e logo recebi Karine.

Karine Sanches Benassi foi convidada, a partir de uma demonstração que eu dei a Rose de que seria interessante para esse estudo conversar com alguém que trabalhasse na Marias da Internet. Karine é advogada e começou a atuar na ONG no ano de 2017, depois de assistir uma palestra proferida por Rose na Câmara dos Vereadores da cidade. A advogada conta que ficou encantada com a importância do trabalho realizado por Rose e foi assim que decidiu se voluntariar para ajudar no projeto.

Atualmente, Karine trabalha fornecendo orientações jurídicas para as vítimas de disseminação não consensual. Karine descreve como as vítimas da prática sofrem com a divulgação indevida e como é realizado o trabalho na ONG. O processo de culpabilização da sociedade sobre as vítimas também se faz presente nos casos de NCII²⁹. Além de terceiros

²⁹ Abreviação do termo em inglês *Non-Consensual Intimate Imagens* (NCII) que designa a disseminação não consentida de conteúdo íntimo e/ou imagens íntimas não consensuais. O termo será usado para designar a disseminação não consensual de conteúdo sexual diversas vezes ao longo de todo o trabalho.

questionando os motivos dessas mulheres terem produzidos tais materiais, as próprias vítimas passam a fazer essa espécie de questionamento a si mesmas.

Karine: Mas os casos que eu atendi geralmente a vítima vem muito frágil. A gente tem que ter bastante tato para atender essa vítima. Ela chega devastada mesmo. Ela se sente muito culpada. É como se o papel fosse inverso, né. É como se ela tivesse culpa pelo que aconteceu. E às vezes tem mulheres que falam "Não, mas se eu passei por isso, eu merecia", elas têm esse sentimento de que elas fizeram algo errado e que alguma coisa que está acontecendo hoje é por conta daquele comportamento. (BENASSI, 2019, Diário de Campo).

Quando questionei Karine sobre o perfil do agressor, ela citou que há grande proeminência de situações onde a divulgação não autorizada é feita por alguém com quem a vítima teve um relacionamento. Descrevendo assim, os casos que são motivados principalmente pelo desejo do agressor de se vingar ou prejudicar a vítima.

Karine: É, geralmente uma pessoa que a outra teve uma convivência. Ou namoro ou casamento ou um relacionamento mesmo de união estável. E tem muitos casos que elas vêm até nós chegam nessa situação que eu tô falando pra você elas chegam devastadas e aí nós acolhemos tudo e aí dá entrada em todo o prosseguimento porque tem que passar por perícia. Às vezes a gente não tem autoria porque nem sempre, suspeita-se que existe um agressor, suspeita-se de uma pessoa, mas nem sempre ele vem com a cara aberta às vezes ele faz um fake no perfil lá nas redes sociais e aí começa a fazer a divulgação de foto, ou seja, no *WhatsApp* mesmo. (BENASSI, 2019, Diário de Campo).

Da fala apresentada acima, é possível observar que o advento do aplicativo *Whatsapp* lança luz para uma série de problemáticas com relação à possibilidade de seu uso. Das chamadas *fakes news* até a proliferação de grupos onde há a divulgação não autorizada de materiais com conteúdo sexual, a utilização dessa ferramenta tem revelado potencialidades ainda pouco estudadas. Observa-se que nesses aplicativos de trocas de mensagem, como o próprio *WhatsApp* ou *Telegram*, por exemplo, há uma grande dificuldade no rastreamento de quem divulga.

Em entrevista ao site UOL, uma vítima de disseminação não consensual, que prefere não se identificar, foi gravada sem perceber e teve seu vídeo divulgado em um grupo de *WhatsApp*. A vítima argumenta: “Se eu quisesse que todos aqueles caras vissem o vídeo, eu mostrava o meu corpo pra eles. Ele não tem o direito de chegar, me gravar e mostrar pra todo mundo”³⁰.

³⁰ Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/07/02/entenda-o-revenge-porn-e-como-a-justica-brasileira-tem-atuado-nesses-casos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 17 mar. 2019.

Um dos agravantes do *WhatsApp* é que os indivíduos podem ter acesso a esses materiais mesmo que não tenham buscado. Se há o envio a partir de uma mensagem direta ou de um grupo, pessoas que – em um primeiro momento – não tinham interesse em ver tais conteúdos acabam por compactuar com a invasão de privacidade dessas vítimas.

Karine ainda descreve outra tática utilizada por quem perpetua essa prática onde a pessoa cria um perfil falso³¹ ou página em rede social que não seja verdadeira, mas que é utilizada como canal para veicular esse material.

Seguindo nossa conversa, questionei Karine sobre a natureza dos dados divulgados juntamente com as fotos ou vídeos. A prática do *doxing*³², que será mais detalhada adiante, parece ser uma constante. Além do nome e telefone, Karine pontuou mais um aspecto, segundo a experiência da advogada na ONG Marias da Internet, a profissão das vítimas é recorrentemente citada. Sua fala revela escancaradamente a natureza dessa prática: a questão do gênero presente em todo o processo da disseminação não consensual.

Karine: Ah, olha, eles geralmente, além, claro, da imagem da vítima, geralmente eles gostam de falar se a pessoa tem uma profissão, é conhecida no meio social e tem uma determinada profissão, eles gostam também de divulgar essa profissão da pessoa e o que que acontece? Um dos maiores problemas é que muitas vezes essas pessoas, essas vítimas perdem o emprego por conta da difamação, dessa divulgação de imagem e tudo mais. E acabam vinculando fulana de tal e coloca lá qual que é a profissão dela, às vezes não pega tanto o nome, mas pegou a imagem da pessoa e a profissão dela. Você imagina uma pessoa, a Rose é um exemplo, da profissão que ela é uma jornalista e a imagem dela é ela é o que ela fez, entendeu? E muitas dessas vítimas acontece essa mesma situação, vou citar, não vou citar assim uma vítima específica, mas vou falar, pode ser uma profissão, como exemplo tá? Uma professora. Imagina a consequência disso numa profissão, numa pessoa que é uma professora. E tem casos, né, que acontece isso. (BENASSI, 2019, Diário de Campo).

Em muitos casos, além da vítima ser colocada na situação vexatória de ter seus momentos íntimos divulgados, o autor da disseminação ainda busca provocar prejuízos profissionais e financeiros. Como exemplo, pode-se pensar nessas situações quando se busca vincular pejorativamente a profissão da mulher com a vida sexual dela.

Karine descreve casos onde além do âmbito profissional, o perpetrador também busca minar as relações familiares e pessoais das vítimas.

Karine: Inclusive, inclusive alguns desses agressores, eles tentam, o que que eles fazem? A primeira coisa, primeiro ele faz a exposição e tudo mais, quando eles querem continuar essa exposição ou querem realmente deixar a vítima, acabar com a

³¹ Popularmente conhecido como contas “fake”.

³² Prática de coletar e divulgar dados pessoais juntamente com fotos e vídeos íntimos das vítimas.

vítima, o que que eles fazem? Eles falam "vou contar pro seu pai. O que que sua família vai pensar disso?" "O que que o seu pai?" Principalmente o pai porque o pai tem uma, né, assim, uma imagem pra filha. (BENASSI, 2019, Diário de Campo).

Os agressores se aproveitam do machismo enraizado da sociedade para fundamentar suas ameaças de expor ou enviar o conteúdo para a família ou amigos(as) da vítima.

Karine: Ele quer destruir tudo, pra que? Pra que ela volte pra ele e que ela encontre nele um apoio que ela nunca vai ter. Mas enfim, enquanto ela pensa que ela vai poder se apoiar nele, ele vai continuar praticando a violência. Seja violência de forçar ela a tirar fotos, ou forçar ela a ter um tipo de relação que ela não queira ter, porque acontece isso. Diz pra ela, "eu quero quero uma relação assim assim assim, você tem que me obedecer ou eu quero dessa maneira" ou forçar ela. Sempre com essa ameaça de que se você não fizer isso pra mim, alguém vai saber. Fulano vai saber. Eu vou deixar que todo mundo saiba. (BENASSI, 2019, Diário de Campo).

Rose comenta sobre esse processo de culpabilização da vítima e, a partir de seu trabalho na ONG e de sua própria experiência. Descreve o quanto as mulheres são assediadas e ridicularizadas. Sua história reflete de maneira bastante explícita as violências das quais muitas outras vítimas também são sujeitas. “É um sofrimento imensurável. Eu tinha pesadelos, assim, sonhava que eu tava tomando banho e as paredes abriam e eu ficava exposta, sabe? É uma coisa muito louca.” (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

Rose chegou ao café algum tempo depois da minha conversa com Karine ter iniciado. Minha primeira impressão foi de uma mulher bastante centrada e vaidosa. Também a suavidade em sua fala e ingresso na conversa de maneira natural me chamaram a atenção. Alguns dos meus medos foram embora logo no início, pois acreditava que seria dificultoso criar um ambiente de intimidade para falar de coisas tão pessoais e doloridas, como as que Rose compartilhou comigo.

Ao adentrar em uma esfera tão íntima recorri a leituras que oferecessem suporte ao desenvolvimento de estudos qualitativos e me ofertassem amparo e orientação durante o processo. A autora Arilda Schmidt Godoy discorre sobre o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa “ainda, do ponto de vista metodológico, acredita-se que a melhor possibilidade para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador colocar-se no papel do outro” (GODOY, 1995, p.43) ³³.

Tais leituras foram essenciais para que, como pesquisadora, estivesse preparada para a

³³ Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d156/bcd57fa7146723e58f7b9222e1ee381035a2.pdf> Acesso em: 17 de out. 2019.

a escuta. Principalmente, pelas interlocutoras estarem compartilhando uma experiência tão dolorosa quanto a de ser vítima de uma divulgação não autorizada.

Outro ponto importante de ser destacado é o caráter mais descritivo dessa pesquisa, uma vez que a pesquisa qualitativa parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve (GODOY, 1995, p.58). E ainda:

Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p.58).

Em vista disso, apresento detalhadamente o caso de Rose Leonel. Rose conta que percebeu que seu ex-companheiro não estava se entendendo bem com seus dois filhos e que essa foi sua maior motivação para não prosseguir na relação.

Rose: Eu tinha um companheiro, a gente tinha praticamente quatro anos, né, de relacionamento. Só que meus filhos foram crescendo nesse relacionamento. Eu era viúva e minha filha era pequena e meu filho. Só que eles não foram se dando bem e eles foram denunciando essa incompatibilidade. Falando - Mãe, quando você não tá junto, ele belisca a gente. Ele não trata a gente bem igual quando você tá junto. Aí meus filhos começaram a reclamar, daí eu comecei a perceber isso. Teve um dia que ele brigou com meu filho também porque ele tomou um iogurte que ele tinha na geladeira e era dele. E ele jogou o iogurte na parede em cima do meu filho, sabe? Então, eu percebi que ele era intolerante com meus filhos e eu resolvi terminar porque eu pensei como que eu vou casar com uma pessoa assim. A gente ia oficializar, assim, no papel, mas a gente tinha praticamente uma relação estável. Eu pensei como que eu vou colocar de vez uma pessoa assim e daí meus filhos tão crescendo, vou tirar a liberdade deles, vou pôr em risco os meus filhos. E de repente meu filho pode crescer e falar “Mãe, vou sair de casa, ou ele ou eu. Então, eu pensei: não, não vou fazer isso com meus filhos. Prefiro ficar sozinha com meus filhos, né, do que ficar com ele... Aí eu terminei, mas eu gostava muito dele. E, só que quando eu terminei a gente ficou um mês conversando mais ou menos. Até que eu falei “olha, não, mas eu não vou voltar”. E quando falei, nossa, ele ficou fora de si. E daí eu fiquei com medo dele, porque ele era muito controlador. (LEONEL, Diário de Campo, 2019).

Na época, seu filho mais velho tinha 11 anos e a mais nova estava com 8 anos. Foi nesse processo de término que o medo começou a pairar sobre a vida da jornalista. Eduardo começou a dar demonstrações de que não iria aceitar a situação tão facilmente.

Rose ao desconfiar da situação, conta que possuía a senha do *e-mail* de Eduardo e que descobriu antes da divulgação das fotos, as intenções de seu ex-companheiro. Eram diversos os e-mails trocados com um técnico de informática que estava cobrando o valor de R\$ 1.000,00 reais para criar um site onde Eduardo poderia disponibilizar as fotos nuas de Rose. Rose buscou um advogado e em conjunto produziram uma notificação a ser entregue para seu ex.

Rose: E ele foi intimado, né. O oficial de justiça foi atrás dele e ele assinou. No dia que ele assinou a notificação ele me ligou totalmente fora de si. Ele falava assim “vem aqui agora”. Nossa, ele falava pra ir lá, que ele queria fazer um acordo. Daí às vezes ele ligava e xingava. Ele ligou totalmente enlouquecido. Daí outra hora ele falou assim pra mim. ‘Você quer saber: eu vou fazer isso porque eu não tenho medo de ninguém. Nem da polícia, nem de Deus e não tem lei pra mim. Eu vou fazer isso. Ele era formado em direito então acho que ele sabia que também não tinha uma lei específica. (LEONEL, Diário de Campo, 2019).

Rose acredita que seu ex-companheiro, por ser graduado em Direito, soubesse da brecha existente na legislação. Na época, a disseminação não consensual era enquadrada apenas como um crime de calúnia ou difamação. Não havia uma lei específica que contemplasse a prática.

No desenrolar da entrevista e após sentir que Rose já estava bastante confortável com a minha presença e nossa conversa, perguntei se ela poderia me contar sobre o momento da divulgação e o desenrolar da situação. Ela foi bastante solícita, mas ainda assim, o clima ficou pesado e foi possível sentir a dor da jornalista, mesmo depois de tantos anos passados daquele momento.

Karine foi embora e eu mudei de lugar, me sentando mais próxima de Rose. Ela contou então que no mês de janeiro, Eduardo foi à delegacia e fez um boletim de ocorrência alegando que haviam roubado um cd de fotos de seu carro.

Logo após esse episódio, que Rose considera que foi premeditado, as fotos começaram a ser divulgadas. Rose conta que as divulgações partiram principalmente de seu *e-mail* que foi hackeado. Isso levou algumas pessoas a acharem que era ela mesma que estava divulgando esse material.

Que isto seja verossímil não é algo a ser desprezado, pois adiante nesta pesquisa serão apresentados alguns casos onde dúvidas surgem sobre as vítimas, que passam ser consideradas suspeitas pela própria divulgação de seus materiais. Isso pode ser observado principalmente, quando pessoas públicas têm suas imagens e vídeos divulgados. Que não de maneira infrequente, são acusadas de buscarem uma “autopromoção” quando na verdade estão sofrendo uma divulgação indevida.

Rose conta que seu ex-companheiro enviou seus materiais para milhares de contatos e o quanto esse processo violentou sua intimidade. Os dados pessoais de Rose incluindo seu número de telefone, endereço, contatos de familiares e local de trabalho foram também divulgados junto com suas fotos.

Rose: Ele soltou, ele soltava como se fosse do meu *e-mail*. Entrou no meu *e-mail* e era como se fosse eu soltando. E ele soltou pra 15.000 e mails. A cada semana ele soltava uma leva. Como se fosse episódio 1, episódio 2. Ele foi me queimando viva.

Primeiro episódio eu ainda tava com roupa daí no final das fotos foi me deixando sem. Ele foi, assim, igual uma flor que vai despetalando. Nossa, foi me queimando viva mesmo. Daí comecei a receber ligação do Brasil inteiro pra fazer programa. Porque ele escrevia assim junto com as fotos - “Sou garota de, sou zona, sou uma puta de zona, faço tudo o que você quiser, marque seu horário comigo”. Sabe aqueles termos, bem chulos? Assim, rancorosos, sabe? Daí colocava meu telefone, colocou telefone de casa, celular do meu filho, telefone do meu trabalho. (LEONEL, Diário de Campo, 2019).

Isso a deixou em uma situação de extrema vulnerabilidade. Com milhares de pessoas tendo acesso a informações pessoais, o assédio foi se tornando cada vez mais intenso.

Rose: Quando você entra na rede social exposta, cada clique, você é violentada a cada clique. Eu penso, eu sinto. O sentimento é esse. Quando você é exposta você está com a sua intimidade sendo exposta para as pessoas. É como se fosse sendo violentada a cada clique. É essa a sensação. (LEONEL, Diário de Campo, 2019).

Além disso, Rose conta que foi despedida depois da divulgação. Chegou a apresentar a notificação para a empresa que trabalhava, mas não foi atendida. Ela conta que seu chefe na época chegou a mandar uma mensagem com os seguintes dizeres: “Rose você pode ser o que quiser ser fora do trabalho, mas não precisa falar pra todo mundo” (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

É importante observar que essa é uma consequência bastante comum para as vítimas dessa prática. Muitas delas são prejudicadas no âmbito profissional chegando a perder seus empregos. As relações sociais e profissionais ficam bastante comprometidas após a divulgação.

Em notícias sobre o caso de Rose, observa-se que no auge da disseminação, ela chegou a receber mais de 500 ligações por dia de pessoas interessadas nas divulgações. Rose também relata o momento doloroso que foi a separação de seu filho mais velho que acabou se mudando do país durante esse período.

Rose: Eu fiquei totalmente desmontada. Totalmente linchada viva, né. Meu filho ficou muito revoltado, brigava na escola todo dia e aí até que o pai dele que morava na Inglaterra veio pra Maringá e falou “Ai, vamos levar, vou levar ele pra Inglaterra comigo”. E daí levou, ele quis ir que ele tava revoltado aqui também. Nossa, eu quase morri quando ele foi. Oxi, meus filhos são tudo pra mim, né. Eu quase morri quando ele foi. Daí foi difícil hein, nossa. Agora minha filha do segundo casamento e ela é mais nova, eu sou viúva, o pai dela é falecido. Mas ela sofreu muito aqui comigo também, bullying na escola, até os professores. (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

Os danos deixados pela divulgação indevida de suas imagens causaram não só os prejuízos profissionais e financeiros, mas também, sofrimentos psíquicos tremendos. Rose descreve: “É como se fosse um buraco negro, e você vai caindo, caindo e você vai caindo e

não tem parada. Cada dia é pior... Sabe um pesadelo que você nunca acorda?” (LEONEL, 2019, Diário de Campo). Também comenta “E é como se a pessoa fosse despedaçada que cada pedaço do seu corpo fosse, fosse assim, dilacerado e as pessoas fossem cortando mesmo, cada pedaço do seu corpo quando você é visto na internet. Então é um processo, assim, desumano.” (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

Rose relata que produziu essas fotos em um ambiente de intimidade, com uma pessoa em quem confiava e amava, e que, de maneira nenhuma, esperava que outras pessoas tivessem acesso a esse material.

Rose: Se você tava com uma pessoa que era só aquilo, é igual um segredo, né. Você compartilhou com aquela pessoa o segredo. Era pra contar pra alguém? Não era, né... Então, qual é o respeito que você tem com essa pessoa? Isso são questões de princípios, né. E também de compaixão, né. Eu acho assim, compaixão. Quando você vê uma pessoa sendo agredida na rua, você tem que ter compaixão. Você não pode se banalizar com a violência e aceitar. Quando você vê uma pessoa sendo exposta na internet, você não pode compartilhar. Isso porque a pessoa tá sendo agredida quando você compartilha. Isso é compaixão também, né. (LEONEL, Diário de Campo, 2019).

A repercussão do caso tomou grandes proporções o que levou Rose a contratar um perito particular na tentativa de remover parte do material que estava na rede. A partir do trabalho do profissional ficou constatado que havia mais de sete milhões de sites com fotos da jornalista. Ressalto também, este alarde que acontece quando há a exposição do corpo feminino sem o consentimento. Rose demonstra seu estarrecimento com o deslumbre das outras pessoas por imagens não consensuais:

Rose: É interessante que como que desperta o interesse, a avidez, é, parecem abutres, né... Um interesse, assim, tão sórdido pela pessoa que não quis ser exposta, né. Porque a mulher que vai, que se expõe, que faz ensaios, ou até paga para aparecer em revistas... normal, tranquilo, nem tem tanto, tanto alarde. Agora, como é o lado funesto do ser humano: a pessoa que não quis aparecer e desperta tanto alarde, né. (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

Nesse contexto, apresento alguns apontamentos de Emma Holten que se relacionam com a fala de Rose. Emma Holten é uma mulher holandesa que foi vítima de disseminação não consensual pelo seu ex-namorado e atualmente é ativista pelos direitos das mulheres. Em uma entrevista que concedeu ao site *Hysteria*³⁴, Emma comenta sobre a uma fetichização de materiais sexuais divulgados sem o consentimento. Para ela, nessas situações, o corpo não

³⁴ Disponível em: <<http://www.hystericalfeminisms.com/consent/>> Acesso em: 22 mar. 2019

necessariamente é o fator mais relevante, mas sim a situação degradante de ser alguma imagem vazada (HOLTEN, 2013).

Emma Holten argumenta sobre as raízes dos discursos que inflamam tais práticas:

Esta dinâmica é um lugar-comum online e é uma manifestação concreta de um discurso maior em torno do corpo feminino, a noção de que é erótico sexualizar alguém que não tem conhecimento. Nós todos sabemos as categorias: a professora sexy, aluna, enfermeira, garçonne, bartender, médica. Todos os trabalhos, se realizado por mulheres, podem ser sexualizados. O que é sexy não é o trabalho, nem mesmo a mulher, mas o fato de que enquanto a mulher está apenas fazendo seu trabalho você está secretamente sexualizando ela. Ela tornou-se propriedade pública simplesmente por existir? (HOLTEN, 2013, Tradução Livre)³⁵

Naomi Wolf em seu livro “O mito da beleza” (1992) descreve que em diferentes sociedades a exposição de maneira desigual entre a nudez masculina e feminina exprime relações de poder (WOLF, 1992). Nesse sentido, complementa:

A violência sexual contra as mulheres não é obscena enquanto a curiosidade sexual feminina é [...] Deixando de lado a questão do que as imagens de violência sexual fazem, ainda assim fica aparente a existência oficial de dois pesos e duas medidas no que tange à nudez masculina e feminina na cultura dominante que dá sustentação a desigualdades no poder. (WOLF, 1992, pg.182)

Seguindo com a discussão, por escolhas teóricas e limitações de uma dissertação, apresento brevemente, algumas contribuições provenientes do campo da Psicologia que são pertinentes principalmente para a compreensão do trauma e deste processo que caracteriza tais mulheres como vítimas e agentes, de maneira simultânea. Também considero importante destacar a discussão em torno do trauma, uma vez que é evidente que as consequências da disseminação não consensual afetam a saúde mental das envolvidas.

Nesse sentido, ressalto os pesquisadores Didier Fassin que é sociólogo e antropólogo e Rechtman, psiquiatra e antropólogo, que estudam a temática. Ambos são autores do livro “L’empire du traumatisme”, em português “O Império do Trauma: uma investigação sobre a condição de vítima” (Flammarion, 2007). Os autores argumentam que o traumatismo é chave

³⁵ “This dynamic is a commonplace online and is a concrete manifestation of a larger discourse around the female body, the notion that it is erotic to sexualise someone who is unaware. We all know the tropes: the sexy teacher/student/nurse/waiter/bartender/doctor. All jobs, if staffed by women, can be sexualized. What is sexy is not the job, not even the woman, but the fact that while the woman is just doing her job you are secretly sexualizing her. She has become public property by simply being?” (HOLTEN, 2013, Online). Disponível em: <<http://www.hystericalfeminisms.com/consent/>> Acesso em: 22 mar. 2019

para a interpretação do mundo contemporâneo, no qual se observa um encontro entre a produção social do trauma e o reconhecimento moral das vítimas (CANAVÊS, 2015, p.10).

É possível observar que as análises da produção e dos usos do trauma na atualidade inscrevem os modos de lidar com a violência (social, política, natural etc.), sendo relevantes para compreender fenômenos sociais e suas implicações na vida dos indivíduos. (WEINTRAUB; VASCONCELLOS, 2013, p.1050). Mesmo questionando o processo de “vitimização”, esses autores argumentam que o trauma pode ser também um instrumento a serviço de uma demanda de justiça (FASSIN & RECHTMAN, 2011, p. 409 apud TRINDADE, 2017, p.72)³⁶. A experiência de Rose vai de encontro a estes apontamentos. Uma vez que, após vivenciar experiência com a disseminação não consensual, incorporou em sua vida a luta para ajudar outras vítimas e conscientizar a população.

Para Fassin e Rechtman, o trauma se torna um operador contemporâneo das disputas políticas, das ações públicas e privadas, das indústrias biomédicas e da saúde, e demonstra um claro papel nas relações de poder. (WEINTRAUB; VASCONCELLOS, 2013, p.1050).

São diversos os estudos sobre a construção social e histórica da pessoa como vítima que abrem caminhos para pensar como esses processos são importantes para transformações sociais. Dessa forma, é importante pensar a extensão que a figura da vítima adquire na sociedade contemporânea como forma de legitimação moral de demandas sociais (SARTI, 2011).

Lorena Trindade (2017), ao também se debruçar sobre a experiência de vítimas de disseminação não consensual de conteúdo sexual infere que o lugar que as mulheres que passam pela pornografia de vingança (não anônimas, ao menos) reivindicam para si como vítimas é distante de um lugar passivo. (TRINDADE, 2017). A trajetória de Rose Leonel e Annmarie Chiarini ilustram esses processos.

Apresento a reflexão de Rose sobre o ser vítima, mas também ser agente.

Rose: É, teve isso sim. Faz muito bem pra gente ver que eu consegui assim mudar essa perspectiva, né, e trabalhar com essas vítimas tentando mostrar esse caminho pra elas também, né. E algumas já me falaram assim "Rose, é muito, muito legal esse trabalho de vocês porque a gente vê que foi baseado numa história real de alguém que, que vocês estão mostrando um caminho que é possível, que aconteceu de verdade, então, a gente, você conseguiu e a gente vai conseguir também. [...] Porque é uma morte civil. A gente é aniquilada. Uma morte civil. Então você tem que se reconstruir. Eu falo que é um trabalho de reconstrução depois. Então, todo dia estou me reconstruindo um pouco. (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

³⁶ Si le traumatisme s'inscrit dans un ethos compassionnel caractéristique de notre époque, il est donc aussi un instrument au service d'une demande de justice" (FASSIN & RECHTMAN, 2011, p. 409, Tradução Livre).

Diante da decisão da jornalista em falar sobre o ocorrido e, posteriormente, criar uma organização que oferece suporte às vítimas, se relaciona ao seu processo de ressignificação da violência a qual foi submetida.

Quando um trauma acontece, a cura desse sofrimento depende, sobretudo, de redescobrir o mundo, sublinhando a influência que a linguagem terapêutica tem nesse contexto. Se a violência é a origem do mal, o trauma é parte integrante de sua interpretação. No entanto, além da resposta psiquiátrica ao trauma, é possível propor e considerar outras formas de ação, como a reconstituição das identidades e das comunidades atingidas, a reorganização das narrativas ou dos rituais sociais. (WEINTRAUB; VASCONCELLOS, 2013, p.1050).³⁷

De modo que, frente a um cenário no qual os casos de disseminação não consensual têm se proliferado levando mulheres a cometer suicídio ao redor do mundo, sublinha-se a experiência de Rose:

Rose: Não era pra eu estar aqui mais, eu não sei como sobrevivi. Não teria coragem de tirar minha vida. E segundo porque eu tinha a responsabilidade de cuidar da minha família. Então, os filhos pra mim estão em primeiro lugar. Então antes de pensar em mim, eu pensava nela. Então isso me manteve viva, sabe. E, mas eu creio que tudo isso Deus teve um propósito né. Porque a indignação que eu senti de não ter uma lei específica e desse sofrimento eu falei " Não, eu preciso criar uma instituição que atenda essas vítimas porque eu senti o desamparo, a falta de informação, a discriminação sabe?! Eu tive mais de 12 boletins de ocorrência. Você vai na delegacia você é maltratada, você entendeu? Eu fui no Fórum pedir apoio da Maria da Penha, porque ele chegou a ir na frente da minha casa, no colégio da minha filha, ele chegou fazer uma perseguição física e eu fui num fórum pedir proteção e o juiz era tão machista que quase inverteu as coisas e deu a proteção da Maria da penha pra ele [...] Então, eu falei, não, tem que ter uma instituição especializada nesse tipo de crime pra tratar dessas vítimas. Que essas são vítimas diferenciadas elas estão totalmente destruídas e precisam de um tratamento de respeito e especial, né, porque a gente fica destruída. A mulher ela é reduzida zero. Toda sua vida acaba. Sua vida profissional, minha vida profissional acabou, minha vida psicológica, de autoestima. Tudo acabou. (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

É certo que trajetória de cada vítima é singular e as ferramentas nem sempre estão disponíveis. E é nessa perspectiva, que é importante destacar mais uma vez que a presente pesquisa não intenta apontar caminhos fixos. Com este trabalho, busco elaborar reflexões que auxiliem a compreender a complexidade dessas práticas, além de lançar luz à experiência das interlocutoras que tem atravessado seus traumas a partir das lutas que decidiram empreender.

Rose comenta que este amparo às vítimas é fundamental para atravessar os traumas advindos da exposição não consentida. “Eu posso mudar essa situação. Pronto. Você mudou

³⁷ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n3/0104-5970-hcsm-20-03-1041.pdf> Acesso em: 17 out. 2019.

totalmente a perspectiva dela. E muitas, teve uma vítima da Grécia, "nossa, Rose, se eu tivesse descoberto vocês antes eu não tinha tentando me matar" (LEONEL, 2019, Diário de Campo). A jornalista comenta que muitas vítimas se sentem esperançosas ao saberem que ela também foi vítima, mas que, gradualmente, tem conseguido superar seu trauma.

A partir do entendimento de que a NCII ocorre a partir desses vieses sexistas, Rose é assertiva em sua posição em relação à disseminação não consensual de conteúdo sexual: “é um crime de gênero” (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

Como pontuado, os efeitos da disseminação consensual se alastram e se concretizam em um regime de gênero permeado por desigualdades e que, historicamente, tem cerceado a liberdade feminina. Ainda que mudanças venham ocorrendo ao longo do tempo, quando esses materiais íntimos são levados a público o tom acusatório sobre as vítimas aparece com bastante força.

Ciente dos vieses machistas que orquestravam as ações de seu ex-companheiro, Rose decidiu que deveria buscar justiça. No trecho abaixo escrito por Lorena Trindade (2017) é possível observar algumas das dificuldades que Rose enfrentou.

Rose ganhou o primeiro processo movido contra o ex-namorado na Justiça, recebendo o valor de três mil reais, mas os ataques contra ela não cessaram. O ex-companheiro, assim que foi liberado, retomou-os vigorosamente, chegando a persegui-la pela cidade de carro. Rose moveu quatro processos na Justiça contra Eduardo. Em junho de 2010, ele chegou a ser condenado a cumprir pena de um ano, 11 meses e 20 dias de detenção e, neste período, a pagar R\$ 1,2 mil mensais à Rose, o que não ocorreu. Numa outra ação, a condenação era pagar R\$ 30 mil de indenização por danos morais, mas a apresentadora recorreu, já que o valor quase não cobria os R\$ 28 mil gastos por ela com o processo até aquele momento. Para Rose, o valor era desproporcional às consequências com as quais teve de lidar, incluindo as financeiras, já que o corte em sua receita mensal foi brutal. Ela recebia cerca de R\$ 6 mil por mês, mas nos quatro anos seguintes ao ocorrido, período de tramitação do processo, ela deixou de receber R\$ 300 mil em renda fixa. E até setembro de 2016, Rose não havia recebido um centavo sequer das decisões judiciais (TRINDADE, 2017, p.98).

Nesse âmbito, destaco um breve apontamento sobre o uso do Direito como ferramenta para a mediação de conflitos. Rifiotis argumenta que este uso deveria ser repensado. (RIFIOTIS, 2008 apud TRINDADE, 2017, p.98). Sobretudo, porque o Direito opera a partir de um equivalente geral. O autor fala de “um tipo penal” para exemplificar. Leio este “equivalente geral” também como um movimento de dessingularização das experiências (TRINDADE, 2017, p.98). O Direito opera a partir de um tipo penal e a partir dele definir uma modalidade de prova ou enfrentamento legal a ser seguida. (RIFIOTIS, 2008, p.23).

São problemáticas válidas e que ficam em aberto para estudos futuros que irão se dedicar a entender os efeitos da lei que foi aprovada em 2018.

Neste momento, destaco como a experiência pessoal de Rose foi motor para a elaboração de um projeto que acabou transformando a legislação brasileira. Diante disso, vale ressaltar que mesmo o Direito tendo suas limitações, é sabido que os sujeitos precisam encontrar reconhecimento numa sociedade moderna como seres tanto autônomos quanto individualizados" (HONNETH, 2003, p. 269 apud RIFIOTIS, 2008, p.23).

Rose: Eu ficava assim. tanto que eu comecei a fazer Direito, né. Eu ficava revoltada de ver que, eu acompanhei a dificuldade de julgar o meu caso, de como que dava só uma calúnia e difamação o meu caso sendo que minha vida tinha sido destruída, né. Aí porque não tem uma lei específica. Então eu senti uma busca na luta de justiça do meu caso. Eu sentia a dificuldade por não ter uma lei específica e daí que nós e quem trabalhou no meu caso, o perito que trabalhou no meu caso, o advogado, nós sofremos tudo junto. Eu compartilhei dessa luta ativamente, né, e sofri isso na pele e daí eu falei não, mas não pode ser assim. Daí nós rascunhamos esse projeto de lei com o advogado, e o perito digital muito dedicado, o Wanderson Castilho. E pedimos uma audiência pública em Curitiba. (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

Rose escancara as motivações que a levaram a tomar essa decisão. A interlocutora relata que não gostaria que nenhuma outra pessoa passasse pelas mesmas dificuldades que sofreu pela inexistência de uma lei específica que tratasse do problema. A sua decisão em empreender uma luta no judiciário, também relaciona a tentativa de atravessar os traumas que lhe foram gerados pela exposição compulsória.

Rose: Daí que começou tudo, em 2013. Aí pedimos essa audiência pública em Curitiba chamamos o deputado Gilberto Martins e ele organizou lá em Curitiba, né, na Assembleia Legislativa, chamamos o João Arruda. E daí João falou - olha tem que sair de Curitiba, tem que fazer um projeto federal. Daí ele recebeu o nosso material que a gente tinha rascunhado e falou "Olha, vou encabeçar esse projeto". E daí ele e começou a trabalhar nisso só que aí demorou quatro anos. E daí eu pensei, eu achei que eles tinham desistido. Que João Arruda tinha desistido. Eu pensei "Ah, o Brasil é assim mesmo, ninguém liga pra ninguém. Mas foi graças a Deus o projeto foi andando. Teve umas modificações que eu realmente fiquei triste. A gente rascunhou algumas coisas, eu com a minha ignorância também. Mas eu, as coisas mudaram quando chegaram lá em cima, né. Uma coisa que me deixou triste foi ter uma pena de 6 meses a 1 ano a sentença. A reclusão quando chegou ao Senado porque isso foi pra Câmara originou-se na Câmara com essa pena e não foi o que eu queria. Daí quando chegou no Senado eu pedi pra Gleisi... "[...] Daí nós entramos com um documento que eu levei pra Brasília pedindo de 2 a 4 anos. A Gleisi aceitou. Entrou com essa medi - esqueci o nome desse negócio - mas ela pediu, ela reformulou a lei, né, pedindo que a reclusão lá fosse de 2 a 4 anos, só que quando voltou pra casa originária porque é um processo, é um rito normal, né, ela é aprovada só que volta pra casa originária pra ver se eles aceitam as modificações daí eles não aceitaram e voltou pra 6 meses a 1 ano." (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

No quinto capítulo, quando volto a atenção especificamente sobre a disseminação não consensual no âmbito do Direito, abordarei de maneira mais detalhada as transformações que ocorreram na legislação brasileira.

Ainda que considere uma grande vitória, a aprovação da lei, Rose Leonel considerou branda a pena de 6 meses a 1 ano para aqueles que cometerem este crime.

Ao fazer uma análise dessa questão, mesmo lutando para aprovação da lei, a jornalista argumenta que somente a criminalização da prática não é suficiente. Rose defende que deveria haver uma maior conscientização da população acerca da temática da violência de gênero, da importância do consentimento e do respeito ao corpo e sexualidade de outrem.

Rose: Educar o filho o seu, o seu corpo é seu, e do outro é do outro, o seu corpo é seu, o do coleguinha é só do coleguinha. E a gente tem que respeitar e ninguém têm posse e autorização da imagem do outro. E isso é princípio, a gente tem que pôr, tem que incutir princípios, passar princípios na escola também, isso é educação. Então você não mexe na bolsa do coleguinha. Você não tem autorização para mexer nas coisas do coleguinha. O corpo é do coleguinha, a imagem é do corpo do coleguinha. Então você não pode, não tem autorização para passar para alguém, você receber e não vai passar pra alguém, né. (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

É relevante destacar que além da luta na justiça, Rose decidiu criar a ONG Marias da Internet dedicada à orientação psicológica, jurídica e de perícia digital às vítimas de disseminação não consensual de conteúdo sexual.

A criação da ONG foi concomitante ao início da primeira ação na justiça contra seu ex. Rose foi amadurecendo a percepção de si enquanto vítima - e não responsável pelo o que lhe acontecera. O intenso sofrimento pela separação de seu filho e pelos constrangimentos que ainda sofria nas redes, via telefone e nas ruas só fez crescer o seu desejo de amparar outras vítimas e de buscar justiça. Na mesma época, Rose ainda estava lidando com o fato de ter sido demitida e com o impacto também financeiro que a disseminação gerou em sua vida.

Foi assim que decidiu criar o site da ONG e por um tempo a ideia ficou apenas germinando. Rose levou um tempo até começar a alimentar a plataforma após sua criação. Foi no ano de 2016 que ativou o site e deu formalmente um início às atividades da Marias da Internet.

Rose: Então, eu falei, não, tem que ter uma instituição especializada nesse tipo de crime pra tratar dessas vítimas. Que essas são vítimas diferenciadas elas estão totalmente destruídas e precisam de um tratamento de respeito e especial, né, porque a gente fica destruída. A mulher ela é reduzida zero Toda sua vida acaba. Sua vida profissional, minha vida profissional acabou, minha vida psicológica, de autoestima. Tudo acabou. (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

Como mencionado, a ONG ainda não tem espaço físico permanente e conta com o trabalho de voluntários residentes da cidade de Maringá/PR, entre elas, Karine Benassi. A ONG também conta com outros voluntários espalhados pelo Brasil que são peritos digitais, advogados e psicólogos. Voluntários que residem em São Paulo, Ceará, Fortaleza.

O trabalho é todo acionado via aplicativo *WhatsApp*. Rose comenta sobre a importância do trabalho que realiza:

Rose: Salva vidas. A gente pega vítimas assim que eu fico, nossa, eu fico, isso aí me deixa muito feliz. "Nossa Rose, olha, não tenho palavras pra te falar. Você me deu uma luz no fim do túnel, nossa, agora tô com outra perspectiva. Olha, já não tô mais pensando em suicídio. Eu vou ser grata por você à vida inteira" e não sei o que. A gente muda a concepção da pessoa, muda, a pessoa tá assim pensando em morrer e daí você acolhe, sabe? E você mostra pra ela que a culpa não é dela, porque ela vem com aquela peste de culpada, você explica pra ela, mostra pra ela que ela não é culpada, enfim. E depois desse trabalho de acolhimento você dá pra ela as ferramentas necessárias pra buscar justiça e ela se vê acolhida, lá se vê amparada, né. E daí ela tem profissionais que se preocupam com ela e trabalham com ela ali pra buscar justiça. E daí ela vê que ela pode buscar justiça sim e condenar o agressor. Isso muda totalmente a perspectiva dela. Ela deixa de pensar em morte, ela vê que pode buscar justiça, vê que existe vida, luz no fim do túnel. (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

Destaco a atenção para o uso das redes para o trabalho da organização Marias da Internet. Nesse contexto, as ferramentas tecnológicas são utilizadas para auxiliar vítimas, conectar profissionais e divulgar materiais de conscientização. É interessante destacar o uso dessas plataformas em um movimento contrário ao da disseminação não consensual. José Alberto Machado (2007) apresenta que a comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. (MACHADO, 2007, p.268).

A reflexão de Machado (2007) nos ajuda a compreender mais sobre a atuação de Rose e a maneira como os integrantes da Marias da Internet tem se organizado para receber as vítimas. A conexão entre profissionais de diferentes partes do Brasil e o atendimento de vítimas de disseminação não consensual de todo o globo, demonstram como as ferramentas tecnológicas possibilitam que a ONG cumpra seus propósitos de maneira ágil e eficiente.

À vista disso, a importância da internet nesse contexto se dá principalmente pelo fato de que nela qualquer cidadão pode assumir, ao mesmo tempo, uma variedade enorme de papéis – como cidadão, militante, editor, distribuidor, consumidor, etc. – superando as barreiras geográficas e, até certo ponto, as limitações econômicas (Machado, 2003). Como exemplo, é

possível pensar no trabalho realizado inicialmente somente por Rose³⁸, mas que hoje, já tem proporções maiores.

Dessa maneira, Machado apresenta que a rede se converteu em um espaço público determinante para o fortalecimento das demandas dos atores sociais, para ampliação do alcance de suas ações, e no desenvolvimento de estratégias de luta mais eficazes, favorecendo assim o engajamento cívico (MACHADO, 2007).

Apesar da violência sofrida, Rose dificilmente esquecerá o trauma que seu ex-companheiro a submeteu ao divulgar suas fotos sem autorização. Entretanto, todos os dias, Rose tenta se reerguer. Sua luta na justiça, seu ativismo na criação ONG Marias da Internet, os convites aceitos para palestrar sobre a temática, as entrevistas que cedeu e a participação em pesquisas acadêmicas demonstram as diferentes maneiras que a jornalista tem encontrado para transformar sua dor em luta.

Rose complementa “Porque é uma morte civil. A gente é aniquilada. Uma morte civil. Então você tem que se reconstruir. Eu falo que é um trabalho de reconstrução depois. Então, todo dia estou me reconstruindo um pouco” (LEONEL, 2019, Diário de Campo).

3.2 ANNMARIE CHIARINI

Annmarie Chiarini é uma mulher de 48 anos, norte-americana, residente da cidade de Towson no estado de Maryland. Annmarie é professora de inglês em uma faculdade comunitária e trabalhou como diretora de serviços a vítimas da “Civil Rights Initiative” (CCRI)³⁹.

Tive contato com a história de Annmarie durante as leituras realizadas durante a etapa da pesquisa exploratória desse trabalho. Foi durante uma consulta ao site da CCRI que me deparei com seu nome. Em uma rápida busca pela internet, fui levada a diversas matérias jornalísticas que apresentavam seu caso.

Sua história me chamou atenção por envolver diferentes aspectos da discussão que, naquele momento, ainda eram somente ideias do que eu pensava em desenvolver nessa pesquisa.

³⁸ Nos próximos meses, a jornalista planeja expandir a equipe e atuar integralmente na ONG Marias da Internet quando finalizar sua graduação em Direito.

³⁹ Atualmente, a CCRI é uma organização sem fins lucrativos que atende milhares de vítimas em todo o mundo e defende inovações tecnológicas, sociais e legais para combater o abuso online. Disponível em: <https://www.cybercivilrights.org/welcome/> Acesso em: 19 jul. 2019.

A trajetória de Annmarie não só revela as tensões e ambivalências presentes nas escolhas que são feitas por mulheres vítimas de disseminação não consensual, como também nos conduz a mais uma possibilidade de enfrentamento da prática. Ao passo que Annmarie transita entre este *locus* marcado como vítima, suas escolhas também revelam que o ativismo que desenvolve se constitui como parte muito importante de sua personalidade.

Para realização da entrevista, o primeiro contato realizado foi via *e-mail* em fevereiro de 2019. Escrevi para Annmarie informando-a sobre meu interesse em entrevistá-la e apresentando os objetivos do presente estudo.

Concentrei-me também em apresentar brevemente a disseminação não consensual de conteúdo sexual no contexto brasileiro e abordar algumas leituras que realizei sobre a situação da prática nos Estados Unidos. Também informei onde foi que tive acesso a sua história, buscando deixar o mais evidente possível de onde venho e quais foram motivações que me levaram a contatá-la.

Sua resposta demorou alguns dias, mas logo veio. A professora informou que não utilizava com frequência aquele endereço eletrônico, mas se mostrou disposta e interessada em participar. Em julho de 2019, retomei o contato e combinamos que conversaríamos novamente em agosto ou setembro de 2019 e assim se sucedeu.

Foi em um sábado, dia 15 de setembro de 2019, que conversei com Annmarie via *Skype*⁴⁰. A técnica de coleta de dados que utilizei foi a entrevista semiestruturada. Por ser uma temática dolorosa para minhas interlocutoras busquei esse formato para que nossa interação fosse mais espontânea. Por também compreender que, as entrevistas semiestruturadas são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado (BONI; QUARESMA, 2005, p.75).

Nesse sentido, utilizar esta técnica proporcionou as condições necessárias para que fosse criado um ambiente no qual Annmarie se sentisse confortável para compartilhar sua experiência. Vale lembrar que a entrevista semiestruturada também permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes (BONI; QUARESMA, 2005, p.75) Meu intuito com essa escolha foi de criar uma esfera de intimidade e confiança.

Liguei minha câmera e lá estava Annmarie, sentada confortavelmente em um sofá na

⁴⁰ *Skype* é um software que permite comunicação pela Internet através de conexões de voz e vídeo. Foi lançado em 2003 e pode ser utilizado em telefones celulares ou computadores.

sala de sua residência. Ela ainda estava tentando descobrir se seu *tablet* estava funcionando bem quando ligamos nossas câmeras. Minha primeira impressão foi de uma mulher madura e amigável. Com seu cabelo curto e seus 48 anos, Annmarie foi bastante solícita durante toda nossa conversa.

Começamos com a minha apresentação, relatei os caminhos que me levaram até a temática e o que estava buscando a partir de nosso encontro. Informei Annmarie sobre minha trajetória pessoal face às questões de gênero, de que maneira experiencio o ser mulher e qual é minha relação com a internet. Contei a ela sobre minha trajetória na vida acadêmica e como estava sendo o processo de escrita dessa dissertação.

Todo o nosso diálogo se desenvolveu em inglês, o que foi uma experiência interessante para mim. Ainda que eu tenha sentido alguma dificuldade em certos momentos para encontrar palavras exatas, senti que a comunicação fluiu pela disposição de ambas de se fazerem entender e de serem entendidas. Assim, fui descrevendo as maneiras às quais iam sendo tecidas as teias de significados (Geertz, 1989 apud SEGATA, 2007, p.22) naqueles espaços e através daqueles espaços, onde nós estávamos interagindo.

Para apresentar como a violência se sucedeu, Annmarie iniciou contando que estava passando por um processo de divórcio de seu primeiro casamento, no ano de 2003. Nessa mesma época, em que Annmarie enfrentava uma série de turbulências, uma pessoa importante do seu passado ressurgiu em sua vida. Annmarie havia tido um relacionamento durante o ensino médio e se sentiu bastante feliz quando, depois de anos, recebeu uma solicitação de amizade na rede social *Facebook* de Joey⁴¹.

A relação começou em 1995 e nós tínhamos *dates* no Ensino Médio. Em 1998, nós iríamos nos casar, mas ao invés disso eu decidi que queria ir para o *College*. Ele ficou muito decepcionado, me cortou da sua vida. Então, eu assumi que tinha sido o fim e era isso. Então, 19 anos depois ele me contactou através do Facebook, me enviou uma solicitação de amizade e eu aceitei. Eu estava emocionada, claro, todos aqueles sentimentos e todas aquelas emoções voltaram. Naquele tempo eu estava casada, mas eu estava em processo de separação, estava falido, nós tínhamos ido para terapia, tinha acabado. Então, o timing parecia perfeito. Oh, você sabe, esta relação está ruindo, mas veja, esse maravilhoso amor do passado está voltando. (CHIARINI, Diário de Campo, Tradução Livre, 2019) ⁴².

⁴¹ Nome fictício utilizado para representar o ex-namorado de Annmarie.

⁴² “The relationship started in 1995 and we had high school meetings. In 1998 we were getting married, but I decided I wanted to go to college to use. He was very disappointed, cut me off his life. So I assumed that was the end and that was it. So, 19 years later, he contacted me through Facebook, sent me a friend request, and I accepted. I was thrilled, of course, with all these focused feelings and emotions. At that time I was married, but I was in the process of separation, I was bankrupt, we went to therapy, we broke up. So the weather looks perfect. Oh, you know, this relationship is failing, but see this wonderful love of the past is coming back.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

E foi assim, conversando por meio de redes sociais que ambos retomaram o amor do passado após o divórcio de Annmarie. Mas neste momento, o relacionamento era à distância, pois Joey residia em outra cidade.

Annmarie conta que não se sentia confortável com a ideia de produzir ou compartilhar fotos íntimas, mas acabou cedendo pela pressão de Joey. Quando conversamos sobre o que sentia em relação a esses materiais antes deles serem divulgados Annmarie relata, que, diferente do que foi discutido no segundo capítulo desse trabalho, para ela, fotografar-se nua já se relacionava muito mais a uma violência que estava sofrendo do que a uma possível manifestação erótica.

Chiarini descreve o que sentia em relação às suas imagens: Eu ficava constrangida por elas. Eu nunca olhei para nenhuma delas até ele postá-las. Não era algo que eu queria fazer; ele me coagiu.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo, Tradução Livre) ⁴³.

Após quatro meses dessa nova relação, a gente entrou em um relacionamento a distância. E nós tínhamos compartilhado imagens, eu diria, provavelmente três meses, dois meses na relação. Levou um tempo, eu não estava muito confortável com a ideia. Eu não sei se ele tinha isso planejado, não sei se era sua motivação, eu não sei, nunca saberei. (CHIARINI, Diário de Campo, Tradução Livre, 2019).

Com o passar do tempo, Annmarie começou a se incomodar com algumas atitudes de Joey. Ele demonstrava possessividade e agressividade em certas situações. Annmarie conta que ele demandava fotos para ver com quem ela estava e onde ela estava. Também solicitava fotos para ver se estava de acordo com as roupas que Annmarie estava utilizando. E diversas vezes duvidava de sua palavra.

Mas, então, cinco meses de relação eu estava notando que estava se tornando muito perigoso. Ele era muito manipulador, muito possessivo, ele perguntava o que estava fazendo, com que eu estava, o que estava vestindo, ele demandava que eu enviasse fotos para ver o que estava vestido. Foi então que eu vi que estava em uma enrascada e precisava sair. Nós tivemos uma discussão gigante, eu votei do trabalho e a saia que estava usando ele achava que a saia que eu estava usando era muito curta. (CHIARINI, Diário de Campo, Tradução Livre, 2019) ⁴⁴.

⁴³ “I was embarrassed by them. I never looked at any of them until after he posted them. It wasn’t something I wanted to do; he coerced me”. (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

⁴⁴ “But then, five months into the relationship I was noticing that it was becoming very dangerous. He was very manipulative, very possessive, he asked what he was doing, what I was wearing, what he was wearing, he demanded that I send photos to see what I was wearing. It was then that I saw that I was in trouble and needed to leave. We had a giant discussion, I voted for work and the skirt he was wearing he thought the skirt I was wearing was too short.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

E foi assim, que no ano de 2010, após uma briga cujo motivo foi uma saia que Joey considerou muito curta, que a professora decidiu romper o relacionamento. Logo após o sucedido, Annmarie relata que Joey estava convencido de que ela estava tendo relações com todos os amigos homens e mesmo sob a argumentação contrária permaneceu insultando-a e acusando-a. Foi quando ele a ameaçou de iniciar um leilão no site *Ebay* com as fotos íntimas de Annmarie.

Ele foi pra casa e mais tarde daquele na noite ele me ligou. Nós estávamos três horas de distância. Ele estava furioso, com muita raiva. Estava me acusando de estar fazendo sexo com outros homens, de estar fazendo sexo com meus alunos. Somente acusações ridículas e infundadas que não faziam absolutamente nenhum sentido. Então ele largou a bomba. E ele disse que iria começar um leilão no Ebay. Que iria fazer um leilão com um cd com todas as fotos que deixei ele tirar. Assim que ele falou, eu sabia o que ia acontecer. Porque eu conhecia sua personalidade. (CHIARINI, Diário de Campo, Tradução Livre, 2019) ⁴⁵.

Sob a argumentação de que se Annmarie não lhe dissesse a verdade sobre quantos homens ela estava tendo relações, seu ex-namorado revelou a intenção de leiloar um CD com 88 imagens nuas de Annmarie, que ele possuía. A professora entrou em contato com a polícia, mas o oficial argumentou que não havia nada a ser feito, pois nenhum crime havia sido cometido. Assim, no dia seguinte Joey iniciou o leilão.

Entrei em pânico, implorei para que ele não fizesse, chamei a polícia. Naquela época, eles não tinham nada para fazer. Então, no outro dia, eu não dormi, levei meus filhos para a escola, tirei uma folga e fui para casa. Fui para casa, fiquei no computador o dia inteiro esperando. Às 16h00min, recebi uma notificação do Ebay dizendo que o leilão havia sido criado. Ele usou minha conta no Ebay. Ele deve ter visto minha senha algum dia. Então ele usou minha conta no Ebay e enviou o link para meus amigos, família, ex-marido, babá, ele postou na página da faculdade que eu estava ensinando. Assim, os outros 3 ou 4 dias foram uma caçada aos leilões. (CHIARINI, 2019, Diário de Campo) ⁴⁶.

Em uma corrida contra o tempo, Annmarie tentou reduzir os danos, avisando administradores de páginas e tentando bloquear a disseminação do conteúdo. Ela denunciava ao *Ebay* que, por sua vez, tirava o leilão do ar. Minutos depois, Joey criava outro, e assim por

⁴⁵ “He went home and later that night and he called. We were three hours away. He was furious, very angry. I was accusing myself of having sex with other men, of having sex with my students. Just ridiculous and unfounded accusations that made absolutely no sense. Then he dropped the bomb. And he said he would start an auction on Ebay. That would make an auction with a cd with all the photos I let him take. As soon as he spoke, I knew it would happen. Because I knew your personality”. (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

⁴⁶ “At that time they had nothing to do. So, the other day, I didn't sleep at all, I got my kids to school, took time off and went home. I went home, stayed at the computer all day waiting. Then at 4. pm, I received a notification from eBay that the auction was created. He used my eBay account. He must have seen my password someday. So, he used my eBay account and sent the link to my friends, family, ex-husband, nanny, he posted on the College page I was teaching. So, the other 3 or 4 days was an auction hunt.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

diante. Annmarie ficou buscando e denunciando os leilões por alguns dias a fio. Duas semanas depois Joey contactou Annmarie, e, mesmo com certa hesitação, a professora decidiu retomar o contato.

Depois de um tempo, duas semanas depois ele me contactou e eu o ignorei. Uns dias depois ele me contactou de novo. E eu não lembro o porquê. Mas eu estava curiosa com o que ele poderia querer. Acho que eu estava curiosa. Ele estava muito certo de que eu tinha tido o que merecia. Ele disse “eu sabia que estava perdendo você e me senti em um beco sem saída. “Eu me senti como um animal preso e então tinha que te atacar com o que mais fosse te machucar”. “Ah claro, trabalho bem feito então, obrigada!” Mas eu queria saber mais. Eu fingi que nós tínhamos voltado. Nós nos vimos uma vez. Ele me deu cópias do cd. Ele falou que eram todas as cópias. Eu sabia que ele tinha mais no computador dele. Eu sabia que ele estava mentindo, mas isso me fez sentir um pouco melhor. Saber que talvez, somente talvez, eu tivesse todas as cópias. Finalmente terminamos de novo. Finalmente eu pensei “isso é ridículo”. Você é maluco e eu não quero ter tenho nada a ver com isso. Eu não ouvi nada dele por um tempo e foi ótimo. (CHIARINI, 2019, Diário de Campo) ⁴⁷.

Este primeiro episódio de disseminação não consensual aconteceu em fevereiro de 2010. Annmarie relata que contou para pouquíssimas pessoas e que o único desejo que tinha em mente era que toda a situação acabasse logo. Observa-se que grande parte das vítimas de disseminação não consensual optam por este caminho.

As violências pelas quais as mulheres são submetidas após a exposição geram problemáticas que podem perdurar por muito tempo. Muitas vezes as vítimas refletem que falar sobre o ocorrido, só traria ainda mais atenção. A tentativa de reconstruir sua privacidade e autoestima andam lado a lado com a vontade de enterrar este “grande pesadelo” como muitas vítimas relatam. Também a reação de outras pessoas perante vítimas de violência de gênero, em especial, vítimas de NCII corrobora para que muitas mulheres optem por permanecer em silêncio.

Annmarie descreve como foi a culpabilização da vítima apareceu em sua experiência.

Foi um pesadelo absoluto. A polícia basicamente balançou a cabeça e disse: “Bem, duh, o que você esperava?”. Aconteceu muito disso. Muitas pessoas disseram: “É claro que você iria acabar na internet”. E eu pensava comigo: como você sabe disso? Meu ex [que postou as fotos] era alguém com quem eu estudava no ensino médio,

⁴⁷ “After a while, two weeks later he contacted me and I ignored him. A few days later he contacted me again. And I don't remember why. But I was curious what he might want ... I think I was curious. He was pretty sure I had what I deserved. He said, "I knew I was losing you, so I was stuck in a corner." I felt like a trapped animal and so I had to attack you with whatever else would hurt you. Oh sure, job well done then, thanks! But I wanted to know more. I pretended we were back. We saw each other once. He gave me copies of the cd. He said what were all the copies. I knew he had more on his computer. I knew he was lying but it made me feel a little better. Knowing maybe maybe I had all the copies. Finally, we are done again. Finally, I thought this is ridiculous. You're crazy and I don't wanna have got anything av with that. I haven't heard anything from him for a while and it was great.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

alguém em quem eu confiava - deveríamos nos casar. Eu estava em um relacionamento comprometido, monogâmico e de longo prazo. Por que eu teria algum motivo para acreditar que ele os colocaria na internet? Por que eu esperaria que essa pessoa me traísse? É tão ilógico. Existe essa ideia de que as mulheres devem entrar em relacionamentos sabendo que o cara vai nos trair, então é melhor que a gente fique esperta. E se não prestamos atenção, é nossa culpa sermos estúpidas. Nada nunca foi dito sobre o comportamento dele. Muito poucas pessoas disseram: "Oh meu Deus, isso é horrível, eu não posso acreditar que ele fez isso com você. Eu já tinha me culpado e me castigado, já tinha olhado no espelho e dito: 'Oh meu Deus, sua garota estúpida e estúpida'. Fiz isso e depois superei e me curei, para ter estranhos que não me conheciam dizendo as mesmas coisas para mim ... foi realmente desanimador e irritante. É uma grande parte do trabalho que faço agora - trabalhar para mudar as atitudes em relação às vítimas. (CHIARINI, 2015, Online, Tradução Livre).⁴⁸

Annmarie também conta que estava tendo pensamentos suicidas com grande frequência. “Eu estava tendo pensamentos suicidas. Eu tentei me suicidar uma vez. E isso foi além de aterrorizante. Minha terapeuta escreveu que eu tinha de tirar uma licença imediatamente. A faculdade que eu trabalho não queria. Mas pela lei eles tinham.”⁴⁹

Devido à licença médica, Annmarie foi afastada pelo período de um semestre. A professora expõe que suplicou aos seus supervisores que dissessem para as outras pessoas que estava saindo de licença devido a questões ligadas à sua saúde física. Quando teve que retornar ao trabalho, relata que foi extremamente difícil voltar a sua rotina.

Foi então, no dia 19 de setembro de 2010 que Annmarie, quando chegou ao campus para lecionar, acessou seu computador e recebeu um *e-mail* de um rapaz que havia visto suas fotos em um site de conteúdo pornográfico. Ele escreveu “considerando seu trabalho, acho que você deveria saber” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo, Tradução Livre)⁵⁰.

Foi assim que Annmarie descobriu que Joey havia criado um perfil falso fingindo ser ela e disponibilizado as imagens íntimas que possuía neste outro canal.

Em entrevista para o site The Guardian (2013) Annmarie Chiarini destaca:

Pesquisei meu nome no Google e lá estava eu, em um site pornô. O perfil incluía meu nome completo, a cidade e o estado em que moro, o nome da faculdade onde leciono

⁴⁸ “It was an absolute nightmare. Law enforcement basically shook their heads and said, “Well, duh, what did you expect?” I got a lot of that. A lot of people said, “Of course you were going to end up on the internet.” And I’d think to myself “How do you know this?” My ex [who posted the pics] was someone I went to high school with, someone I trusted — we were supposed to get married. I was in a committed, monogamous, long-term relationship. Why would I have any reason to believe that he would ever put these on the internet? Why would I expect this person to betray me? It’s just so illogical. I had already blamed myself and beat myself up, I had already looked in the mirror and said, ‘Oh my God, you stupid, stupid girl.’ I did that and then I got over it and healed, so to have strangers who didn’t know me saying the same things to me...it was really disheartening and infuriating. It’s a big part of the work I do now -- working to change attitudes toward victims. Disponível em: <http://www.mtv.com/news/2109455/revenge-porn-laws/> Acesso em: 20 dez. 2019.

⁴⁹ “I was having suicidal thoughts. I tried to commit suicide once. And that was beyond terrifying., a college I work for I didn’t want. But by law they had.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

⁵⁰ “Considering your work, I think you should know.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

e o campus. Houve uma solicitação “TESÃO POR PROFESSORA? Bem, venha buscá-la!” O site estava no ar há 14 dias e foi visto mais de 3.000 vezes. Ele estava fingindo ser eu. Houve "amigos" que comentaram nas minhas fotos. Ele estava conversando com as pessoas como se fosse eu. Meu estômago doía. Prendi a respiração e imprimi cada página de comentários, todos os dezessete deles. (CHIARINI, 2013, Online, Tradução Livre) ⁵¹.

Annmarie relata que este segundo momento da disseminação não consensual foi ainda mais doloroso. A violência que estava sofrendo nas redes passou a representar riscos físicos para Annmarie, uma vez que todos os seus dados (endereço, telefone, local de trabalho) foram disponibilizados junto com as fotos. Neste momento, seus filhos ficaram sob os cuidados do pai, enquanto ela ficou hospedada na casa de um amigo do outro lado da cidade. Seu emprego estava sob ameaça e muitas amizades acabaram.

O segundo incidente foi horrível. Essa vez foi terrível. Porque tinha meu nome, a cidade que eu morava, o campus da faculdade que eu dava aula. Estava lá por três semanas, tinha mais de sete mil visualizações e ele estava falando com as pessoas como se fosse eu. E tinha solicitações para sexo lá também. Logo que eu vi isso eu virei um alvo. Eu era um alvo na vida real. Isso não estava só na internet. Isso não estava só acontecendo somente na internet. Eu não podia ir trabalhar porque não era seguro. Eu não podia ir pra casa porque não era seguro [...] Graças a Deus meu amigo que mora do outro lado da cidade me deixou ficar com ele. (CHIARINI, 2019, Diário de Campo, Tradução Livre) ⁵².

Concomitante a este episódio, Annmarie começou a trabalhar com a *Cyber Civil Rights Initiative*. Após tentativas frustradas de acionar a justiça para responsabilizar Joey, Annmarie teve uma conversa sobre as limitações da legislação com um policial. Annmarie considera que este foi um dos pontos de virada para a ação.

Sobreviver à tentativa não foi o ponto de virada que me levou à ação. Foi uma conversa com um policial estadual duas semanas depois, a quem foi atribuído meu caso. Ele gentilmente explicou as leis atuais e os limites dessas leis para mim. Fiquei frustrada e soltei: "Bem, então vou mudar as leis". Sua resposta foi: "Annmarie, se

⁵¹ “I googled my name, and there I was, on a porn website. The profile included my full name, the city and state where I live, the name of the college where I teach and the campus. There was a solicitation – HOT FOR TEACHER? WELL, COME GET IT! The site had been up for 14 days and had been viewed over 3,000 times. He was pretending to be me. There were "friends" who commented on my pictures. He was chatting with people as if it were me. My stomach hurt. I held my breath and printed every page of comments, all seventeen of them”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/nov/19/revenge-porn-victim-maryland-law-change>. Acesso em: 17. Jul. 2018

⁵² “The second incident was horrible. This time was terrible. Because it had my name, the city I lived in, the college campus I taught. I was there for three weeks, I had over seven thousand views and he was talking to people like me. And there was a request for sex there too. As soon as I saw it I became a real life. This was not just on the internet. This was not just happening on the internet only. I couldn't go to work because it wasn't safe. I couldn't go home because it wasn't safe [...] Thank God my friend who lives across town let me stay with him.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

você puder fazer isso, isso tornaria meu trabalho muito mais fácil". Então eu me propus a manter minha palavra para o policial, o primeiro oficial da lei a mostrar genuína gentileza e compaixão. (CHIARINI, 2013, Online, Tradução Livre).⁵³

Foi após este episódio que Annmarie decidiu iniciar o processo na justiça para a criação de uma lei que protegesse às vítimas e responsabilizasse os perpetradores (as).

Fiquei frustrada, então disse: "Vou mudar a lei em Maryland", e depois enviei um e-mail aos meus senadores e delegados, apesar de estar constrangida e envergonhada, e então o fizemos de fato. Eles me enviavam rascunhos da conta e eu dizia a eles o que eu gostava, o que eu não gostava ou fazia perguntas. Eu não sabia nada sobre a lei - nada - eu estava chegando a isso do ponto de vista da vítima, do que eu precisava. A magnitude disso ainda não me atingiu. (CHIARINI, 2015, Online, Tradução Livre).⁵⁴

Um dos desdobramentos dessa ação foi quando Annmarie testemunhou perante o comitê judicial da Assembleia Geral de Maryland para dar seu testemunho em apoio aos projetos 175 e 107 do Senado dos Estados Unidos. A lei entrou em vigor em outubro de 2014. A NCII atualmente é considerada um crime em Maryland.

Em 2 de fevereiro de 2012, testemunhei perante o comitê judicial do Senado da Assembleia Geral de Maryland em apoio a um projeto de lei que alterava o uso indevido do estatuto de correio eletrônico de Maryland para incluir todas as formas de comunicação eletrônica. A conta foi aprovada e a lei foi alterada. Foi um passo adiante, mas pequeno. Comecei a trabalhar como voluntária na campanha *End Revenge Porn*, que se tornaria a *Cyber Civil Rights Initiative*. Servi como advogada das vítimas, depois diretora de serviços da vítima. Nos meus anos na CCRI, ajudei mais de 2.000 vítimas de pornografia não consensual. Em fevereiro de 2013, testemunhei perante o comitê da Assembleia Geral de Maryland em apoio a um projeto de lei que criminalizaria pornografia não consensual. A lei foi aprovada em abril. No ano seguinte, eu voltaria a testemunhar diante de um comitê do Senado, só que desta vez eu estava em Washington DC e novamente o projeto foi aprovado. (CHIARINI, 2017, Online, Tradução Livre) ⁵⁵.

⁵³ “Surviving the attempt wasn't the turning point that pushed me to action. It was a conversation with a state trooper two weeks later who was assigned my case that did. He gently explained the current laws and the limits of those laws to me. I was frustrated and blurted out, "Well, then I'm going to change the laws." His reply was, "Annmarie, if you can do that, it would make my job a lot easier." So, I set out to keep my word to the trooper, the first law enforcement official to show genuine kindness and compassion.” Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/nov/19/revenge-porn-victim-maryland-law-change> Acesso em 17. Jul. 2019.

⁵⁴ “I was frustrated, so I said, "I'm going to change the law in Maryland," and then I emailed my senators and delegates, even though I was embarrassed and felt ashamed, and then we actually did it. They'd send me drafts of the bill and I'd tell them what I liked, what I didn't like, or ask questions. I knew nothing about the law—nothing—I was just coming at this from a victim's point-of-view of what I needed. The magnitude of it still hasn't really hit me.” (CHIARINI, 2015, Online). Disponível em: <http://www.mtv.com/news/2109455/revenge-porn-laws/> Acesso em: 20 dez. 2019.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.refinery29.com/en-us/2017/04/150325/revenge-porn-nude-photos-cyber-rights> Acesso em: 30 out. 2019.

Além de expor sua história para a mídia, Annmarie atuou de maneira a contribuir para que fosse criada uma legislação que tornasse a disseminação não consensual de conteúdo sexual um crime⁵⁶ em seu estado.

Assim, concentrei-me em analisar as motivações que levaram Annmarie a publicizar sua história depois desse segundo episódio de divulgação não autorizada. No primeiro momento, ela sente-se acuada e decide manter o máximo de discrição possível sobre o ocorrido. Neste segundo momento, ela toma a decisão de expor a violência que sofreu.

Annmarie compreende que o envolvimento com a *Cyber Civil Rights Initiative* influenciou nesse processo. Ter contato com histórias de disseminação não consensual, conhecer os vocabulários do assédio online e compreender as limitações da justiça, se somaram aos processos que Annmarie estava elaborando internamente.

Outro ponto que merece ser mencionado, é de se sua amizade com o jornalista Jesse J. Holland, que também foi fundamental para que ela decidisse agir. Annmarie conta que Jesse comentou com o seu superior no jornal em que trabalhava sobre o que ela estava passando. Foi quando seu chefe insistiu para que Jesse escrevesse um perfil sobre ela. “‘Então, ele veio para mim e me perguntou. Você está pronta pra isso? Você está pronta para ser a cara do assédio online? Na época eu disse que não.’”⁵⁷ (CHIARINI, 2019, Diário de Campo, Tradução Livre).

Jesse disse que ajudaria Annmarie a preparar-se. O jornalista auxiliou Annmarie a desenvolver maneiras de como lidar com entrevistadores e colaborou para que ela se sentisse mais segura em compartilhar suas experiências. A professora comenta: “Ele me ensinou a enquadrar minha história de uma maneira que nossos jornalistas pudessem usar.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo, Tradução Livre)⁵⁸.

Esse processo de se preparar com auxílio de seu amigo, foi decisivo para que Annmarie levasse sua história a público. “Esse foi realmente o meu ponto de virada para me abrir à mídia e colocar tudo para fora. Eu acho que foi a melhor coisa que fiz por mim. Porque me ajudou a não sofrer em silêncio. Eu não estava mais sozinha” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo,

⁵⁶ Disponível em: <https://www.syfy.com/theinternetruinedmylife/blog/annmarie-chiarini-where-is-she-now>
Acesso em: 30 out. 2019.

⁵⁷ “Then he came to me and asked me. Are you ready for this? Are you ready to be the face of online harassment? At the time I said no.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

⁵⁸ “He taught me how to frame my story in a way that our journalists could use.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

Tradução Livre)⁵⁹.

Quando questionada sobre como ela visualiza sua própria história Annmarie traz uma importante reflexão e aponta para essa transmutação entre o lugar de vítima e agente.

E acho que essa é uma parte importante. Em várias de minhas primeiras entrevistas e primeiros escritos que fiz, ainda não tinha esse componente. Levei um tempo, quase um ano, após a primeira vez que fui vítima para encontrar a CCRI e me envolver com eles. Então existe a parte 1, porque aconteceu duas vezes com a mesma pessoa. Então, na parte 1, eu estava sozinha, não sabia o que fazer, a ideia de postar imagens sem consentimento não era algo, as pessoas não tinham o idioma para isso. Mas depois houve a segunda parte em que me tornei ativista e me tornei militante trabalhando com a CCRI. E eu consegui canalizar minha experiência para ajudar os outros. Eu acho que tem parte 1 e parte 2. E que a parte 2 é muito, muito muito necessária. Eu gostaria de poder destacar mais isso. “Sim, isso acontece. É horrível. É absolutamente horrível. Mas isso lhe dá poder, a capacidade de simpatizar e entender e quase traduzir parte do que está acontecendo dentro de você para outras pessoas”. Portanto, é definitivamente um ponto crucial. (CHIARINI, 2019, Diário de Campo, Tradução Livre)⁶⁰.

É possível observar esse ponto de convergência com a trajetória de Rose. Annmarie também passou por um processo de empoderamento que a levou a transformar o seu trauma em ativismo.

Outro ponto que merece destaque na história de Annmarie, é que suas imagens nuas foram produzidas em um contexto de violência, no qual ela não experimentou sensações associadas ao prazer. Sua fala revela que desde a concepção, esses materiais geraram constrangimento para ela. Sua experiência demarca quando o consentimento é ausente em todas as etapas. Seja na produção que, neste caso, foi coercitiva e na divulgação que nunca foi autorizada. Annmarie disse que já se arrependeu de tê-las compartilhado com seu ex, mas aponta que isso é algo que ela deseja deixar para trás. “Já me arrependi. Agora não mais. Eu escolhi não deixar arrependimentos impactarem negativamente minha vida”. (CHIARINI,

⁵⁹ “That was really my turning point to open myself to the media and put it all out. I think that was the best thing I did for me. Because it helped me not to suffer in silence. I was no longer alone.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

⁶⁰ “And I think this is an important part. In several of my early interviews and early writings I did not have this component yet. It took me a while, almost a year, after the first time I fell victim to finding a CCRI and getting involved with them. Then there is part 1, because it happened twice to the same person. So, in part 1, I was alone, I didn't know what to do, how conceiving posting images without consent was not something, as people didn't have the language for it. But then there was the second part where I became an activist and became a militant working with a CCRI. And I was able to channel my experience to help others. I think it has part 1 and part 2. And that part 2 is very, very, very necessary. I wish I could highlight that more. Yes, it happens. It is horrible. It is absolutely horrible. But it gives you the power, the ability to sympathize and understand and almost transform part of what is happening within you to other people. Therefore, it is definitely a crucial point.” (CHIARINI, Diário de Campo, 2019).

Diário de Campo, 2019, Tradução Livre)⁶¹.

Quando adentramos a discussão sobre vergonha, Annmarie reflete que a vergonha não estava somente restrita ao episódio que sofreu, mas que, a sexualidade, de maneira geral, sempre esteve envolta por esta espécie de sentimento para ela. Ela argumenta: “Em parte porque me ensinaram que nudez e sexualidade são coisas vergonhosas, e em parte porque fui envergonhada por muitos”. (CHIARINI, Diário de Campo, 2019, Tradução Livre)⁶².

Durante a entrevista, Annmarie também contou ela está afastada do trabalho direto que fazia com as vítimas⁶³. Dentre as razões Annmarie descreve que não considera que sua atuação estava sendo satisfatória. Principalmente porque os casos que estava atendendo estavam se tornando gatilhos para seu trauma.

Annmarie também enfatizou o trabalho de sua terapeuta e que o atendimento psicológico foi essencial para que ela conseguisse atravessar toda dor que lhe foi infligida. Seu afastamento é temporário e no ano 2020 a professora planeja retornar para a *Cyber Civil Rights Initiative* exercendo outra função.

Na trajetória de Annmarie, assim como a de Rose, é possível observar que sua atuação não se restringe a um só campo. Sua militância é integrada a sua própria pessoa. Em todas as entrevistas que concede ou materiais que escreve, Annmarie deixa transparecer seus posicionamentos.

Quando questionada sobre uma possível solução para o problema da disseminação não consensual que não envolvesse somente o âmbito do Direito, Annmarie elabora a importante reflexão:

Bem, a resposta fácil e a que eu não concordo é: não compartilhe imagens. Mas eu discuto e discordo disso. Porque se você pensar sobre isso, é um crime de gênero. Então, mais uma vez, estamos dizendo às mulheres que elas devem policiar seu comportamento, porque algumas pessoas não sabem como se comportar. Esta não é a resposta. Não é a resposta. Esta é a resposta fácil. E é a resposta fácil em que as pessoas vão se apoiar. Porque isso não exige muito trabalho. Esta não é a resposta. É como ensinar abstinência. Se você não quer engravidar, não faça sexo. Essa não é a resposta. Então eu acho que isso é muito, muito difícil de dizer. Eu sei que fiquei muito ferida quando meu ex, o cara que fez isso comigo, quando nós ficamos juntos. E eu não estava vendo as bandeiras vermelhas, não estava vendo os sinais de alerta. Então, acho que, se pudermos, como sociedade, começar a apoiar as mulheres e empoderá-las, isso pode dar-lhes força para que elas possam se defender nos relacionamentos. E dê às mulheres o apoio para curar traumas passados. E pelos momentos em que foram feridas. E, para reconhecer, acho que seria uma maneira muito mais forte de lidar com

⁶¹ “I did. Now I don’t. I chose not to let regrets negatively impact my life”. (CHIARINI, Diário de Campo, 2019).

⁶² “Absolutely. Partly because I was taught that nudity and sexuality are shameful things, and partly because I was shamed by many.” (CHIARINI, Diário de Campo, 2019).

⁶³ Annmarie estava atuando como Diretora de serviços à vítima da *Cyber Civil Rights Initiative* (CRRRI).

isso. Porque menos mulheres serão manipuladas. Nem sempre podemos mudar o comportamento dos outros. Não podemos mudar o comportamento dos outros. Mas podemos mudar nosso comportamento. E a maneira como respondemos aos outros. E então, eu acho.... (CHIARINI, 2019, Diário de Campo, Tradução Livre.)⁶⁴.

Ao pesquisar a temática da disseminação não consensual por alguns anos, tive contato com uma série de campanhas de conscientização. Muitas delas recaem sobre o mesmo mote: “não envie imagens íntimas”. Ainda que tenha lógica e muitos irão optar por ser o caminho mais seguro, é preciso problematizar tais apontamento. Pois, como bem pontua Annmarie, a responsabilidade recai novamente para a vítima.

A professora dá continuidade à sua importante reflexão:

Mas isso, novamente e colocamos a responsabilidade nas mulheres novamente. “Você tem que curar. Você tem que ser melhor. Então, isso não vai acontecer com você”. Veja como ficou circular. E isso é muito, muito frustrante. Não acho que devamos ter nossa sexualidade ceifada. Sinto que as mulheres devem se expressar de maneira tão aberta e livre quanto quisermos. Talvez se normalizarmos o corpo humano e a sexualidade humana. Se iniciarmos essa conversa. E começarmos a enfatizar que não é um comportamento divergente. Que a sexualidade das mulheres é tão válida quanto à sexualidade dos homens. Então, você sabe, mudar a conversa cultural é uma parte muito grande disso. E acho que responsabilizar os homens pelos seus comportamentos. Finalmente dizendo de uma vez por todas. Isto não é aceitável. Meninos não serão meninos. Menino não vai sair impunes disso. Então, eu acho muito disso. Eu acho que é uma dinâmica muito cultural. A ideia do sexo como uma arma. Isso é muito cultural. Todo mundo sabe que isso é prejudicial, que expor a sexualidade de alguém é uma maneira de realmente machucar uma pessoa. Seja por compartilhar imagens. Seja por uma conversa no vestiário, seja escrevendo no banheiro que alguém é uma vagabunda ou o que quer seja. Você sabe, não deixar a sexualidade se tornar uma arma também faz parte disso. Isso realmente terá um impacto realmente positivo para diminuir esse comportamento. (CHIARINI, 2019, Diário de Campo, Tradução Livre.)⁶⁵.

⁶⁴ “Well, the easy answer and the one that I don't agree with is: Don't share images. But I argue with that and I take issue with that. Because if you think about that, this a gender crime. So, once again we are telling women they have to police their behavior because some people don't know how to behave. This is not the answer. Not the answer This is the easy answer. And it is the easy answer where people are going to lean on. Because this doesn't take a lot of work. This is not the answer. It's like teaching abstinence. If you don't want to get pregnant, don't have sex. That's not the answer, at all. So I think that is very very very difficult to say. I know that I was very wounded when my ex, the guy who did this to me when we got together. And I wasn't seeing the red flags, I wasn't seeing the warning signs. So, I think that if we can as a society begin to support women and empower women that it could give them the strength so they can stand up for themselves in relationships. And give women the support for heal for past traumas. And for times that they were hurt. And to recognize I think that would be much stronger of a way to handle this. Because fewer women will be manipulated. We can't always change the behavior of others. We can't change behavior of others. But we can change our behavior. And the way we respond to other. And so, I think...” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo.).

⁶⁵ “But that again, again we put the responsibility in the women again. “You got to heal. You got to be better. So this is won't happen to you.” See how it became circular. And it gets very very frustrating. I don't feel that we should have ceifal our sexuality. I feel women should be allowed to express themselves as openly and freely as we choose. Maybe if we normalize the human body, and human sexuality. If we start that conversation. And start to emphasize that is not deviant behavior. That a women sexuality is just as valid as men sexuality. So, you know, changing the cultural conversation is a very large part of it. And I think holding men accountable for their behavior. Finally saying once for all. This is not acceptable. Boys will not be boys. Boy will not get off. So, I think a lot of

A partir dos pontos apresentados, observei a intrínseca relação da cultura operante com a prática da disseminação não consensual de conteúdo sexual. Ao elucidar sobre a importância de discutir o plano de fundo cultural, Annmarie chama a atenção de maneira mais contundente para o problema como um todo.

A violência de gênero se estende pelas redes sendo reinventada e perpetuada de diferentes maneiras. Assim, esta é uma problemática que perpassa por todas as esferas da sociedade. Nesse sentido, é preciso encarar a complexidade do problema e suas diferentes nuances.

De maneira que, no próximo capítulo, busco apresentar mais detalhadamente o fenômeno da disseminação não consensual de conteúdo sexual pontuando algumas perspectivas fundamentais para aprofundamento sobre a temática.

that.. I think it's a very cultural dynamic. The idea of sex as a weapon. Is, you know, very cultural. Everybody knows that is damaging, that exposing someone sexuality is a way to truly hurt someone. Whether is sharing images. Whether, you know is locker room talk, whether is writing in the bathroom that someone is a slut or whatever. You know, taking that and deweaponization sexuality that's very part of it too. That is really gonna have a some really positive impactive seeing this behavior decrease.” (CHIARINI, 2019, Diário de Campo).

4. DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL

Vê-se que a evolução e disseminação das novas tecnologias da internet transformaram o modo como os indivíduos vivenciam suas experiências sociais. O alargamento do círculo de pessoas alcançadas pelas redes sociais, a instantaneidade com que mensagens são trocadas, a velocidade com que são multiplicadas são aspectos que trouxeram mudanças para o cotidiano de uma grande parcela da população.

Para o presente estudo, destacam-se as profundas alterações nas formas como as pessoas se relacionam umas com as outras a partir da observação de um fenômeno específico. De modo que, é possível observar que disseminação não consentida de conteúdo sexual pode ser considerada um dos maiores exemplos do uso das tecnologias sociais e outras áreas da comunicação em sua forma mais nefasta: criando e perpetuando formas de violências de gênero na internet.

Nesse aspecto os múltiplos usos das tecnologias digitais possuem um lugar de destaque no sentido das inúmeras mudanças vivenciadas no mundo social gerando processos das mais diversas naturezas.

O foco está no uso feito das novas tecnologias como mais um potencial regulador dos corpos, comportamento e sexualidade feminina. Compreendo que as violências sofridas pelas mulheres na internet estão apoiadas no desrespeito às suas decisões e nas expectativas sobre o que deveria ser um “comportamento adequado” do contingente feminino.

O pornô de vingança também é uma forma de violência e abuso. Pode ser entendido como uma outra forma de violência e abuso de gênero que varia de feminicídio, estupro, perseguição e assédio sem contato. Também pode ser englobado dentro de formas de violência e abuso que não estão diretamente ou fisicamente no corpo carnal, tais como violência representacional e intimidação sem contato, mesmo que elas provavelmente tenham efeitos físicos negativos, e até mesmo psicológicos e emocionais sobre o violado e o abusado. Consequentemente, há espaço para a gama de abordagens disciplinares e analíticas de violência e abuso de gênero a serem empregadas na análise de pornografia de vingança. (HALL; JEFF, 2017, p.4, Tradução Livre) ⁶⁶

Em vista disso, serão apresentadas as principais terminologias utilizadas para descrever a disseminação não consentida de material sexual, as principais características da prática e

⁶⁶ “Revenge porn is also a form of violence and abuse. It can be understood as another form of gendered violence and abuse that ranges across femicide, rape, stalking and non-contact harassment. It can also be encompassed within forms of violence and abuse that are not directly or physically on the fleshly body, such as representational violence and non-contact bullying, even though they are likely to have definite negative physical, and indeed psychological and emotional, effects on the violated and the abused.” (HALL; JEFF, 2017, p.4).

primeiros indícios (com grande repercussão) de sua ocorrência. Mais adiante, apresento dados sobre a prática da divulgação não autorizada de materiais com conteúdo sexual, especificamente no contexto brasileiro.

4.1 PERSPECTIVAS FUNDAMENTAIS

No presente estudo, optei pela designação da prática como disseminação não consentida de conteúdo sexual. E disseminação não consensual de conteúdo ou imagens íntimas não consensuais, tradução de *Non-Consensual Intimate Images* (NCII), ainda que os termos pornografia de vingança (tradução do inglês “porn revenge”), pornografia de revanche, e pornografia não consensual sejam mais populares.

É importante observar que a expressão “*revenge porn*”, embora seja uma das mais conhecidas, já é bastante questionada por ativistas e estudiosas(os) do tema, pois, tal terminologia pode remeter a um juízo de valor negativo sobre a vítima.

A preferência por estes termos se devem aos desdobramentos e questionamentos que surgiram após a produção de meu trabalho de conclusão do curso de Comunicação social no qual havia optado pelo termo “pornografia não consensual”.

Para a escrita da monografia a opção por esta designação se deu devido a uma leitura realizada sobre a posição da *Cyber Civil Rights Initiative* que adotava tal terminologia. Naquele momento, a organização apontava que a utilização do termo “pornografia não consensual” seria a que melhor englobaria a multiplicidade dos casos de disseminação, não ficando restrita apenas aos casos cuja motivação foi a vingança.

A decisão de adotar outra designação para a escrita dessa dissertação é fruto de um processo de autoquestionamento. Também, e principalmente, devido aos estudos que tive acesso posteriormente, aos conhecimentos adquiridos a partir das entrevistas realizadas para a construção dessa pesquisa e as tensões e dúvidas que surgiam quando apresentava minha monografia (e utilizava o termo “pornografia não consensual”).

A partir do uso da palavra “pornografia” percebi que ela por si só gerava uma série de outras discussões que, devido às minhas escolhas teóricas e limitações de tempo não serão contempladas nesta dissertação. Daí a opção por designar a prática dessa outra maneira.

Assim sendo, apresento que a disseminação não consentida de conteúdo sexual se refere à prática de divulgar sem permissão imagens ou vídeos com conteúdo sexual - explícito ou não - com a finalidade de prejudicar a vítima. Embora, como já apresentado, esta não seja motivação

exclusiva. Ainda que qualquer indivíduo possa ser vítima, a realidade apresenta que a violação de mulheres é a maior constante.

Sobre a multiplicidade de casos, é importante ressaltar que o consentimento pode ser uma variável em relação à produção dos materiais, entretanto, a falta dele é sempre presente quanto à divulgação dessas imagens ou vídeos. As vítimas podem ser fotografadas ou filmadas sem conhecimento. Em outras circunstâncias, o registro pode ser feito por uma das figuras com consentimento da segunda (como quando um casal se fotografa), entretanto, pude observar que há uma ideia de acordo tácito de que a posse desses materiais ficaria restrita apenas aos envolvidos diretos.

Outra situação que é englobada pelo termo é quando a própria vítima produz imagens ou vídeos com conteúdo sexual. Nesse contexto podemos pensar nos “nudes” que se configuram por serem autorretratos com teor sexual. Também nessa situação, quem envia geralmente parte da premissa que o destinatário seria o único detentor das imagens ou vídeos recebidos.

Quando há o compartilhamento sem a devida autorização de uma das partes, observamos os efeitos nefastos da divulgação, que, rapidamente toma proporções imensuráveis. Citam-se também os casos em que o registro e divulgação sem consentimento são feitos por paparazzis e divulgados por veículos midiáticos.

Em 2006, ainda não se debatia no Brasil de maneira profícua a divulgação indevida desses materiais, entretanto, tal caso demonstra que a prática da disseminação consentida não é recente e que o sofrimento é uma constante entre as vítimas da violência.

Seguindo a discussão, devo ressaltar que mais uma dentre as possibilidades de compartilhamento são aqueles realizados por hackers ou indivíduos que buscam lucro de diversas formas, como por exemplo, chantageando as vítimas ou vendendo o conteúdo.

É importante observar que a preocupação com a prática deriva das graves consequências que a disseminação não consentida de imagens ou vídeos sexuais causa às vítimas. É recente a discussão do fenômeno no contexto brasileiro e a mobilização para contenção de seus efeitos ainda caminha a passos lentos. Adiante, o caso de Carolina Dieckmann voltará a aparecer na discussão sobre o tratamento da questão na legislação brasileira.

Neste momento, busco apresentar um breve dicionário de termos que estão sendo incorporados ao vocabulário que circunda a discussão. Muitas expressões advêm da língua inglesa e nem sempre possuem tradução direta para o português. Vale dizer o *sexting* – junção das palavras sex (sexo) e *texting* (envio de mensagens) configura por ser uma prática onde os

indivíduos produzem e enviam através de meios digitais mensagens eróticas, imagens (os chamados *nudes*) ou vídeos com conteúdo sexual.

O *sexting* e a disseminação não consensual de conteúdo sexual são práticas distintas. Enfatiza-se que a primeira trata da produção e compartilhamento de imagens com conteúdo sexual (ou insinuações) feita pela própria pessoa e enviada para outras pessoas, enquanto a segunda se refere à divulgação de imagens e vídeos de nudez ou sexo, cujo intuito pode ser prejudicar ou obter vantagens sobre alguém.

Amy Adele Hasinoff, em seu livro “*Sexting Panic: Rethinking criminalization, privacy and consent*” (2015), propõe uma análise crítica que procura desvelar o pânico que circunda a discussão, entendendo que a prática também pode ser entendida como uma forma de expressão da sexualidade como trabalhado no segundo capítulo dessa dissertação.

O *sexting* é frequentemente visto como uma crise tecnológica, legal, sexual e moral. A preocupação generalizada com o *sexting* surgiu na mídia de massa dos EUA em dezembro de 2008, quando foi divulgada uma pesquisa nacional informando que 20% dos adolescentes haviam praticado o *sexting*. O termo *sexting* se refere à criação e compartilhamento de imagens sexuais pessoais ou mensagens de texto via telefones celulares ou internet, aplicativos, incluindo *Facebook*, *Snapchat* e *e-mail*. O *sexting* adolescente é muitas vezes enquadrado como uma forma de pornografia infantil ou como parte de uma epidemia de *cyberbullying*, e o *sexting* adulto é frequentemente discutido em termos de infidelidade de celebridades ou escândalo político. (HASINOFF, 2015, p.22, Tradução Livre) ⁶⁷.

Ressalto que no presente trabalho, o recorte é feito a partir da análise de tais práticas, a partir da experiência de mulheres na idade adulta, pois, se o enfoque fosse à amostra de crianças e adolescentes uma série de outras problemáticas deveriam ser levantadas. Embora, certamente, não seja possível escapar de alguns exemplos (principalmente relacionados à disseminação não consentida) que tenham envolvido jovens menores de idade no contexto brasileiro e internacional.

Assim, um próximo termo que rodeia a discussão e deve ser pontuado é o *Slut-Shaming* que se configura pela exposição pública e a tentativa de envergonhar, principalmente mulheres, por seu comportamento sexual. Sendo um processo recorrente nas redes e que está intimamente relacionado à divulgação de materiais privados. No estudo “*Shame transfigured: Slut-shaming*

⁶⁷ “*Sexting* is often seen as a technological, legal, sexual, and moral crisis. Widespread concern about sexting emerged in U.S. mass media in December 2008, when a national survey was released reporting that 20 percent of teenagers had sexted. The term *sexting* refers to the creation and sharing of personal sexual images or text messages via mobile phones or internet applications, including Facebook, Snapchat, and e-mail. Teen *sexting* is often framed as a form of child pornography or as part of a cyberbullying epidemic, and adult sexting is often discussed in terms of celebrity infidelity or political scandal.” (HASINOFF, 2015. p.22).

from Rome to cyberspace” (2015) a autora Lewis Webb se debruça sobre a prática do *Slut Shaming*:

Refiro-me a um processo social que é predominantemente dirigido às mulheres, onde os indivíduos são publicamente expostos e envergonhados por sua “disponibilidade sexual, comportamento ou história”; em outras palavras, *Slut-Shaming* é a “multiplicidade de maneiras pelas quais as mulheres são chamadas à tarefa por sua sexualidade real, presumida ou imaginada?”. (WEBB, 2015, p. 2, Tradução Livre)⁶⁸.

Webb apresenta que a prática do *slut-shaming* é permeada pelo uso de termos como "vadia", "prostituta", "suja" que são usados para censurar mulheres pela não conformidade com os comportamentos sexuais normativos (WEBB, 2015, p.04, Tradução Livre). A autora argumenta que o *slut-shaming* é moldado pelo processo social da vergonha e que tal processo busca perpetuar e manter a opressão sobre a sexualidade feminina (WEBB, 2015). Em geral, a vergonha na internet “frequentemente se transforma em 'vergonha agravada', na medida em que uma vasta audiência (potencialmente global) é trazida contra o(s) indivíduo(s)” (WEBB, 2015, p.5, Tradução Livre).

Outra prática que está intrinsecamente relacionada e engloba tanto o *slut-shaming* e a disseminação não consensual de conteúdo sexual é o *bullying* e, consequentemente, o *cyberbullying*. Primeiramente, resgata-se a definição de Whitney e Smith que descrevem o bullying como sendo um ato ou comportamento intencional e agressivo que é realizado por um grupo ou indivíduo repetidamente e ao longo do tempo contra uma vítima que não pode defender-se facilmente (WHITNEY; SMITH, 1993).

Fica evidente que no cenário do mundo globalizado, as violências morais e reacionais não se limitam mais a ocorrência em espaços físicos. Dessa forma, o *bullying* tradicional, frequentemente praticado nas escolas, ganha o ambiente virtual na forma de *cyberbullying*. (RONDINA et al, 2016, p.20).

As definições para cyberbullying são muitas, mas convergem ao apontá-lo como ato obrigatoriamente intencional, prejudicial a outrem e feito repetida vezes, causando desequilíbrio de poder entre vítima e agressor, bem como envolvendo dispositivos eletrônicos e o ambiente virtual. A ideia de repetição no cyberbullying é diferente do bullying convencional, uma vez que a publicação de uma foto na web, por exemplo, é compartilhada com outras pessoas sem que necessariamente o perpetrador esteja

⁶⁸ “By slut-shaming, I refer to a societal process that is predominantly directed at women, where individuals are publicly exposed and shamed for their “perceived sexual availability, behavior or history”; to put it another way, slut-shaming is the “multiplicity of ways in which females are called to task for their real, presumed or imagined sexuality”. Slut-shaming promotes sexual virtue, namely conformance to normative sexual behaviors, and supports the cultural suppression of female sexuality, which has precedents throughout history.” (WEBB, 2015, p. 2).

envolvido de modo direto. Um único ato do perpetrador será repetido por outras pessoas e afetará a vítima diversas vezes. (RONDINA et al, 2016, p.20).

Além do *cyberbullying*, outra prática comum aos casos de disseminação não consensual é o *doxing*. São diversos os apontamentos sobre a origem da expressão, entre eles existe a indicação de que a palavra seria advinda da expressão "*dox*" (remetendo ao formato de arquivo 'docx' utilizado pelo programa Word, da Microsoft⁶⁹).

Doxing caracteriza-se pela prática de obter informações sobre uma determinada pessoa ou organização utilizando internet. Não é incomum dados pessoais como nome, *e-mail*, telefone, endereço residencial, local de trabalho serem coletados e divulgados juntamente com fotos e vídeos íntimos das vítimas.

No site da organização *Cyber Civil Rights Initiative*, há ainda mais duas terminologias importantes: "Recorded Sexual Assault" (RSA) - em tradução para o português - Assalto Sexual Registrado (ASR) que se caracteriza pela captura de imagem ou vídeo de uma agressão sexual, geralmente por um agressor/estuprador com objetivo de humilhar ainda mais a vítima e/ou desencorajá-la de denunciar o crime.

A outra terminologia é *Sextortion* – em português extorsão sexual - que se refere aos casos de disseminação não consentida provocados por indivíduos que buscam chantagear as vítimas. Descreve cenários onde a ameaça de expor uma imagem/vídeo sexual é utilizada para forçar alguém a fazer algo. Em algumas situações quem ameaça exige que a vítima compartilhe mais imagens nuas (ou sexualmente explícitas) ou pratiquem atos sexuais.

Em outros casos, o agressor ameaça vender ou divulgar o conteúdo para terceiros. São feitas chantagens e ameaças principalmente por *e-mails* (mas outros canais também são utilizados) nas quais alguns golpistas alegam ter em sua posse vídeos dos usuários durante práticas sexuais que teriam sido gravados sem sua autorização pela *webcam*.

Caso não se efetue um pagamento ou a vítima não atenda as demandas do chantagista, essas gravações são divulgadas ou enviadas a terceiros. No site da *Safernet* há uma seção explicativa de como casos de sextorção podem começar:

Alguém finge ter posse de conteúdos íntimos como forma de iniciar as conversas e as ameaças; Como desdobramento de conversas sexuais, experimentações e exposição voluntária em um suposto relacionamento online; Cobrança de valores após conversa sexual com mútua exposição; Ameaças por ciúmes ou chantagem em relacionamentos abusivos; Invasão de contas e dispositivos para roubar conteúdos íntimos;

⁶⁹ Também se observa que o termo deriva da expressão em inglês *document tracing* que designa o rastreamento de documentos de indivíduos ou organização.

Falsas ofertas de emprego e agências de modelos com pedido de fotos e vídeos íntimos; Falsos grupos de autoajuda ou falsos grupos de vítimas que pedem conteúdos íntimos (SAFERNERT, 2019)⁷⁰.

Essa atividade também é praticada pelos conhecidos *scammers*. Segundo o dicionário de *Cambridge*⁷¹ o *scammer* é um indivíduo que obtém dinheiro utilizando métodos ilegais, especialmente enganando pessoas.

Muitas vezes o *scammer* induz a vítima a enviar grandes quantidades de dinheiro em troca de promessas. Essa prática pode ser feita de diversas maneiras e uma delas é a partir da criação de uma relação amorosa com a vítima.

O *scammer* utiliza contas falsas fingindo ser um indivíduo com boas condições financeiras e sociais. Desse modo, faz essa aproximação com as vítimas e gradualmente começa a solicitar dinheiro em razão de alguma suposta dificuldade que está enfrentando ou para “visitar a vítima”. É possível observar que a construção e manutenção de relacionamentos com as vítimas é comum. Em alguns casos, ao invés de solicitar dinheiro, os criminosos pedem por imagens ou vídeos sexuais que futuramente serão usados contra a vítima (muito dos casos de *sextortion*).

A interlocutora Rose Leonel, a partir de seu trabalho com outras vítimas, discorre sobre esta prática:

Rose: Outro crime que tem aparecido muito são os *scammers*, né, que são aquelas gangues, que tem muito como na Nigéria, que eles seduzem as mulheres. Procuram pelo *facebook* perfis de mulheres mais sensíveis, emotivas românticas na faixa dos 30,40,50 e que tem uma vida estável economicamente e eles começam a seduzir essa mulher e o *scammer* tem uma característica: geralmente ele fala, ele fala que é alto executivo dos Estados Unidos ou da Suíça ou do exército de alta patente e eles são viúvos ou tem uma filha. Daí eles seduzem essa mulher e começam com um relacionamento e daí a mulher se vê totalmente envolvida e eles começam a trocar intimidades, imagens íntimas. E acontecem dois finais nessa história. Ou eles começam assim “Ah, a nossa filha tá doente precisa passar por uma cirurgia, só que eu preciso pegar um dinheiro lá no banco da Suíça. Só que pra ir lá eu preciso pegar não sei o que lá, só que antes eu preciso de 100 mil antes, não sei o que lá... Ah, mas eu vou conseguir”, “Ah meu amor, mas eu arrumo pra você”, “Ah, não, mas não precisa, não sei o que” daí ela pega vende imóveis, vende não sei o que lá, fica na miséria, sabe? Depois quando descobre que era um golpe tem mulheres que ficam piradas e a vergonha, sabe? Ou acontece, o outro fim da história é quando eles trocam essas imagens íntimas e o cara começa a extorquir a mulher falando eu vou mostrar pra toda sua família ou se a mulher é casada, “vou mostrar pro seu marido”. (Diário de Campo, 2019).

⁷⁰ Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/o-que-%C3%A9-sextors%C3%A3o>. Acesso em: 18 mar. 2019.

⁷¹ Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/scammer> Acesso em: 19 abril 2019.

Ressalto também, alguns importantes dados de pesquisa desenvolvida pela *Thorn* em conjunto com o *New Hampshire Crimes Against Children Research Center*⁷² na qual participaram 1.631 jovens dos Estados Unidos. A pesquisa revela que uma em cada três vítimas de sextorsão relataram que não buscaram ajuda devido à vergonha que sentiram.

De acordo com essa mesma pesquisa, é possível notar que os casos de disseminação não consensual que ocorrem a partir de relações que são estabelecidas somente online (nos quais os entrevistados encontraram os perpetradores nas redes, mas nunca os conheceram pessoalmente) há uma proeminência de situações sexuais provocadas por esses criminosos. Observa-se que essas situações abrangem desde relacionamentos mais sérios até encontros de menores de idade com predadores sexuais, por exemplo.

Nesse contexto, devemos considerar também os golpes por chantagem com imagens obtidas por conversas via *webcam*, *Skype* ou chamadas de vídeo. Assim como nos casos de disseminação não consensual que ocorrem em relações onde há um convívio e interação face a face entre a vítima e os perpetradores, nessas relações estabelecidas exclusivamente *online* as vítimas também são predominantemente mulheres caracterizando 77%. Homens são vítimas em 20% de casos e o gênero não foi especificado para 3% dos entrevistados.

Seguindo, há também de se ressaltar casos como o de Paris Hilton e Kim Kardashian, pois estes ativam importantes aspectos que contribuem para a discussão. No ano de 2003, Paris Hilton teve um vídeo em que aparecia tendo relações sexuais com seu ex-namorado, Rick Salomon, divulgado.

O material foi gravado em 2001, e depois do vazamento, Rick Salomon iniciou a distribuição do material através de uma empresa ligada a indústria pornográfica com o título de “*One Night in Paris*”. No documentário “*The American Meme*” (2018) disponibilizado pela plataforma *Netflix* Paris Hilton fala sobre o ocorrido:

“Senti como se tivesse perdido parte da minha alma sendo falada de maneiras tão cruéis e mesquinhas”. Eu literalmente queria morrer em alguns pontos. Eu fiquei tipo “só não quero viver”, porque achei que tudo foi tirado de mim. Eu não queria ser conhecida como isso”. (HILTON, 2018, Online, Tradução Livre)⁷³.

⁷² Disponível em: http://unh.edu/ccrc/pdf/Sextortion_RPT_FNL_rev0803.pdf. Acesso: 18 de mar. 2019.

⁷³ “It felt like I’d lost part of my soul and been talked about in such cruel and mean ways. I literally wanted to die at some points. I was like, ‘I just don’t want to live,’ because I thought everything was taken away from me. I didn’t want to be known as that.” Disponível em: <https://www.inquisitr.com/5200839/paris-hilton-opens-up-about-rick-salomon-sex-tape/> Acesso em: 23 jul. 2019.

Paris Hilton relata como se sentiu quando soube que seu vídeo havia sido difundido, “Foi como ser estuprada. Senti como se tivesse perdido parte da minha alma e ser falada de maneiras tão cruéis e maldosas”. Eu senti como se todos na rua estivessem rindo de mim. (HILTON, 2018, Online, Tradução Livre)⁷⁴. Em entrevista à Revista Marie Claire, Paris Hilton comenta sobre a divulgação de sua fita:

É muito doloroso, porque toda a minha vida eu realmente olhei para a princesa Diana, todas essas mulheres elegantes e incríveis, e eu sinto que [Salomon] só levou tudo isso para longe de mim [...] “Eu poderia ter sido assim, mas por causa dessa fita, eu sempre serei julgada e lembrada como o que eles dizem sobre mim por causa de um momento privado entre o meu namorado e eu”. Eu gostaria de nunca o ter conhecido. Isso é realmente o único arrependimento na minha vida. Eu gostaria de nunca ter conhecido aquele cara. Não pude deixar minha casa por meses. Eu estava tão deprimida, humilhada. Eu não queria ser vista em público. (HILTON, 2017, Online, Tradução Livre)⁷⁵.

Depois da divulgação, Paris Hilton estrelou dois *reality shows*, sendo um deles o *The Simple Life* veiculado pelo canal *Fox*. Paris Hilton além de ser considerada influenciadora digital, administra diversas linhas de produtos incluindo perfumes, maquiagens, roupas entre outros. Atua como DJ e possui uma sólida carreira de empresária.

Quando se pensa no episódio de Paris Hilton, o conteúdo de sua fita é facilmente lembrado, ao passo que o fato do material ter sido divulgado sem o seu consentimento é dificilmente recordado, incluso o desconhecimento da população, sobre o processo judicial que Paris iniciou buscando evitar maiores propagações. Não se deve negar que a disseminação a colocou em evidência, mas a que custo isso se deu, é uma questão fundamental.

Esses casos revelam a mudança de tratamento das últimas décadas com relação aos materiais divulgados sem consentimento. O que antes era comumente tratado como “escândalo sexual” tem gradualmente ganhado o status de crime sexual, principalmente com as mudanças nas legislações que tem ocorrido por todo o globo.

⁷⁴ “It was like being raped. It felt like I’ve lost part of my soul and been talked about in such cruel and mean ways.” Disponível em: <https://www.cosmopolitan.com/entertainment/celebs/a25444952/paris-hilton-sex-tape-leak-like-rape-lost-part-of-soul/> Acesso em: 23 jul. 2019.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.marieclaire.com/celebrity/a28768/paris-hilton-mogul-dj/> Acesso em: 23 jul. 2019. “It’s really hurtful, because my whole life I really looked up to Princess Diana, all these elegant, amazing women, and I feel like [Salomon] just took that all away from me [...]” I could have been like that, but because of that tape, I will always be judged and thought of as whatever they say about me because of a private moment between my boyfriend and me. I wish I had never met him. That is actually the one regret in my life. I wish that I had never met that guy. I could not leave my house for months. I was so depressed, humiliated. I didn’t want to be seen in public.”

Outro caso que complementa essa discussão e deve ser mencionado é o de Kim Kardashian. Kim iniciou sua carreira como modelo, mas ao longo do tempo, sua atuação foi se expandindo. Atualmente, Kim é uma personalidade da mídia, com forte presença nas redes sociais, empresária, socialite, estilista e produtora norte-americana.

Kim Kardashian era pouco conhecida antes da disseminação de seu vídeo íntimo. Antes da divulgação indevida, uma parte do público lhe conhecia, principalmente, por ser filha de seu pai Robert Kardashian (que atuou como advogado de defesa de O. J. Simpson⁷⁶, em 1995) e por sua amizade e aparições ao lado de Paris Hilton.

A fama - em grandes proporções - de Kim Kardashian veio, principalmente, após a divulgação de um vídeo onde tinha relações sexuais com seu ex-namorado Ray-J, um rapper americano. Em fevereiro de 2007, o vídeo foi divulgado pela *Vivid Entertainment*⁷⁷. Segundo um comunicado de imprensa, o material foi comprado de outra pessoa (não identificada) pelo valor de US\$ 1 milhão. Não há confirmações de quem vendeu o vídeo, apenas boatos que envolvem diversas pessoas. Entre elas, a mãe de Kim – Kris Jenner- e a própria Kim Kardashian.

Em entrevista à Oprah Winfrey, Kim Kardashian comenta sobre ser considerada suspeita de disseminar seu próprio material:

“Eu fico pensando por que alguém colocaria essa humilhação para a família [...] Eu estava preocupada com a minha família. Eu acho que o fato... Eu acho que tudo que a gente faz tem um reflexo nas outras pessoas. Eu estava sempre preocupada com a família, humilhar a família. E isso foi algo que eu fiz. E é algo que vou viver por toda a minha vida. é algo que vou ter que explicar para os meus filhos também. E é algo que eu fiz. Eu tive que ter essa conversa para a minha vó. Eu tive que explicar a minha vó. (KARDASHIAN, 2012 Online, Tradução Livre)⁷⁸

Ainda na mesma entrevista, quando questionada se estaria onde está se não fosse a fita disseminada, Kim Kardashian argumenta:

“Você sabe eu acho que esse foi o jeito que eu fui definitivamente apresentada ao mundo eu gosto de pensar que sou consciente. Eu não sou ingênua. Que foi

⁷⁶ Orenthal James Simpson (O.J. Simpshon) é um ex-jogador de futebol americano e ator norte-americano. Em 1994, O. J. foi acusado do assassinato de sua ex-mulher Nicole Brown e de seu amigo Ronald Goldman. O caso recebeu grande destaque na mídia.

⁷⁷ A *Vivid Entertainment* é uma produtora norte-americana especializada em conteúdo com teor pornográfico.

⁷⁸ “I wonder why someone would put this humiliation on the family [...] I was worried about my family. I think the fact ... I think everything we do has a reflection on other people. I was always worried about the family, humiliating the family. And that was something I did. And it is something that I will live all my life. It's something I'll have to explain to my kids too. And it is something that I did. I had to have this conversation for my grandma. I had to explain to my grandmother.” Disponível em: <https://medium.com/@mtnMayer/a-hist%C3%B3ria-completa-de-kim-kardashian-bea7f7ae4f16> Acesso em: 28 nov. 2019.

basicamente o jeito que fui apresentada ao mundo. Foi de um jeito negativo. Então eu pensei que eu tinha que trabalhar 10 vezes mais duro para as pessoas verem quem eu sou [...] Eu me senti humilhada”. (KARDASHIAN, 2012, Online)⁷⁹

Mesmo Kim tendo negado envolvimento com a propagação, ainda é vista com desconfiança. Principalmente pelos desdobramentos posteriores em sua carreira. No mesmo ano da disseminação, 2007, Kim Kardashian e a família começaram o próprio programa chamado “*Keeping Up With The Kardashians*” alguns meses depois.

Os desdobramentos que a disseminação não consensual trouxe à vida de Kim por vezes são considerados positivos por terceiros. Nesse sentido, pontuo a resposta de Kim à Oprah quando questionada se ela se sente grata ou se arrepende de ter produzido o material.

Eu definitivamente não sou grata. Se eu tivesse que dizer um arrependimento, seria isso. Obviamente eu não faria isso de novo. Se eu tivesse que fazer de novo, viver minha vida de novo. Obviamente eu não teria feito isso de novo [...] Se eu tivesse informação eu não teria feito [...] Então eu tenho que lidar com as escolhas que fiz. (KARDASHIAN, 2012, Online)⁸⁰

Assim, é importante mencionar sua história, pois também sensibiliza importantes questões face às discussões trabalhadas na presente pesquisa.

Dessa maneira, é relevante destacar que muitas mulheres públicas, por serem consideradas símbolos sexuais ou trabalharem expondo seus corpos, lutam para lembrar que isso não as pode tornar alvos aceitáveis para o abuso.

A atriz Jennifer Lawrence, que teve fotos íntimas divulgadas sem o consentimento, argumenta: “Eu não consigo descrever para ninguém como é ter meu corpo nu atirando em todo o mundo como uma notícia contra a minha vontade”. [...] Não é um escândalo. É um crime sexual. É uma violação sexual.” (LAWRENCE, 2014, Online, Tradução Livre)⁸¹.

⁷⁹ “You know I think this was the way I was definitely introduced to the world I like to think I'm aware of. I am not naive. Which was basically the way I was introduced to the world. It was in a negative way. So I thought I had to work 10 times harder for people to see who I am [...] I felt humiliated”. (KARDASHIAN, 2012, Online) Disponível em: <https://medium.com/@mtnMayer/a-hist%C3%B3ria-completa-de-kim-kardashian-bea7f7ae4f16> Acesso em: 28 nov. 2019.

⁸⁰ “I am definitely not grateful. If I had to say a regret, that would be it. Obviously, I would not do that again. If I had to do it again, live my life again. Obviously, I would not have done it again [...] If I had information, I would not have done it [...] So I have to deal with the choices I made.” Disponível em: <https://medium.com/@mtnMayer/a-hist%C3%B3ria-completa-de-kim-kardashian-bea7f7ae4f16> Acesso em: 28 nov. 2019.

⁸¹ “I can't even describe to anybody what it feels like to have my naked body shoot across the world like a news flash against my will. It is not a scandal. It is a sex crime. It is a sexual violation”. Disponível em: <https://www.vanityfair.com/hollywood/2014/10/jennifer-lawrence-photo-hacking-privacy> Acesso em: 25 jul. 2019.

Como mencionado, o fenômeno da disseminação de conteúdo sexual torna qualquer indivíduo - independente de classe, gênero ou raça - um potencial vítima.

Como visto, não necessariamente a própria pessoa precisa ter tomado a iniciativa de produzir ou enviar materiais com conteúdo sexual. A cena do corpo ou a ‘posta’ cena do sexo pode ser obtida também sem conhecimento e/ou consentimento. Seja a partir de um terceiro fotografando - pode-se pensar no caso de pessoas públicas e a conturbada relação com os paparazzis.

Tais materiais também podem ser obtidos através de coerção ou chantagem, como quando hackers registram imagens ou vídeos a partir de câmeras de celular ou computador sem conhecimento dos usuários. Há também o acesso a arquivos privados como o sucedido com a atriz Carolina Dieckmann.

Sendo assim, a partir das elucidações, observa-se que existe uma multiplicidade de maneiras para a disseminação não consensual se concretizar e que as consequências podem ser físicas, psicológicas, sociais e/ou financeiras.

Diante disso, destaco a pesquisa produzida pela *Cyber Civil Rights Initiative* intitulada “*Guide for Legislators*”⁸² (2016) com 1606 participantes, desse total, 61% dos participantes disseram já ter produzido fotos/vídeos nus e compartilhado com outra pessoa, sendo 23% dos(as) respondentes vítimas da disseminação não consensual de material sexual.

Das vítimas 83% relataram que tiraram fotos/vídeos em que estavam nuas e compartilharam com outras pessoas. Destaca-se que 90% das vítimas são mulheres, confirmando a predominância da violência sobre mulheres. Sobre quem divulgou tais materiais 57% das vítimas tiveram o material postado por um ex-namorado, 23% por um ex-amigo, 6% postado por um amigo, 7% postado por um membro da família.

Abaixo é possível observar as informações divulgadas junto com o material:

TABELA 1 - INFORMAÇÕES DIVULGADAS JUNTAMENTE COM O MATERIAL.

- Nome completo: 59%.
- Informações da rede social- *printscreen* do perfil na rede social: 49%.
- Endereço residencial: 16%.
- Número de telefone: 20%.
- Endereço do trabalho: 14%.

⁸² Disponível em: <https://www.cybercivilrights.org/guide-to-legislation/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

Fonte: <https://www.cybercivilrights.org/guide-to-legislation/>

Sobre o custo emocional de ser vítima de uma violência assim, 93% das vítimas afirmam ter passado por um significativo sofrimento emocional, 42% buscaram acompanhamento psicológico, 38% disseram que a divulgação comprometeu relações com amigos e 34% com a família.

Observamos que muitas das vítimas são atormentadas pelo receio de que tais materiais voltem à tona ao longo de suas vidas. De acordo com dados obtidos, 40% das pessoas entrevistadas relatam que sentem diariamente medo de perder um parceiro atual ou futuro devido ao episódio da disseminação não consensual. Além disso, 54% temem a descoberta do material por um filho ou futuro filho e 57% temem que essa exposição afete seu avanço profissional.

Outro ponto, é que 51% tiveram pensamentos suicidas e 3% mudaram legalmente o nome. Tais dados revelam a potencialidade das consequências que a NCII pode trazer para a vida social, profissional, além da saúde mental e física dos indivíduos.

De maneira que, pela multiplicidade de formas que a disseminação não consensual de conteúdo sexual pode se manifestar, observa-se que quando tratamos de questões como gênero e sexualidade e sua relação com as mídias digitais, não há limites para o uso que é feito das ferramentas disponíveis.

Buscando apresentar um panorama de como a questão é tratada internacionalmente, destaco alguns casos de grande repercussão no contexto internacional que possibilitam localizar a prática em uma ordem cronológica demonstrando sua gradual amplificação com o advento das novas mídias.

4.2 BREVE HISTÓRICO DA DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Apresento um breve histórico da disseminação não consensual de conteúdo sexual a partir da apresentação de alguns casos que tiveram grande repercussão. A partir deste mosaico de exemplos, busco demonstrar de que maneira a prática foi ganhando notoriedade em diferentes países.

A disseminação não consensual de conteúdo sexual já ocorria anteriormente ao advento das novas tecnologias. Entretanto, é certo que o processo de mediação da sociedade

intensificou e alargou as dimensões de alcance e velocidade que tais materiais ganham quando estão na rede.

Assim, neste primeiro momento destaco uma situação ocorrida na década de 1990, que ilustra muitas das discussões que no momento⁸³ já ganharam mais força.

Em 1998, emergem notícias que envolvem o ex-presidente⁸⁴ norte-americano Bill Clinton e Monica Lewinsky que na época era uma funcionária da Casa Branca. Monica tinha 21 anos quando começou a trabalhar como estagiária na Casa Branca. Durante este período, Monica e Bill se conheceram e mantiveram relações íntimas. A relação veio a público em 1998, sendo que no primeiro momento ambos negaram as acusações. Em agosto do mesmo ano, Monica confirmou a relação diante do júri federal.

Bill Clinton enfrentou um processo de impeachment pela Câmara dos Representantes sob duas acusações, uma de perjúrio e uma de obstrução da justiça, em 19 de dezembro de 1998. Dois outros artigos do impeachment (uma segunda acusação de perjúrio e uma acusação de abuso de poder) não foram aceitos pela Câmara. As acusações seguem o episódio de sua relação com Monica Lewinsky e a ação judicial movida por Paula Jones.

Aos vinte e quatro anos, Monica assistiu sua vida mudar de rumo depois de ser alvo da investigação federal. Sua vida privada foi exposta, não só para a população norte-americana, mas para todo o globo. Em uma década onde ainda não havia extenso uso das redes de computadores, incorporação de telefones móveis ou existência de aplicativos de mensagens instantâneas, ainda sim, a identidade de Monica ficou conhecida por todos.

Em 2018, Lewinsky em um ensaio para a revista “*Vanity Fair*” faz observações sobre sua experiência e discute o consentimento dentro de sua relação com Bill Clinton.

Agora, aos 44 anos, estou começando (apenas começando) a considerar as implicações dos diferenciais de poder que eram tão vastos entre um presidente e uma estagiária da Casa Branca. Estou começando a entender que, em tal circunstância, a ideia de consentimento pode muito bem ser discutida. (Embora os desequilíbrios de poder - e a capacidade de abusar deles - existam mesmo quando o sexo é consensual.). Mas também é complicado. Muito, muito complicado. A definição de dicionário de "consentimento"? “Permitir que algo aconteça.” E, no entanto, o que “algo” significava nesse caso, dada a dinâmica do poder, sua posição e minha idade? O “algo” era apenas sobre atravessar uma linha de intimidade sexual (e depois emocional)? (Uma intimidade que eu queria - com um entendimento limitado das consequências de um jovem de 22 anos.) Ele era meu chefe. Ele era o homem mais poderoso do planeta. Ele era 27 anos mais velho do que eu, com experiência de vida suficiente para saber melhor. Ele estava, na época, no auge de sua carreira, enquanto eu estava no

⁸³ Esta dissertação foi produzida entre os anos de 2018 e 2020.

⁸⁴ Bill Clinton foi o 42º presidente dos Estados Unidos da América, cujo mandato iniciou em 20 de janeiro de 1993. Bill Clinton deixa a Casa Branca em 20 de janeiro de 2001 quando George W. Bush assume.

meu primeiro emprego fora da faculdade. (LEWINSKY, 2018, Online, Tradução Livre)⁸⁵.

Monica reflete que, apesar de sua relação com Clinton ter sido consensual, o caso poderia ser visto como abuso de poder. Isso porque eles tinham uma diferença de idade e – principalmente – de cargo muito grande.

Ao longo dos anos, Monica lidou frequentemente com o assédio público e da imprensa. Ela relatou dificuldades para encontrar emprego na área de marketing e comunicação depois do escândalo. Monica também conta que foi diagnosticada com síndrome de estresse pós-traumático, gerada pela maneira como o caso foi exposto na mídia.

Para ser franca, eu fui diagnosticada há vários anos com transtorno de estresse pós-traumático, principalmente a partir da provação de ter sido publicamente exposta e ostracizada naquela época. Minha expedição de trauma foi longa, árdua, dolorosa e cara. E não acabou. (LEWINSKI, 2014, Online, Tradução Livre)⁸⁶.

Em 2005, Monica se mudou para Londres e concluiu um mestrado em Psicologia Social na *London School of Economics*. Em 2014, se tornou ativista contra o bullying na internet. E em 2015, apresentou *TED Talk* sobre o assunto. Neste *TED Talk* Monica conta como se sentiu quando teve seus telefonemas disponibilizados para todo o mundo. Ela relata que na época em que a história foi a público, sua mãe não a deixava sozinha em nenhum cômodo da casa, pois estava amedrontada com a ideia de que a filha fosse tirar a própria vida.

A escolha em iniciar este subcapítulo apresentando o caso de Monica Lewinski se deve a magnitude do ocorrido. Certamente, as dimensões são maiores devido a posição política que Bill Clinton ocupava na época. Mas ainda sim, é importante sensibilizar o olhar para este caso, pois é possível observar traços de uma cultura da exposição, onde a humilhação pública de uma

⁸⁵ “Now, at 44, I’m beginning (just beginning) to consider the implications of the power differentials that were so vast between a president and a White House intern. I’m beginning to entertain the notion that in such a circumstance the idea of consent might well be rendered moot. (Although power imbalances — and the ability to abuse them — do exist even when the sex has been consensual.) But it’s also complicated. Very, very complicated. The dictionary definition of “consent”? “To give permission for something to happen.” And yet what did the “something” mean in this instance, given the power dynamics, his position, and my age? Was the “something” just about crossing a line of sexual (and later emotional) intimacy? (An intimacy I wanted — with a 22-year-old’s limited understanding of the consequences.) He was my boss. He was the most powerful man on the planet. He was 27 years old my senior, with enough life experience to know better. He was, at the time, at the pinnacle of his career, while I was in my first job out of college.” Disponível em: <https://www.vanityfair.com/news/2018/02/monica-lewinsky-in-the-age-of-metoo> Acesso em: 22 dez. 2019.

⁸⁶ “To be blunt, I was diagnosed several years ago with post-traumatic stress disorder, mainly from the ordeal of having been publicly outed and ostracized back then. My trauma expedition has been long, arduous, painful, and expensive. And it’s not over”. (LEWINSKI, 2014, Tradução Livre). Disponível em: <https://www.vanityfair.com/style/society/2014/06/monica-lewinsky-humiliation-culture> Acesso em: 18 jul 2019.

mulher é naturalizada.

Este caso também se relaciona a discussão da disseminação não consensual pelos desdobramentos que Monica enfrentou após o episódio. Desde sequelas em sua saúde mental a dificuldades em encontrar um emprego por anos seguidos.

Para dar continuidade, utiliza-se do material produzido pela revista *New York Magazine*⁸⁷ que apresenta casos específicos e movimentos que se relacionam à proliferação de NCII seguindo uma ordem cronológica.

É importante ressaltar que a literatura sobre o fenômeno já é mais extensa em países como Estados Unidos, por exemplo. Nessa perspectiva chamo atenção que a linha do tempo traçada pela revista, e o caso de Monica Lewinsky, são acontecimentos relacionados à prática, principalmente no contexto norte-americano. Mesmo não contemplando uma diversidade muito grande de localidades, a linha do tempo traçada pela revista se configura por ser uma importante contribuição, pois auxilia na ilustração do processo de consolidação dos termos e da visualização de momentos de intensificação da prática.

Assim, um dos primeiros casos de grande repercussão de NCII mencionado na matéria aconteceu em 1980, quando o casal Lajuan e Billy Wood teve fotografias em que posaram nus um para o outro roubadas por Steve Simpson, vizinho que invadiu a residência dos cônjuges. Steve, juntamente com sua esposa Kelley Rhoades, enviou uma foto de Lajuan para a revista *Hustler* na seção *Beaver Hunt*⁸⁸. Junto com a imagem, Steve e Kelley preencheram o cadastro solicitado com informações falsas como supostas fantasias sexuais e outras verdadeiras como a identidade de Lajuan, por exemplo.

A imagem foi publicada com o subtítulo “foto por marido”. Billy e Lajuan tiveram dificuldades em acreditar no ocorrido. Após a publicação, Lajuan passou a receber incontáveis ligações e a ser assediada constantemente por desconhecidos.

A violência praticada gerou graves consequências sociais, psicológicas e financeiras em Lajuan que passou por um período de intenso sofrimento necessitando de acompanhamento psicológico. Lajuan e Billy processaram a revista *Hustler* por difamação e invasão de privacidade⁸⁹.

⁸⁷ Disponível em: <http://nymag.com/news/features/sex/revenge-porn-2013-7> Acesso em: 20 set. 2018.

⁸⁸ A revista *Hustler* é especializada em imagens pornográficas para o público masculino. Beaver Hunt Foi um desdobramento do popular longa-metragem da revista que apareceu pela primeira vez na edição de julho de 1976. A seção abria espaço para que leitores enviassem fotos tornando-se tão popular que foi criado uma revista destacando apenas fotos enviadas pelo público.

⁸⁹ Disponível em: <http://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/F2/736/1084/91052> Acesso em: 15 set. 2018.

Adiciono mais um caso de grande repercussão, que não é contemplada pela revista, mas que ilustra a prática da disseminação não consensual na década de 1990. No ano de 1995, a atriz e modelo canadense Pamela Anderson e o Tommy Lee, baterista da banda de Hard Rock norte-americana *Mötley Crüe*, tiveram uma fita cassete em que estavam tendo relações sexuais roubada e divulgada. Rand Gauthier, um eletricista que trabalhou na mansão do casal em Los Angeles roubou o material que estava guardado em um cofre.

Rand recebeu várias propostas para divulgar, inclusive de uma família ligada à máfia de Nova Iorque que então controlava boa parte da indústria de conteúdo pornográfico do país. Com o financiamento da família, Rand distribuiu o vídeo, entretanto, seus lucros foram abaixo do esperado⁹⁰. O lucro com o vídeo foi para uma nova geração de pornógrafos online⁹¹, entre eles empresários como Seth Warshavsky, que organizou uma série de sites de acesso pago que difundiam o filme de Pamela e Tommy Lee em streaming. Mediante a dificuldade em recuperar a fita cassete e conter a sua difusão, Pamela e Tommy Lee chegaram a acordos extrajudiciais com pornógrafos como Warshavsky, por exemplo.

Seguindo adiante, entre os anos de 1990 e 2000, identifica-se um movimento que ficou conhecido como *Realcore*⁹² que se caracteriza pela pornografia digital amadora que passou a fazer cada vez mais sucesso.⁹³ Segundo Messina (2007)⁹⁴ o *realcore* se refere a um novo segmento de imagens sexuais a partir da popularização das novas tecnologias. É importante citar esse movimento, pois ele ilustra uma forma de representação pornográfica na qual os consumidores e produtores se emaranham.

Em entrevista o pesquisador Sérgio Messina evidencia que é a busca pela “autenticidade” do ato sexual que impulsionou esse movimento. Em suas palavras: “O *Realcore* é tudo sobre a realidade do que você vê, a verdade dessas imagens. É sobre o desejo de ver alguém fazendo algo porque gosta de ser visto. (MESSINA, p.24, 2014, Tradução Livre)⁹⁵”.

⁹⁰ Para mais informações, consultar link. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/121504/a-surpreendente-historia-por-tras-do-video-de-pamela-anderson-e-> Acesso em: 09. Nov. 2019.

⁹¹ Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/121504/a-surpreendente-historia-por-tras-do-video-de-pamela-anderson-e-> Acesso em: 09. Nov. 2019

⁹² O termo advém da junção de dois termos em inglês *Hardcore* (sexo real gravado) e *Softcore* (sexo simulado).

⁹³ Disponível em: <http://justificando.salut.com.br/2015/03/28/revenge-porn-e-sexting-parametros-da-pornografia-virtual/> Acesso em: 20 set. 2018

⁹⁴ MESSINA, Sérgio. Entrevista feita por Mark Dery (Naked Lunch: Talking Realcore with Sergio Messina. In: C'lick Me. A net porn studies reader.

⁹⁵ “Realcore is all about the reality of what you see, the truth of these images. It’s about the desire to see someone doing something because they like to be seen. They’re filming it because you are part of the game as well. You’re the audience. They get horny because someone is getting horny over them. As Dante said, “Amor ch’anulloamato,

Nesse contexto já se começa a identificar mais fortemente um comportamento recorrente onde usuários começam a publicar imagens íntimas de suas ex-parceiras caracterizando uma onda de NCII⁹⁶.

Seguindo a ordem cronológica proposta pela New York Magazine, outra passagem que evidencia a ampliação do alcance e prejuízos causados pela disseminação não consensual. Em 2008, a administração do famoso portal *Xtube*⁹⁷ divulgou que estava recebendo de duas a três queixas por semana sobre fotos e vídeos postados sem consentimento. O portal identificou que as postagens tinham como principais motivações a raiva e a vingança⁹⁸.

Com a oferta de conteúdo também por parte dos usuários, aos poucos, a violação passou a se constituir como mais um “ramo” explorado pelos sites especializados em conteúdo pornográfico. É nesse momento que começam a surgir canais nos quais o material disponibilizado é exclusivamente composto de imagens e vídeos sexuais divulgados sem consentimento.

Em 2010, chamo atenção para a página ‘*Is Anyone Up?*’⁹⁹ que disponibilizava uma grande quantidade de materiais sexuais postadas sem autorização das mulheres, inclusive seus dados pessoais. A exclusão das imagens e vídeos era realizada tendo como condicional o pagamento de valores determinados pela administração do site. A prisão de Hunter Moore, gestor da página, ocorreu nos Estados Unidos, em 2014, após uma avalanche de denúncias.

No mesmo ano, o neozelandês Joshua Ashby¹⁰⁰ foi condenado por publicar uma imagem de sua ex-namorada em uma rede social por não aceitar o fim de seu relacionamento¹⁰¹. Seu caso ganhou repercussão por trazer à tona a ponta do *iceberg* da violência de gênero na internet no país. Ainda era bastante incomum a condenação pela ação de disseminação não consensual no mundo.

Nessa mesma época, também destaco o caso de um site hospedado na *Deep Web* intitulado *Pink Meth* que funcionava como um “mercado” onde homens podiam carregar e vender fotos nuas de suas ex-parceiras. Nomes, endereços, números de telefone e informações

amarperdona” (Love, that exempts no one beloved from loving) (MESSINA, p.24, 2014) Disponível em: <<http://www.sergiomessina.com/media/clckmdrmssn.pdf>> Acesso em: 20 set. 2018.

⁹⁶ Disponível em: <<http://www.wowonline.org/blog/tag/end-revenge-porn/>> Acesso em: 12 set. 2018

⁹⁷ Portal que disponibiliza material pornográfico.

⁹⁸ Disponível em: <<http://www.nclawreview.org/2015/02/a-picture-is-worth-a-thousand-words-the-legal-implications-of-revenge-porn/>> Acesso em: 16 set. 2018.

⁹⁹ Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/the-intersect/wp/2015/12/03/revenge-porn-purveyor-hunter-moore-is-sentenced-to-prison/>> Acesso em: 11 set. 2018.

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://www.nydailynews.com/news/world/joshua-simon-ashby-4-months-jail-posting-naked-photo-ex-girlfriend-facebook-article-1.451057>> Acesso em: 5 set. 2018.

¹⁰¹ Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-132981>>. Acesso em: 12 out.2018.

particulares dessas mulheres acompanhavam as fotos. As vítimas eram então contatadas para pagarem um resgate caso desejassem que as informações e fotos fossem excluídas.

Em 2014 a página foi tirada do ar pelo FBI. Vê-se que a *Deep Web*¹⁰² se constitui como um local onde esse tipo de material é disponibilizado em grande escala, indo de encontro com o movimento pontuado pela *New York Magazine*.

Em 2013, começou a tramitar um projeto de lei na Flórida que tornaria a disseminação não consensual de imagens ou vídeos sexuais um crime com pena de até cinco anos de prisão.

A aprovação veio ocorrer no dia 1º de outubro de 2015, utilizando o termo *cyber sexual harassment* para designar ações de NCII¹⁰³. O termo, traduzido para o português como assédio sexual cibernético, refere-se ao uso das ferramentas de comunicação para ameaçar, insultar e aliciar o destinatário.

Um dos primeiros dispositivos dessa lei refere-se à expectativa de que os indivíduos possuem um acordo tácito sobre imagens de natureza sexual. Nesse sentido, prevalece a ideia de que os materiais produzidos e enviados mesmo com consentimento ficariam restritos ao âmbito privado.

A partir da contribuição da matéria da *The New York Magazine* nota-se, portanto, que a prática da disseminação não consensual de imagens ou vídeos sexuais tem seu início antes do advento da internet. Conquanto, devo ressaltar que foi a partir dos indivíduos e do uso que fazem dos instrumentos disponibilizados pela internet (e tecnologia em geral) que a prática ganhou proporções ainda mais extensas, alargando amplamente os prejuízos para as vítimas.

4.3 A DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Opto por começar este subcapítulo com uma narrativa ficcional, mais especificamente, com uma produção cinematográfica dirigida por um conterrâneo. Muitas pessoas conhecidas, sabendo do meu interesse pela temática, insistiam para que eu assistisse ao filme *Ferrugem*¹⁰⁴. Sabendo que seria um material importante e que, me incomodaria de certa maneira, posterguei o momento.

¹⁰² Deep Web é a camada mais profunda da internet, acessada somente através de navegadores especiais com máscara de IP. (RAMOS, 2017, p.07).

¹⁰³ Disponível em: <<http://kellywarnerlaw.com/revenge-porn-laws-the-50-state-guide-updated-weekly/>> Acesso em: 10 set. 2018.

¹⁰⁴ Ferrugem é um filme de drama brasileiro de 2018 dirigido e escrito por Aly Muritiba.

Até que durante minhas férias, em dezembro de 2018, decidi por fim que estava preparada para assistir com calma, coração aberto e atenção. Muitos desses conhecidos relataram bastante desconforto ao assistir à produção. Talvez porque eu já tivesse lido sobre tantos casos e sofrido tantas vezes junto a vítimas, que durante o filme mantive certo distanciamento e consegui ter um olhar mais próximo de pesquisadora do que mera espectadora.

Claro, o desfecho me afetou, mas não como os desfechos reais que já tive contato e tanto me comoveram. Ainda assim, compreendi que através desse filme muitas pessoas refletiram e ainda iriam refletir sobre o tema. Talvez até fosse possível que entendessem as consequências nefastas que a disseminação não consentida pode causar na vida de algumas pessoas. Fiquei esperançosa com a produção. A discussão é pertinente e precisa chegar ao público em forma de pesquisas, e também, de arte.

A história narra a vida de Tati que, assim como é comum entre os adolescentes, é bastante ativa nas redes sociais. Tati troca mensagens online com Renet, um colega de escola. Ambos chegam a ter alguns momentos juntos. Até que sua turma parte para uma excursão escolar e em determinado momento, em uma dessas aproximações entre os dois, a adolescente acaba perdendo seu celular. Os outros estudantes ajudam a procurar o objeto, mas nada é encontrado e a jovem o considera como perdido.

Voltando a sua rotina, em um dia que tinha tudo para ser como qualquer outro, Tati chega à escola e logo percebe que algo está estranho. Olhares e burburinhos a perseguem por todo canto. Suas amigas intervêm e decidem contar sobre o ocorrido: um vídeo de Tati tendo relações sexuais com ex-namorado foi espalhado e agora toda a atenção se volta para ela.

Piadas, xingamentos, comportamentos maliciosos dos funcionários do colégio, *bullying* dos colegas e silêncio dentro de sua casa. A divulgação acaba logo tomando grandes proporções como quando o vídeo da adolescente é disponibilizado em um site de conteúdo pornográfico.

Tati passa por uma série de humilhações que também perpassam suas redes sociais e afetam sua rotina que é completamente abalada. Gradualmente os amigos de Tati vão se afastando e dia após dia a garota se fecha ainda mais dentro de si. Os espectadores sofrem junto da menina. Tati começa a se sentir humilhada e isolada.

Vale destacar que não é exatamente por ter se envolvido sexualmente com Renet. Isso é até estimulado em seu contexto, uma vez que a trama se passa em uma escola e retrata as dinâmicas amorosas entre os adolescentes. Tati sofre por ter sido exposta, por ser alvo do *bullying*, por estar sendo continuamente envergonhada pelas pessoas que a cercam.

Percebendo-se cada vez mais distante de todos e não conseguindo comunicar sua dor,

Tati decide roubar a arma que seus pais guardam em casa e comete suicídio em frente a uma das câmeras de segurança dentro do colégio. Assim se encerra a primeira parte do Filme Ferrugem, dirigido por Aly Muritiba.

É importante notar que a semelhança da arte com a realidade não é coincidência. O filme retrata a história fictícia da adolescente Tati, mas que, simultaneamente reflete a dor de tantas outras pessoas que tiveram suas intimidades expostas. São vítimas que tiveram seus momentos privados revelados e viram sentimentos como a vergonha transbordarem. Esse é um problema que atinge majoritariamente as mulheres, como visto: de idades diversas, de diferentes raças, classes sociais, públicas ou não.

O desfecho do filme é bastante trágico e reflete um destino que não é incomum para as vítimas dessa violência.

FIGURA 6: A PERSONAGEM FICTÍCIA TATI QUE É VÍTIMA DE DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL NO FILME FERRUGEM.



Fonte: <https://www.papodecinema.com.br/filmes/ferrugem/fotos/>

O filme *Ferrugem* retrata um pouco do cenário brasileiro e é a partir dele que vamos pensar de que maneiras a NCII se manifesta em nosso contexto. Assim, vale lembrar que até o momento, foi possível observar que a questão da disseminação não consensual de imagens ou vídeos sexuais já permeia o debate internacional sobre violência de gênero há alguns anos.

Com relação ao âmbito brasileiro observa-se que a prática de disseminar imagens ou vídeos sexuais sem consentimento começou a aparecer com mais proeminência a partir de 2013. Alguns casos de grande repercussão fizeram o tema entrar na pauta pública.

No ano de 2013, além de Francynelle Santos que sofreu consequências danosas devido à exposição não consentida, duas jovens (de 16 e 17 anos) também foram vítimas e acabaram se

suicidando após terem imagens suas expostas. Francielle dos Santos Pires, Fran como ficou conhecida na internet, residente de Goiânia, na época tinha 19 anos de idade quando teve sua imagem divulgada sem autorização.

A jovem e seu namorado Sergio Henrique de Almeida Alves gravaram vídeos tendo relações sexuais, no entanto, somente Fran podia ser identificada nessas gravações. O rapaz propagou sem consentimento alguns desses vídeos na internet, principalmente, através do aplicativo *WhatsApp*.

Nesse material, Fran fazia um sinal de “OK” enquanto dizia algumas palavras obscenas em seu momento íntimo, mas o que era para ser algo privado e da intimidade do casal, indo a público se tornou motivo para chacotas e memes nas redes sociais, repercutindo de maneira bastante intensa. Até mesmo alguns artistas famosos repetiam o gesto em tom de piada fazendo alusão ao caso Fran. Junto com a divulgação do vídeo, também o nome e o local de trabalho de Fran foram espalhados.

Francielle perdeu o emprego após o ocorrido e interrompeu os estudos por não ter mais condições de arcar com os custos da faculdade particular que cursava em Goiânia. Em entrevista para diversos jornais, Fran relatou que não conseguia mais encontrar trabalho devido à disseminação não consentida do vídeo. “Meu celular não parava. O pessoal ligando, ligando. Eu fiz o boletim de ocorrência na sexta-feira. O pessoal não tinha dado muita importância. Quando foi na segunda-feira, eu vi à proporção que tava”, conta¹⁰⁵.

No ano de 2014, Fran lançou uma petição pública na internet para a criação de uma lei que considerasse crime a divulgação indevida de material sexual. Isso se deu após o desfecho jurídico ter se realizado: seu ex-namorado recebeu a pena de prestar serviços comunitários pelo período de cinco meses após ser condenado pelos crimes de difamação e injúria. A petição não tinha validade jurídica, entretanto, serviu para chamar atenção dos parlamentares sobre tal violência.

Em 2014, havia cinco projetos em tramitação na câmara que tratavam da disseminação não consensual, mas nenhum deles havia sido aprovado ou implantado.

FIGURA 7: PETIÇÃO PELA CRIAÇÃO DA LEI FRAN SANTOS

¹⁰⁵ Disponível em: [ttp://g1.globo.com/goias/noticia/2014/10/fran-faz-campanha-por-lei-que-torne-crime-divulgacao-de-videos-intimos.htm](http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/10/fran-faz-campanha-por-lei-que-torne-crime-divulgacao-de-videos-intimos.htm) Acesso em: 30 jan. 2019.



Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/10/fran-faz-campanha-por-lei-que-torne-crime-divulgacao-de-videos-intimos.html>

No mesmo ano em que Fran Santos teve seu vídeo divulgado, uma das adolescentes citadas no início era a jovem Júlia Rebeca Pessoa, nascida no Piauí e que também foi vítima da disseminação não consensual. Júlia teve um vídeo em que ela estava tendo relações sexuais com um jovem e uma jovem compartilhado. A outra jovem também tentou se suicidar após a divulgação do material, mas foi socorrida a tempo.

Com relação à família de Júlia, estes só ficaram sabendo da existência do vídeo depois que ela já havia tirado a própria vida, se enforcando com o fio de uma prancha alisadora de cabelos. Foi seu primo Daniel que cuidou dos procedimentos legais e que, mais tarde, encontrou as senhas das redes sociais que Júlia Rebeca deixou endereçadas a ele.

Foi pela rede social *Twitter* que a jovem relatou a maior parte dos sentimentos que teve desde a divulgação do vídeo até o momento da sua morte. Foi no dia 05 de novembro de 2013, que a jovem escreveu demonstrando irritação sobre as coisas que estavam falando sobre ela: "vocês não sabem nem da metade da minha vida pra sair espalhando o que vocês bem entendem!".

No dia 08 de novembro, seus sentimentos de irritação e frustração parecem ter sido substituídos pela tristeza: "cansei de fingir sorrisos, de fingir que tô feliz quando na verdade por dentro tô despedaçada". Pela primeira vez comenta sobre desaparecer ainda usando suas redes sociais: "queria sumir pra saber quem sentiria minha falta, daí saberia quem são os

verdadeiros”. Júlia ainda pede desculpas para sua mãe: — “É daqui a pouco que tudo acaba”. “Eu te amo, desculpa eu n ser a filha perfeita, mas eu tentei... desculpa eu te amo muito”, postou adolescente.

FIGURA 8: JULIA REBECA ESCREVENDO SOBRE OS SEUS SENTIMENTOS APÓS SER VÍTIMA.



Fonte: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3280-1.pdf>.

A última mensagem de Júlia foi: — “Tô com medo, mas acho que é tchau pra sempre”.

FIGURA 9: JULIA REBECA PEDINDO DESCULPAS À FAMÍLIA ANTES DO SUICÍDIO.



Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/o-suicidio-da-adolescente-de-veranopolis-e-nossa-culpa-6036.html>.

Seu primo Daniel, relata que a rotina da família mudou drasticamente, além da dor de ter perdido Júlia, tiveram que lidar com o assédio de desconhecidos, emissoras de televisão e rádio, *blogs* que noticiavam informações que não eram verídicas e a enxurrada de comentários pela internet que difamavam ainda mais Júlia.

Daniel decidiu criar uma página em uma rede social chamada “Júlia Rebeca - saudades eternas” que concentrou uma série de mensagens em apoio a Júlia e a família.

A família da adolescente relatou dificuldades para conseguir informações das empresas que hospedaram o conteúdo (ARAÚJO, LATORRE, BARBON, 2015). Principalmente devido ao principal canal utilizado para a disseminação que foi o aplicativo *WhatsApp*. O vídeo foi removido dos grandes provedores, entretanto, em uma rápida pesquisa ao *Google* colocando o nome de Júlia Rebeca, depara-se com diversos sites noticiando o conteúdo, inclusive endereços da web especializados na veiculação de conteúdo pornográfico.

A violência de gênero presente não só na disponibilização do vídeo, mas também na legenda de alguns resultados. Na primeira busca, destaca-se: “Assistam ao vídeo amador de Júlia Rebeca uma puta amadora que caiu na *net* e acabou fazendo algo muito grave depois que viu o filme na *net*”.

FIGURA 10: PRINTSCREEN DE BUSCA COM O NOME DE JÚLIA REBECA NO GOOGLE

Aproximadamente 17.900.000 resultados (0,37 segundos)

Video amator de Júlia Rebeca que se mato depois que o video caiu ...

<https://www.cnnamador.com/video-amador-de-julia-rebeca-que-se-mato-depois-que-o-...> ▼

Assistam ao video amator de Júlia Rebeca uma puta amadora que caiu na net e acabou fazendo algo muito grave depois que viu o filma na net.

Ver video julia rebeca pornô porra - bucetas nuas

<https://xxxbucetas.net/ver-video-julia-rebeca-.htm> ▼

Você está assistindo ao filme intitulado Ver video julia rebeca Foi adicionado no XXX categoria filmes. Mais vídeos em nossa coleção julia, video, rebeca Porn, ...

Vídeo de júlia rebeca fudendo em parnaíba pornô porra - bucetas nuas

<https://xxxbucetas.net/video-de-júlia-rebeca-fudendo-em-parnaiba-.htm> ▼

Você está assistindo ao filme intitulado Vídeo de júlia rebeca fudendo em ... Mais vídeos em nossa coleção ú, í, fudendo, parnaí, rebeca Porn, o maior da Brasil.

Videos de julia rebeca pornô porra - bucetas nuas

<https://xxxbucetas.net/videos-de-julia-rebeca-.htm> ▼

Você está assistindo ao filme intitulado Videos de julia rebeca Foi adicionado no XXX categoria filmes. Mais vídeos em nossa coleção rebeca, julia, videos Porn ...

Júlia e Rebeca de Parnaíba se pegando beijando bem safadas ...

<https://www.pornolandia.xxx> > Lésbicas ▼

Video porno Júlia e Rebeca de Parnaíba se pegando beijando bem safadas, assista no Pornolandia, em 'Lésbicas' videos de sexo xxx amadores totalmente ...

Fonte: www.google.com.

Tal legenda evidência de maneira escancarada como a disseminação não consensual foi cooptada pelos provedores de conteúdo sexual e veiculada como mais um segmento de imagens sexuais ofertadas por esses endereços eletrônicos. A violência de gênero não poupou Júlia Rebeca nem durante sua vida e nem mesmo depois de sua morte.

Quatro dias depois do suicídio de Júlia, a outra adolescente citada é Giana Laura, nascida em Veranópolis, no Rio Grande do Sul que teve uma foto em que apareciam seus seios compartilhada sem consentimento. As duas adolescentes nunca chegaram a se conhecer, mas tiveram suas vidas e mortes noticiadas simultaneamente por todo o país.

Um colega fez um *printscreen* (comando que captura em forma de imagem tudo o que está presente na tela) quando conversava com Giana Laura pela internet utilizando a *webcam*. O rapaz enviou a foto para outras pessoas resultando no “estorvo” que a adolescente de 16 anos menciona também em sua conta no *Twitter*. A jovem foi encontrada já sem vida pelos parentes enforcada com um cordão de seda. Giana gostava da cantora Avril Lavigne, torcia pelo Grêmio e fazia uso das redes sociais de maneira comum a qualquer outro adolescente.

Em entrevista ao programa televisivo ‘Caminhos da Reportagem’¹⁰⁶ os pais de Giana Laura comentam que a jovem nunca chegou a conversar com eles sobre o ocorrido. Marcos Fabi, o pai de Giana fala sobre a dor que sente ao imaginar toda a vergonha, o medo e a preocupação que a adolescente deve ter sentido, levando-a a essa atitude desesperada.

FIGURA 11: ÚLTIMA PUBLICAÇÃO DE GIANA LAURA ANTES DE SE SUICIDAR.



Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/o-suicidio-da-adolescente-de-veranopolis-e-nossa-culpa-6036.html>

Esses foram alguns dos episódios que agendaram o tema no contexto brasileiro e revelaram a gravidade dessa violência na vida das pessoas envolvidas. A discussão começa a deixar de ser uma preocupação exclusiva dos movimentos feministas ou de ser encarado de pouca relevância pela mídia e passa a adentrar o debate político.

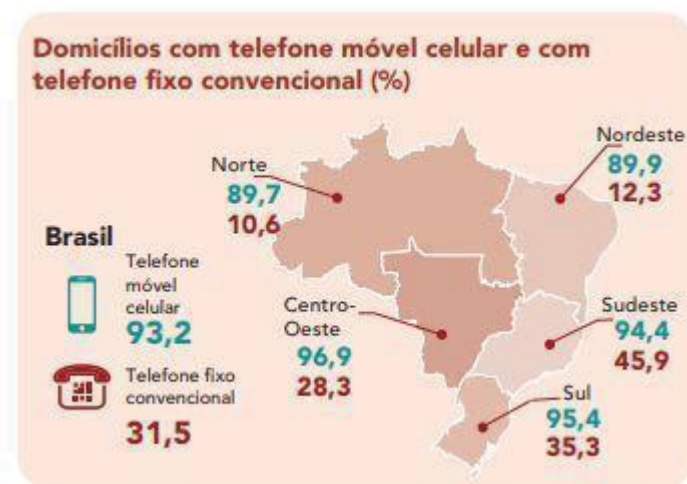
Para compreender as nuances da exposição não consensual no contexto brasileiro, destaca-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)¹⁰⁷ divulgada em fevereiro de 2018, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que lança luz sobre o acesso à internet no país.

Segundo a pesquisa, no ano de 2016, o Brasil tinha 116 milhões de pessoas conectadas à internet, o equivalente a 64,7% da população com idade acima de 10 anos.

FIGURA 12: DOMICÍLIOS DO BRASIL COM TELEFONE CELULAR E COM TELEFONE FIXO.

¹⁰⁶ Programa televisivo “Caminhos da reportagem” – Episódio: Crime na rede: intimidade compartilhada, 2014. Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/crime-na-rede-intimidade-compartilhada> Acesso em: 29. Jan. 2019.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631> Acesso em: 31 Jan. 2019.



Fonte: IBGE, Diretório de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por amostra de domicílio.

No ano de 2016, já havia telefone móvel celular em 92,6% dos domicílios brasileiros, em 2017, o percentual já estava em 93,2%¹⁰⁸. Miskolci (2011) chama atenção para o recorte de classe, renda, escolaridade e local de moradia que deve ser feito e levado como uma determinante quando se ambiciona estudar o uso das mídias digitais.

Em um artigo escrito pelo autor e intitulado “Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais” (2011), Miskolci reflete que a geração nascida após 1990, incorporou de maneira mais rápida o uso das mídias, enquanto, pessoas nascidas em outras gerações acabaram por levar mais tempo. Principalmente, por suas relações já terem sido construídas e serem mediadas por outros meios. Nesse sentido, o uso das redes torna-se apenas mais um caminho extra para a comunicação para essas pessoas.

Qualquer estudo sociológico feito no presente que não levar em consideração a discrepância entre vidas moldadas pelo acesso e uso das mídias digitais e as distantes delas deixará de reconhecer uma das mais recentes marcas de desigualdade da sociedade contemporânea, uma desigualdade que não é mensurável apenas em termos financeiros, pois define horizontes aspiracionais e de oportunidades tanto na vida pessoal, quanto no trabalho e na política. O acesso ou não às mídias digitais não cria duas experiências paralelas, mas relacionadas e interdependentes em sua própria desigualdade. Isso se constitui, em si mesmo, uma promissora agenda de investigação. (MISKOLCI, 2011, p.11).

Miskolci nos lembra de que o uso das mídias digitais é um fenômeno ainda em processo de disseminação no mundo e no Brasil. Ele já tem caráter massivo e marca profundamente a

¹⁰⁸ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf Acesso em: 31 jan. 2019).

vida de um contingente nada desprezível de pessoas, mas não pode ser tomado como algo universal (MISKOLCI, 2011, p.11).

Dessa maneira, recorro que o acesso à internet ainda não é pleno por todo o território brasileiro, entretanto, há fortes indícios de que a inclusão digital online tem acontecido gradualmente e tem sido cada vez mais incorporada pelos indivíduos.

Neste cenário, onde parte da população tem passado a mediar suas relações a partir do uso das mídias, evidencia-se de que maneiras a violência de gênero na internet tem se manifestado no Brasil.

Segundo os indicadores da *Safernet Brasil* ressalta-se que a exposição íntima está entre as três primeiras violações que os brasileiros pedem ajuda.

FIGURA 13: PRINCIPAIS VIOLAÇÕES QUE OS(AS) INTERNAUTAS BRASILEIROS(AS) PEDEM AJUDA.



Fonte: <https://helpline.org.br/indicadores/>

Além disso, as mulheres se configuram por representarem 70,1% dos atendimentos realizados devido à exposição íntima/*sexting*. Foram feitos 204 atendimentos via *chat* e *e-mail* para mulheres com relação à exposição sexual íntima, sendo 85 desses atendimentos para homens.

Ainda nos indicadores da *Safernet* observa-se que as mulheres ainda constituem 67,4% dos atendimentos por cyberbullying/ofensa e 62,1% de denúncias sobre conteúdos impróprios/violentos. No ano de 2017, o assédio foi o 26º assunto mais comentado na internet. Nos últimos três anos, as menções ao termo cresceram 324%, com destaque para um novo tipo de assédio, o virtual, que cresceu mais de 26 mil por cento¹⁰⁹.

A banalização de manifestações de violência online sob a crença de que elas começam e terminam no meio digital, e que, portanto, são passageiras, é a primeira maneira de diminuir a gravidade desse problema (CODING RIGHTS; INTERNETLAB, 2017, p.15). O que se observa na realidade é uma situação bastante preocupante.

Assim como bem evidencia o relatório produzido pela ONU em parceria com o *Internetlab*, já não é mais possível separar facilmente as reações que se dão nos meios digitais e na vida offline: ambos são um contínuo, assim como as manifestações de violência que ocorrem nesses meios (CODING RIGHTS; INTERNETLAB, 2017, p.15). Também neste relatório, há apresentação das diversas formas de violência na internet, entre elas: discurso de ódio, ataques coordenados, roubo de identidade, invasão/ataques de segurança a sistemas entre outras modalidades.

Foi realizado um recorte nessa tabela, privilegiando apenas aquelas práticas que estão sendo trabalhadas nesta dissertação, buscando ressaltar os exemplos/relatos de cada uma.

TABELA 2 - TIPOS/MÉTODOS/EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA NA INTERNET.

TIPO DE VIOLÊNCIA TYPE OF VIOLENCE	MÉTODOS DE AÇÕES VIOLENTAS METHODS OF VIOLENT ACTION	EXEMPLOS/RELATOS DE CASOS EXAMPLES / CASE REPORTS
STALKING	Interações não solicitadas e/ou obsessivas Perfis falsos criados para assediar alguém	Sofri perseguição virtual por parte do meu ex-companheiro. Ele criava fakes a cada 2 ou 3 dias. Um homem me persegue/manda mensagens constantemente e por vários meios Sou assediada todos os dias pelos homens por achar que minha vida é só sexo Um homem perseguia e não se conformava com a não correspondência, e passou a fazer perfis falsos para afastar amigos (etc), difamando a vítima, fazendo-se passar por ela. Concedi uma entrevista em veículo de mídia tradicional e, após a divulgação da mesma, alguns homens me mandaram mensagens com deboches e ofensas no messenger do Facebook. Foram tantas que mudei meu nome na rede social por um tempo.

¹⁰⁹ “ A voz das redes: o que elas podem fazer no enfrentamento pela violência contra as mulheres”. Pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com a Folks Etnográfica. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/voz-das-redes/> Acesso em: 30 jan. 2019.

EXPOSIÇÃO DE DADOS PESSOAIS	<p>Divulgação ou ameaça de divulgar fotos íntimas "Doxing"</p> <p>Vazamento de conversas privadas</p> <p>Exposição por ser LGBTQI+ ou parte de algum movimento por direitos sexuais e reprodutivos</p> <p>Hashtag criada para promover discurso ofensivo e direcionado</p> <p>Uso de bots para as ações anteriores</p>	<p>Expuseram meu endereço na internet, em um contexto de críticas às minhas ideias</p> <p>Me enviaram e-mail anônimo dizendo detalhes da minha vida, sem ameaça explícita</p> <p>Divulgaram meus dados e dados dos familiares, emprego, lugar de moradia</p> <p>Entregaram meus dados pessoais para investigações conduzidas por governos locais</p>
UTILIZAÇÃO NÃO CONSENTIDA DE FOTOS	<p>Divulgação ou ameaça de divulgar fotos íntimas</p> <p>Edição ofensiva de fotos</p> <p>Hashtag criada para promover discurso ofensivo e direcionado</p>	<p>Pegaram minha foto e alteraram com o objetivo de me ridicularizar nas redes</p> <p>Criaram uma hashtag com meu nome utilizada para espalhar fotos e imagens ofensivas</p> <p>Fiz transição e mudei de nome. Meus familiares passaram a publicar no Facebook fotos antigas que me constrangeram, destacando meu nome de registro</p> <p>Pegaram minha foto de perfil, onde estou com meu cabelo black, fizeram uma montagem colocando um falo no meu cabelo e a imagem viralizou.</p>
EXPOSIÇÃO DE INTIMIDADE	<p>Divulgação ou ameaça de divulgar material íntimo</p> <p>Vazamento de conversas privadas</p>	<p>Em um sexo casual, uma amiga foi filmada sem perceber e o seu parceiro casual divulgou tais imagens em um aplicativo de mensagens instantâneas</p> <p>Me filmaram enquanto fazíamos sexo (não disseminaram, eu vi e deletei)</p> <p>Caso de disseminação não autorizada de imagem em grupos (grupos de amigos, família) de Whatsapp por ex-namorado inconformado com o rompimento (muitos!)</p> <p>Mulher manteve relação virtual com outra mulher que produziu vídeos íntimos (webcam) e há 4 anos a persegue com ameaças. Alguma imagens já foram divulgadas, a vítima relata vergonha da família e medos, além da perseguição/stalking nas redes continuar</p> <p>Ex-marido publicou imagem e vídeo da ex-esposa em site de pornografia hospedado no exterior. Com muita dificuldade em retirar o material do site, a vítima perdeu o emprego e entrou em depressão</p> <p>Menina de 13 anos teve a imagem fazendo sexo oral no namorado divulgada por ele e muitos amigos (compartilhamento viralizado na cidade) e por isso ela teve que mudar de escola 3 vezes e depois de município. (Vítima com síndrome de pânico, depressão e ideias de suicídio)</p>
EXTORSÃO	<p>Divulgação ou ameaça de divulgar material íntimo</p> <p>Vazamento de conversas privadas</p>	<p>Queriam dinheiro para não espalhar fotos íntimas.</p>

Fonte: http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Relatorio_ViolenciaGenero_UNU.pdf

De maneira que, é possível observar que as práticas se entrelaçam. Sendo necessário compreendê-las a partir de uma perspectiva que parta da continuidade entre nossas vidas e as redes.

A partir do que foi apresentado sobre o contexto brasileiro, nota-se que são inúmeros os casos de disseminação não consensual. Constatei que no Brasil a incidência da prática continua crescendo, sendo registrado outros casos de suicídios - além de Giana Laura e Júlia Rebeca - devido a exposição não consentida.

É importante ressaltar que as mulheres se configuram por ser a maior parte das vítimas e que são diversos os desafios quando se trata de elaborar estratégias que coíbam

comportamentos nocivos nas redes.

Assim, a próxima parte do trabalho destaca como a disseminação não consensual de conteúdo sexual é tratada na legislação brasileira. Também serão apresentadas algumas informações sobre como a prática é tratada na legislação de outros países. Principalmente, por uma das interlocutoras ser proveniente de outro país e experienciar uma realidade distinta.

5. TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO COM RELAÇÃO A DISSEMINAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE CONTEÚDO SEXUAL

Neste momento, destaco as similaridades entre a prática da disseminação não consensual com outras ofensas sexuais e apresentar em que contexto se deu o surgimento dos dispositivos para o enfrentamento da disseminação não consensual de imagens ou vídeos sexuais no contexto nacional e internacional.

Referente às leis que trabalham com a temática da disseminação não consensual no contexto brasileiro será apresentado um panorama da situação. Em seguida, sobre a legislação internacional, esta é variante em cada país, portanto, será apresentado um breve histórico dos países que deram os primeiros passos frente à prevenção e/ou combate da disseminação não consensual de conteúdo sexual. E por fim, focalizo na legislação do estado de Maryland, Estados Unidos, onde a atuação da interlocutora Annmarie se desenvolveu.

Antes de elaborar, é importante ressaltar que a minha escolha de abordar, ainda que de maneira mais superficial, como a disseminação não consensual tem aparecido no campo do Direito se deve, principalmente, as trajetórias de minhas interlocutoras.

Como já mencionado, quando ainda estava no processo de amadurecer a ideia desta pesquisa, compreendi o quanto era importante que fosse possível apresentar mais do que apenas um diagnóstico da prática da disseminação não consensual de conteúdo sexual e suas consequências.

Na medida que o trabalho foi avançando, foi possível notar que o campo do Direito surgiu com mais proeminência ao longo das entrevistas. Sendo a partir dessa percepção que decidi focalizar nas mudanças que vem acontecendo com relação a disseminação não consensual no âmbito do Direito.

A criação de leis que criminalizem a disseminação não consensual é vista pelas interlocutoras dessa pesquisa como uma das ferramentas necessárias – e que ainda eram inexistentes quando foram vítimas - para ofertar proteção às pessoas que sofrem e punição aos indivíduos que infringirem esses danos a terceiros.

Tanto Rose quanto Annmarie souberam com antecedência que seriam vítimas da disseminação não consensual, mas pela inexistência de leis que as protegessem, não puderam agir de outra forma que não fosse esperar que as ameaças se concretizassem. Depois de terem sido vitimadas, mais uma vez se depararam com a ausência de uma proteção legal que as amparasse e responsabilizasse os culpados. No caso de Annmarie, por exemplo, a pessoa que

divulgou e comercializou suas fotos nunca sofreu penalidade alguma.

Além disso, como é possível observar no capítulo em que descrevo e reflito sobre suas trajetórias, tanto Rose quanto Annmarie se dedicaram a lutar por mudanças e conseguiram, de alguma maneira, colaborar com a aprovação de leis que especificam que a ação de disseminar conteúdos sexuais sem consentimento se configura por ser um ato criminoso e passível de punição. Ainda que o Direito seja insuficiente e não seja solução milagrosa, deve-se reconhecer que é fundamental que uma prática seja enquadrada pela lei.

As interlocutoras elaboram o quanto foi danoso para suas vidas que a legislação não contemplasse tais ações como crimes quando foram vitimadas. Ainda que Rose e Annmarie compreendam que é necessário muito mais do que a criminalização para prevenir e combater a prática da disseminação não consensual, elas entendem essas mudanças na lei como um primeiro passo. Foi também por acreditarem que existe um potencial de conscientização da sociedade que acompanha a legislação, que lutaram para que o cenário mudasse.

Rose não é a única mulher vítima a apontar que a disseminação não consensual tem similaridades com um crime de estupro, mas de maneira virtual.

Nesse sentido, é importante destacar o estudo “*Revenge Porn and Mental Health: A Qualitative Analysis of the Mental Health Effects of Revenge Porn on Female Survivors*” (2017)¹¹⁰ realizado pela pesquisadora Samantha Bates que apresenta uma análise das experiências de mulheres sobreviventes e de quais maneiras a exposição não consentida de seus materiais íntimos as afetaram.

Bates (2017) observa que a culpabilização das vítimas que comumente acompanha a denúncia de estupro também se faz presente nos casos de disseminação não consensual de conteúdo sexual. A seguir alguns resultados de seu estudo que contribuem para a discussão.

Os resultados deste estudo foram organizados sob dois temas principais: (a) Saúde Mental e (b) Mecanismos de enfrentamento. Em Saúde Mental, existem três subtemas focados nos problemas de saúde mental dos participantes após a vitimização: (a) problemas de confiança após pornografia de vingança; (b) TEPT, ansiedade e depressão; e (c) autoestima, confiança e perda de controle. Quase todos os participantes discutiram uma perda geral de confiança nos outros após serem vítimas de pornografia de vingança. Muitos passaram de muito confiantes a raramente confiaram em alguém depois de terem sido traídos por alguém que amavam e se importavam. Juntamente com a perda de confiança, muitos participantes experimentaram efeitos mais graves e perturbadores na saúde mental, recebendo frequentemente diagnósticos médicos oficiais de TEPT, ansiedade e depressão. Muitos participantes também notaram uma mudança em sua autoestima e confiança

¹¹⁰ Em português “Pornografia de vingança e saúde mental: uma análise qualitativa dos efeitos na saúde mental da pornografia de vingança em mulheres sobreviventes” (2017).

após serem vítimas. Parte do motivo pelo qual a pornografia de vingança teve um efeito tão negativo na autoestima e na confiança dos participantes foi a perda de controle que eles experimentaram. (BATES, 2017, p.27, Tradução Livre) ¹¹¹.

As pessoas sobreviventes de estupro costumam experimentar transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ansiedade e depressão e que, segundo a análise de Samantha Bates, todas as participantes deste estudo e vítimas de NCII também experimentaram. De acordo com a autora, as vítimas de NCII são expostas de maneira similar aos efeitos negativos que outros sobreviventes de agressão sexual enfrentam.

Além disso, os sobreviventes de agressão sexual relatam que a perda de controle sobre seus corpos e sua própria agência sexual são fatores que contribuem para que sentimentos como estresse, ansiedade e angústia (FRAZIER, 2003 apud BATES, 2017) sejam proeminentes. É possível observar que as vítimas de disseminação não consensual também vivenciam essa experiência. A sensação de perda de controle de seus corpos e agência sexual ao serem expostas(os) sem consentimento é comum. Fator que contribui para o surgimento de sentimentos de ansiedade e desespero em vítimas de NCII (BATES, 2017).

Outro ponto importante desse estudo a ser destacado, foi que, em termos de mecanismos de enfrentamento, os participantes se engajaram em evitar/negar e automedicar na tentativa de evitar sentimentos de desespero e angústia em relação à vitimização. Como já mencionado, muitas das vítimas tendem a negar o ocorrido e/ou buscam “virar a página” o mais rápido possível. Vê-se que esses mecanismos de enfrentamento também são comumente encontrados entre os sobreviventes de estupro. (Boeschen et al., 2001; Campbell, 2008).

Observe, portanto, que as características da disseminação não consensual são similares a outros crimes sexuais. Além disso, a natureza da prática ativa questões de privacidade, consentimento e violações do corpo (BLOOM, 2014).

Devido às semelhanças, Bloom (2014) sugere que a disseminação não consensual deve de fato ser classificada como uma ofensa sexual.

¹¹¹ “The findings of this study were organized under two main themes: (a) Mental Health and (b) Coping Mechanisms. Under Mental Health, there are three sub-themes that focus on participants’ mental health issues after victimization: (a) trust issues after revenge porn; (b) PTSD, anxiety, and depression; and (c) self-esteem, confidence, and loss of control. Nearly all participants discussed a general loss of trust in others after being victimized by revenge porn. Many went from being very trusting to rarely trusting anyone after they were betrayed by someone they loved and cared about. Along with the loss of trust, many participants experienced more severe and disruptive mental health effects, often being given official medical diagnoses of PTSD, anxiety, and depression. Many participants also noticed a change in their self-esteem and confidence after they were victimized. Part of the reason that revenge porn had such a negative effect on participants’ self-esteem and confidence was the loss of control they experienced. The loss of control over one’s body was a particularly violating aspect of revenge porn, similar to sexual assault”. (BATES, 2017, p.27).

Isso nos leva a refletir sobre a gravidade desta violência e sobre a importância do Direito em absorver as demandas referentes à coibição de violências de gênero na internet. Rose Leonel argumenta:

Rose: Eu falo que tem uma similaridade com o crime de estupro. Esse crime que a vítima é exposta na sua intimidade é como se fosse um crime de estupro. A vítima é culpabilizada, ela é ridicularizada, ela não é tratada com respeito e a sociedade coloca sobre ela toda a culpa sobre um crime que ela sofreu. A sociedade quer responsabilizar a vítima e deixa o criminoso totalmente impune, né, de uma, ele deveria receber essa, como posso dizer, essa acusação social porque cabe ele. É legítimo que ele seja culpabilizado. (LEONEL, Diário de Campo, 2019).

A partir destas evidências, a maneira como a prática da disseminação não consensual de conteúdo sexual é tratada tem mudado gradualmente. Na medida em que surgem estudos e evidências, cada vez mais a prática se consolida como sendo nociva para integridade humana. Portanto, ela passa a ser cabível de punição.

De modo que, é importante observar como cada projeto de lei criado ou modificado objetivando proteger as vítimas de crimes cibernéticos pode ser considerado um importante passo para o processo de enfrentamento destas práticas. Não obstante, se faz necessário entender em qual contexto as mulheres entrevistadas estavam inseridas quando sofreram a violência e quais dispositivos tinham a sua disposição para serem acionados¹¹².

Posto estes aspectos, adentro a próxima seção que apresenta como a disseminação não consensual é tratada pela legislação no contexto brasileiro.

5.1 CONTEXTO BRASILEIRO

Início apresentando sobre a legislação no contexto brasileiro. Destacando os principais movimentos da legislação no tocante aos caminhos que levaram à criminalização da disseminação não consensual de material com conteúdo sexual no ano de 2018.

Foi no ano de 2012, que fotos da atriz Carolina Dieckmann foram roubadas de seu computador por hackers. Carolina recebeu ameaças de extorsão para que as fotos não fossem disseminadas. Foram divulgadas 36 imagens privadas da atriz na internet, incluso fotos nuas de Carolina.

¹¹² Estes pontos são esclarecidos durante as entrevistas realizadas.

Como mencionado, a atriz buscou a justiça e no ano de 2013, a Lei 12.737/2012¹¹³, que ficou conhecida como Lei Carolina Dieckmann, foi promulgada alterando o Código Penal que passou a incluir crimes que envolvessem tecnologia. Na lei é considerado crime:

(...) invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita (BRASIL, 2012).

Já no ano 2014, com a aprovação do Marco Civil, o Brasil passa a adotar uma legislação específica para o uso da internet. A Lei nº 12.965/2014, mais conhecida como Marco Civil da Internet foi promulgada com o objetivo de estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para os usuários e provedores de internet no território nacional (TRINDADE, 2017, p. 29). O artigo 21¹¹⁴ deve ser destacado, pois estabelece que os provedores de conteúdo (redes sociais, sites, aplicativos entre outros) sejam responsabilizados pela “violação da intimidade decorrente da divulgação não consentida” caso não retirem do ar os materiais que contenham imagens/vídeos de nudez ou atos sexuais depois que forem serem notificados.

Com a aprovação do Marco Civil também se tornou obrigatório que os provedores de conteúdo mantenham os registros de acesso dos usuários pelo período de seis meses. Tais medidas auxiliam no processo de remoção dos conteúdos da rede e transfere a responsabilidade sobre a veiculação dos materiais também para as plataformas¹¹⁵.

Entretanto, ainda não existia nenhum artigo específico para a disseminação não consensual e que responsabilizasse o indivíduo que cometesse tal ato. Principalmente, por ser um “marco legislativo civil, não tratando de crimes ocorridos no uso da internet” (BUZZI, 2015, p. 75).

¹¹³ A Lei 12.737 está disponível na seção IV “Dos Crimes contra a Inviolabilidade dos Segredos”, do Código Penal, artigos 154-A e 154-B. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 02 fev. 2019.

¹¹⁴ Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/117197216/lei-12965-14#art-21>> Acesso em: 18 out. 2018.

¹¹⁵ O livro “O Corpo é Código: Estratégias jurídicas de enfrentamento ao revenge porn no Brasil” (2016) indica a importância dessas ações no contexto de violações na Internet a partir da descrição de alguns casos que foram levados à justiça. No livro ressalta-se o desejo primordial da maioria das vítimas - o de fazer o material parar de circular [...] (VALENTE, NERIS, RUIZ, BULGARELLI, 2016). Um outro ponto importante a ser destacado no livro é que a disseminação não consensual de imagens íntimas na Internet se dá predominantemente entre pessoas conhecidas. Vê-se que a vítima em geral sabe quem é o agressor, e provavelmente terá outras provas, caso queira responsabilizá-lo (ou caso o Ministério Público vá perseguir o caso), de forma que o procedimento judicial para identificação não seria necessário. (VALENTE, NERIS, RUIZ, BULGARELLI, 2016, p.106). Assim, por mais que esse artigo seja de extrema importância ainda deixou lacunas para grande parte dos casos de NCII.

Na seção de Direitos e Garantias da lei, consta o artigo 7º que garante: a “inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”¹¹⁶, mas ainda assim ficam algumas importantes lacunas em ambas as iniciativas, como por exemplo, a troca de materiais audiovisuais indevidos.

Assim, nessa época, na ausência das leis específicas para penalizar a disseminação não consentida de imagens ou vídeos sexuais restava à vítima – junto de auxílio jurídico – enquadrar o ato como difamação (art. 139) ou injúria (art. 140), considerados crimes contra a honra pelo Código Penal Brasileiro (TRINDADE, 2017, p.114).

Utilizo do livro “O corpo é código” (2016) elaborado por pesquisadoras e pesquisadores dentro da linha de pesquisa de Gênero e Internet do *Internetlab*. A produção abrange as relações entre gênero e internet – mais especificamente sobre o estudo da violência de gênero online sob a ótica do Direito.

No livro se comenta o contexto de 2013, que foi quando emergiram as primeiras iniciativas que trabalhavam a problemática da disseminação não consensual. A situação retratada abaixo aborda também o início da luta empreendida por Rose Leonel:

Em 2013, foi proposto o primeiro Projeto de Lei (PL) para tratar da questão da exposição não consentida de imagens íntimas no Congresso Nacional. A proposição esteve ligada a um caso de violação de privacidade na Internet que ganhou a mídia: a vítima buscou um deputado de seu estado, para sugerir a proposição de uma lei que tipificasse e criminalizasse a disseminação de imagens íntimas sem consentimento. O deputado estadual entrou em contato com o Deputado Federal João Arruda (PMDB-PR), que o apresentou na Câmara dos Deputados em maio daquele ano. Trata-se do PL 5555/13. (VALENTE, NERIS, RUIZ, BULGARELLI, 2016, p.122).

A partir do histórico que o livro traça também é possível perceber diversas nuances em torno do processo do Marco Civil e a proliferação de projetos que trabalhavam a questão da NCII. É bastante claro que o tema mobilizou a esfera pública em 2013: no mesmo ano, foram apresentados outros projetos sobre o tema. (VALENTE, NERIS, RUIZ, BULGARELLI, 2016).

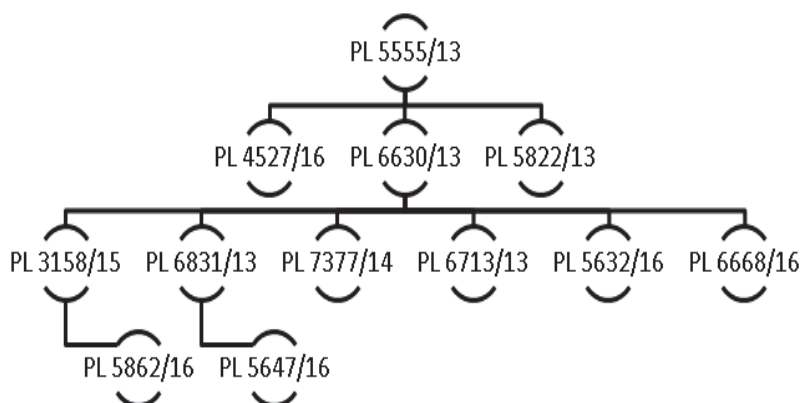
Ítalo Augusto Camargos Pereira em seu artigo “A criminalização do *porn revenge*” (2017) discorre sobre o panorama daquele momento:

Assim, tramitavam no Congresso Nacional alguns Projetos de Lei orientados para a criminalização da disseminação não consensual de imagens e vídeos íntimos. Ao todo eram doze projetos propostos por diferentes parlamentares e com peculiaridades específicas nessa matéria. [...] (PEREIRA, 2017, p. 15).

¹¹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm Acesso em: 02 fev. 2019.

Observa-se que onze dos projetos estavam apensados ao Projeto de Lei (PL) nº 5.555/2013 de João Arruda (PMDB/PR), pois foi o primeiro projeto a ser proposto nessa direção. O organograma abaixo ilustra como se deu esse processo:

FIGURA 14: PROJETOS APENSADOS NO PROJETO DE LEI Nº 5.555/2013.



Fonte: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18796&revista_caderno=3

Sendo somente no ano de 2018, que duas novas leis para tratar de disseminação não consentida de imagens íntimas foram aprovadas, transformando notavelmente o tratamento jurídico da questão no cenário brasileiro.

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou o projeto que tipifica o crime de disseminação não consensual que altera a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) para reconhecer a conduta também como violência de gênero, ou seja, que se inclui, portanto, a violação da intimidade sexual como uma das formas de violência doméstica e familiar definidas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e o Código Penal, para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo sexual.

No sentido de proteger o bem jurídico e a dignidade sexual das vítimas, foi apresentado o Projeto de Lei 5.555/2013 na Câmara dos Deputados, que incluía a violação da intimidade sexual como uma das formas de violência doméstica e familiar definidas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Vê-se que o objetivo dessa inclusão se dava pela necessidade de classificar essa conduta como violência de gênero, uma vez que o tipo penal atualmente infringido, segundo o entendimento jurisprudencial, era o do artigo 139 do Código Penal que configura difamação (GONÇALVES; ALMEIDA, 2018, p.120).

Foi o deputado federal João Arruda (PMDB/PR) que propôs o projeto aprovado e

transformado na Lei 13.772/2018 (que, como mencionado, ficou apelidado como Lei Rose Leonel, interlocutora deste trabalho).

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. (BRASIL, 2018, Online) ¹¹⁷.

Nessa lei, a exposição da intimidade sexual passa a ser considerada uma forma de violência contra as mulheres. A pena estabelecida ficou sendo de - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Art. 216-B_. Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes. Parágrafo único. “Na mesma pena incorre quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo.” (BRASIL, 2018, Online) ¹¹⁸.

Além deste projeto aprovado, em setembro de 2018 a criminalização da divulgação de imagens “sem o consentimento da vítima” também foi confirmada com a aprovação do PLS 618/2015 que se refere a Lei 13.718/2018. A lei ainda prevê aumento da pena caso o autor da divulgação das imagens tenha mantido relações sexuais com a vítima ou tenha praticado o crime “com o fim de vingança ou humilhação”. (INTERNETLAB, 2019, Online) ¹¹⁹.

Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, **publicar ou divulgar**, por qualquer meio — inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática —, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, **sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia**: (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018). Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018). Aumento de pena (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018).
§ 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por **agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima**

¹¹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm Acesso em: 27 out. 2019.

¹¹⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm Acesso em: 27 out. 2019.

¹¹⁹ Disponível em: <https://www.internetlab.org.br/pt/desigualdades-e-identidades/assedio-online-as-novas-leis-e-o-site-com-orientacoes-as-vitimas-de-disseminacao-nao-consentida-de-imagens-intimas/> Acesso em: 27 out 2019.

ou com o fim de vingança ou humilhação. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018) (BRASIL, 2018, online, grifo do autor).¹²⁰

Pereira (2017) aponta, que a aprovação representa um importante avanço para incriminar a conduta, entretanto, a iniciativa ainda se mostra aquém das expectativas das mulheres vítimas da disseminação não consensual de conteúdo sexual. Vê-se que a norma penal, apesar de ampla, não contempla alguns importantes aspectos.

Pode-se pensar na obrigação de reparar o dano sofrido ou previsão de agravantes por patologias desenvolvidas em decorrência do crime bem como da possibilidade de suicídio – e a pena cominada é, do ponto de vista do criminoso, inócua por se tratar de pena branda (PEREIRA, 2017, p.40).

Dessa forma, o texto do projeto de lei reflete a demanda das vítimas desta prática por respostas a essa conduta. Sua importância está na tipificação do delito e na inserção dessa prática no rol de crimes contra a mulher, entretanto, ainda há muito que ser feito (PEREIRA, 2017, p.40).

O professor Spencer Toth Sydow de Direito da Universidade de São Paulo realiza uma primeira análise sobre a Lei. 13/718/2018 em seu artigo intitulado “Exposição Pornográfica Não Consentida na Internet e as mudanças da Lei nº13.718/2018”¹²¹ (2018). Recomenda-se a leitura de seu trabalho por tratar de maneira mais detalhada aspectos relevantes no que tange ao funcionamento do Direito e eficácia da lei.

O autor pontua diversos erros de natureza formal e material na legislação e aponta as problemáticas geradas por tais circunstâncias. Além disso, busca averiguar para quais casos a legislação pode ser aplicada e recomenda alterações que deveriam ser feitas urgentemente para maximizar os efeitos preventivos e repressivos (SYDOW, 2018, Online)¹²².

Um dos problemas identificados pelo autor, por exemplo, foi a utilização da expressão cena:

Assim, tivesse buscado se especializar minimamente no tema e verificar quais espécies de exposição ocorrem, saberia o legislador que usar a expressão “cena” faz com que uma boa gama de violações permaneçam impunes. “Cena” é expressão que quer significa o espaço de representação de algo. É, pois, expressão que significa estritamente “imagem”, para fins penais. Pois bem, fotografias e filmes são compostos por imagens retratadas e/ou em movimento. Quis, assim, o legislador tipificar a

¹²⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13718-24-setembro-2018-787192-publicacaooriginal-156472-pl.html>. Acesso em: 27 out. 2019.

¹²¹ Disponível em: <https://s3.meusitejuridico.com.br/2018/10/735571ac-exposic-a-o-pornogra-fica-na-o-consentida-na-internet-e-as-mudanc-as-da-lei-vfinal.pdf> Acesso em: 27 out. 2019.

¹²² Disponível em: <https://s3.meusitejuridico.com.br/2019/01/016224c6-exposicao-da-intimidadesexual-v2-finalizada.pdf> Acesso em: 27 out. 2019.

exposição não autorizada da intimidade visual, sem compreender que há dois outros modos de expressá-la: através de áudios e através de conversas escritas. O revelar de conversas de caráter íntimo via áudio ou via escrito possui, muitas vezes, grande potencial lesivo. Em verdade, conversas em áudio são, das quatro formas de exposição pornográfica apontadas, as únicas que têm sua autenticidade difícil de burlar. Existem formas de se elaborar montagens de fotografia, vídeo e até conversas. Mas não existe modo de se falsificar o timbre, a intensidade e a interpretação contidos na voz de alguém, visto serem únicos. A revelação de conversas íntimas de tal natureza, pois, produz os mesmos efeitos lancinantes na dignidade sexual dos envolvidos. Mas o legislador se esqueceu disso. (SYDOW, 2018, Online) ¹²³.

Algumas pesquisas na área do Direito têm surgido preocupadas em analisar os efeitos destes projetos na sociedade. Mas, como a implementação da lei ainda é recente, ainda são escassos os estudos que delineiam o diagnóstico da situação.

Como já mencionado, sabe-se que os crimes praticados no âmbito virtual têm crescido significativamente. Por ainda ser uma lei muito nova, há a percepção de impunidade rodeando a prática da exposição sexual não consentida. Também por independer da presença física do perpetrador, pelo possível anonimato ou pela sensação de que se pode praticar por estar “escondido” atrás de uma tela.

De modo que, o Direito Penal, como instrumento importante para a coesão e transformação da sociedade, não poderia mais ficar alheio frente a este cenário. Quanto à necessidade ou não de criminalizar estes atos Maria Fernanda Palma (2017) apresenta:

O objetivo é discutir a necessidade ou não de criminalização destes atos, ou seja, analisar a expansão do Direito Penal, bem como a necessidade de pena e a função de prevenção geral das sanções criminais. Enquanto a primeira faceta da expansão pode ser de extrema importância, na grande maioria dos casos, para a atualização do Direito Penal às novas realidades, novas relações interpessoais, a segunda já não pode ser vista com olhos tão bons, uma vez que a criação de tipos penais autônomos desnecessários serve apenas para inflar (ainda mais) as nossas legislações, sem contar suas consequências no âmbito da retroatividade das leis penais. O fato notório e indiscutível é que, nos casos de *revenge porn*, o princípio da necessidade da pena é de extrema relevância. Este deve ser compreendido como a exigência de intervenção penal mínima do Estado na vida dos indivíduos, serve como uma limitação substancial deste (PALMA, 2017, p. 90-91) ¹²⁴.

Assim, em contextos de potencialização da prática, parece importante a iniciativa de criminalização da conduta de divulgar a intimidade sexual alheia sem autorização como um

¹²³ Disponível em: <https://s3.meusitejuridico.com.br/2019/01/016224c6-exposicao-da-intimidadesexual-v2-finalizada.pdf> Acesso em: 27 out. 2019.

¹²⁴ Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/598544462/revenge-porn> Acesso em: 29 out. 2019.

delito que fere o bem jurídico, a dignidade sexual, e não apenas a honra objetiva ou reputação (GONÇALVES; ALMEIDA, 2018, p.113).

Por ser um problema que está acontecendo por todo o globo, a disseminação não consensual de conteúdo sexual tem atraído a atenção de legisladores de diferentes localidades. Alguns países já criaram norma própria para punir a conduta, outros ainda caminham a passos lentos. De modo que, no próximo subcapítulo, contextualizo brevemente as diferentes legislações sobre prática da disseminação não consensual de conteúdo sexual pelo mundo.

5.2 CONTEXTO INTERNACIONAL

Com relação à legislação internacional aponto de maneira breve o panorama das legislações vigentes que buscam coibir a prática da NCII. Utilizo do material disponibilizado pela *Cyber Civil Rights Initiative* intitulado “*Guide for Legislators*”¹²⁵ (2016).

O guia tem informações bastante relevantes para a presente pesquisa e foi produzido por Mary Anne Franks, vice-presidente da *Cyber Civil Rights Initiative* e professora de Direito da Universidade de Miami nos Estados Unidos. Assim, abordo os movimentos da legislação internacional com relação a questão da NCII e apresento o contexto de Maryland nos Estados Unidos.

Segundo o “*Guide for Legislators*” (2016), o primeiro país identificado a tipificar a disseminação não consensual de material sexual como crime foi às Filipinas no ano de 2009 no Ato Republicano n. 9995. Ficou delimitado que a pena no país para a prática pode ir de 3 a 7 anos de prisão.

Em 2013, o estado australiano de Victoria também criminalizou a disseminação não consensual de conteúdo sexual. No ano seguinte, 2014, Israel torna-se o primeiro país a classificar a disseminação não consensual como agressão sexual, Japão e Canadá tomaram medidas semelhantes no mesmo ano, já Inglaterra e País de Gales, em 2015. Nova Zelândia, Irlanda e Escócia criminalizam a conduta em 2016 (FRANKS, 2016, p.3).

No ano de 2016, o mais alto tribunal da Alemanha sentenciou que ex-parceiros ou parceiras devem destruir as imagens íntimas de seu antigo relacionamento, caso seja solicitado pela outra parte.

¹²⁵ Disponível em: <https://www.cybercivilrights.org/guide-to-legislation/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

Sobre a legislação nos Estados Unidos¹²⁶, antes do ano de 2013, havia poucas leis que abordavam explicitamente a disseminação não consensual. Segundo o *Guide for Legislators* (2016) havia algumas leis que contemplavam o voyeurismo, vigilância e *hackers* de computador, por exemplo. Entretanto, a divulgação não consensual de imagens íntimas não era contemplada por lei em muitos lugares¹²⁷.

Ainda segundo o guia, chama atenção que no período de quatro anos (2012 -2016) outros 34 estados passaram a contar com uma legislação¹²⁸ sobre a conduta. São eles: Arizona, Arkansas, Califórnia, Colorado, Connecticut, Delaware, Flórida, Geórgia, Havaí, Idaho, Illinois, Kansas, Louisiana, Maine, Maryland, Michigan, Minnesota, Nevada, New Hampshire, Novo México, Carolina do Norte, Dakota do Norte, Oklahoma, Oregon, Pensilvânia, Tennessee, Texas, Utah, Vermont, Virgínia, Washington e Wisconsin. Vale também lembrar, que nos Estados Unidos a forma como o delito é punido varia de estado para estado.

Vale destacar que o caso de Hunter Moore, já mencionado nesse trabalho, se configurou como um episódio importante para a discussão do problema na pauta pública dos Estados Unidos. O site de “*Is anyone up?*”¹²⁹ de Hunter Moore foi fechado no ano de 2012. Moore e seu sócio foram presos, no ano de 2014.

Nos Estados Unidos, o conhecido caso Hunter Moore (homem que criou o site IsAnyoneUp.com, em que publicava material íntimo de mulheres) também surge como importante para a visibilização do problema e catalisador do engajamento da comunidade acadêmica na formulação de soluções. (NERIS, RUIZ, VALENTE, 2018, p.9).

É nesse mesmo contexto que, a lei da Califórnia é aprovada em 2013, tornando crime a disseminação não consensual no estado. Em dezembro de 2014, Noe Iniguez se tornou a primeira pessoa a ser condenada sob essa lei depois de postar uma foto nua de sua ex na página

¹²⁶ O país é composto por 50 estados: Alabama, Alasca, Arkansas, Arizona, Califórnia, Cansas, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Colorado, Connecticut, Dacota do Norte, Dacota do Sul, Delaware, Flórida, Geórgia, Havaí, Idaho, Ilha de Rodes, Ilinóis, Indiana, Iowa, Kentucky, Luisiana, Maine, Marilândia, Massachussets, Michigan, Minesota, Mississipi, Missúri, Montana, Nebraska, Nevada, Nova Hampshire, Nova Jérsei, Nova Iorque, Novo México Oklahoma, Ohio, Oregon, Pensilvânia, Tenessi, Texas, Utá, Vermonte, Virgínia, Virgínia Ocidental, Washington, Wisconsin, Wyoming.

¹²⁷ Para mais informações conferir o link. Disponível em: <https://www.cybercivilrights.org/wp-content/uploads/2016/09/Guide-for-Legislators-9.16.pdf> Acesso em: 16 out. 2019.

¹²⁸ A organização *Cyber Civil Rights* orientou redatores na maior parte desses estados, mas, muitas das versões finais não necessariamente seguiram as orientações.

¹²⁹ O site “*Is anyone Up*” publicava fotos íntimas de mulheres sem o consentimento que eram enviadas por ex em busca de vingança. As vítimas frequentemente tinham seus nomes, mídias sociais e números de telefone divulgados.

de *Facebook* de seu empregador no *Facebook*¹³⁰. Ele foi condenado a um ano de prisão, segundo o jornal *Los Angeles Times*.

De acordo com a *Cyber Civil Rights* pelo menos 26 estados têm leis que contemplam a disseminação não consensual de conteúdo sexual atualmente. No contexto do país, há também dois projetos de lei federal que contemplam a criminalização da disseminação não consentida de conteúdo sexual e merecem ser destacados.

Há dois projetos de lei sobre NCII nos Estados Unidos, que valem para âmbitos distintos. O primeiro é um projeto de lei federal chamado *Intimate Privacy Protection Act* (HR 5896), proposto em 2016, cujo objetivo é criminalizar a disseminação não consentida de imagens íntimas em que a vítima for identificável ou também forem divulgadas suas informações pessoais, na qual a pessoa esteja mostrando alguma das partes íntimas ou engajada em atividade sexual. O segundo projeto é o *Protecting the Rights of Individuals Against Technological Exploitation Act* (HR 2052), proposto em 2017, e aplica-se apenas a militares. O projeto foi proposto após diversos escândalos com vazamentos de fotos de mulheres militares por seus colegas homens. Pretende-se então punir os militares que disseminem imagens íntimas sem consentimento, sendo que a punição para os condenados por esse crime fica a critério do tribunal militar. (NERIS, RUIZ, VALENTE, 2018, p.36).

Assim, a partir dessa apresentação de como a NCII é tratada na legislação dos Estados Unidos, parto para apresentação de como foi o processo para a criminalização especificamente no estado de Maryland. Isso porque Maryland é o estado onde a interlocutora Annmarie reside.

Maryland se uniu a vários outros estados dos Estados Unidos no dia 1º de outubro de 2014, tornando ilegal a ação de postar fotos ou vídeos sexualmente sugestivos ou nus de alguém na internet sem o consentimento. A trajetória de Annmarie¹³¹ se cruza com este feito. Chiarini tentou acionar as autoridades policiais de Maryland, mas a resposta que recebeu foi de que não havia nada que pudesse fazer para ajudá-la.

Fui à polícia com um envelope cheio de evidências impressas - capturas de tela dos leilões do *eBay*, *e-mails*, páginas do *Facebook* - que eu tinha certeza de que os convenceria de que eu estava em perigo. Mais uma vez, um oficial olhou para mim e disse: “Nada podemos fazer nada”. Nenhum crime aqui. Dirigi pela cidade para outro distrito policial. Entreguei meu envelope e fiquei lá, fingindo ser corajosa, enquanto três policiais olhavam as impressões do leilão e riam. O loiro sorriu enquanto caminhava em minha direção com meu envelope. Não ouvi o que ele disse, mas sei que foi minha primeira experiência com a culpabilização das vítimas. E porque veio

¹³⁰ Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/the-intersect/wp/2015/12/03/revenge-porn-purveyor-hunter-moore-is-sentenced-to-prison/> Acesso em: 30. Out. 2019.

¹³¹ Annmarie Chiarini, como mencionado nos capítulos anteriores, foi vítima da disseminação não consensual pelo seu ex-companheiro quando decidiu terminar o relacionamento.

de alguém encarregado de proteger e servir, levou minha vergonha e constrangimento a um nível paralisante. (CHIARINI, Online, 2017, Tradução Livre) ¹³².

Annmarie relata que o tratamento que recebeu dos oficiais só a fez sentir-se ainda mais constrangida. A professora relata que não gostaria que outras vítimas passassem pelo medo que sentiu ao notar que não havia proteção disponível.

Minha provação foi horrível. Mas não foi apenas pela invasão da minha privacidade; Foi a culpa que primeiro coloquei em mim mesma, depois a culpa que os outros colocaram em mim. Foi o dilúvio de ameaças de estupro e morte que recebi e ainda recebo toda vez que publico minha história ou participo de uma entrevista. Foi a apatia da polícia, com exceção daquele policial estadual que mostrou verdadeira compaixão. (CHIARINI, 2017, Online, Tradução Livre).¹³³.

Ainda comenta: “À medida que aprendi mais e comecei a entender a lei de Maryland, fiquei cada vez mais frustrada”¹³⁴. Foi a partir desses processos que Annmarie compreendeu que deveria seguir em frente em sua luta.

Para conhecimento, abaixo o conteúdo da lei aprovada no estado de Maryland:

Seção 3-809 do Código Penal de Maryland: Uma pessoa não pode conscientemente distribuir uma representação visual de outra pessoa identificável que exiba a outra pessoa com suas partes íntimas expostas ou enquanto estiver envolvido em um ato de atividade sexual: (1) com a intenção de prejudicar, assediar, intimidar, ameaçar ou coagir a outra pessoa (2) (i) sob circunstâncias em que a pessoa sabia que a outra pessoa não consentia na distribuição; ou (ii) com negligência imprudente quanto ao consentimento da pessoa à distribuição; e (3) em circunstâncias em que a outra pessoa tinha uma expectativa razoável de que a imagem permanecesse privada. Uma pessoa que violar esta seção é culpada de uma contravenção e por condenação está sujeita a pena de prisão não superior a 2 anos ou multa não superior a US \$ 5.000 ou ambos. (Online, Tradução Livre).¹³⁵

¹³² “I went to the police with an envelope full of printed evidence — screenshots of the eBay auctions, emails, Facebook pages — that I was sure would convince them that I was in danger. Again, an officer looked down on me and said, “Nothing we can do. No crime here.” I drove across town to another police precinct. I handed over my envelope and stood there, pretending to be brave, while three officers looked over the auction printouts and snickered. The blond one smirked as he walked towards me with my envelope. I didn’t hear what he said, but I know it was my first experience with victim blaming. And because it came from someone charged to protect and serve, it drove my shame and embarrassment to a paralyzing level”. (CHIARINI, Online, 2017). Disponível em: <https://www.refinery29.com/en-us/2017/04/150325/revenge-porn-nude-photos-cyber-rights> Acesso em: 30 out. 2019.

¹³³ “My ordeal was horrifying. But it wasn’t just the invasion of my privacy that made it so. It was the blame I first put on myself, then the blame others put upon me. It was the deluge of rape and death threats I received, and still receive every time I publish my story or participate in an interview. It was the apathy from the police, save for that one State Trooper who showed true compassion”. Disponível em: <https://www.refinery29.com/en-us/2017/04/150325/revenge-porn-nude-photos-cyber-rights> Acesso em: 09 nov. 2019.

¹³⁴ Disponível em: <https://www.refinery29.com/en-us/2017/04/150325/revenge-porn-nude-photos-cyber-rights> Acesso em: 09 nov. 2019.

¹³⁵ Maryland Criminal Code section 3-809: A person may not knowingly distribute a visual representation of another identifiable person that displays the other person with his or her intimate parts exposed or while engaged in an act of sexual activity: (1) with the intent to harm, harass, intimidate, threaten, or coerce the other person; (2) (i) under circumstances in which the person knew that the other person did not consent to the distribution; or (ii)

Saindo do contexto de Maryland e retornando para uma visão mais ampla, saliento o estudo “Análise comparada de estratégias de enfrentamento ao ‘*porn revenge*’ pelo mundo” (2017) elaborado pelas pesquisadoras Natália Neris, Juliana Pacetta Ruiz e Mariana Giorgetti Valente por meio do trabalho realizado no *InternetLab*.

Neste estudo são analisados vinte seis países, incluindo o Brasil, e as diferentes maneiras de como se dá o processo de regulação e tratamento da disseminação não consentida de conteúdo sexual. A partir desta investigação, é possível perceber que a resposta mais imediata ao problema tem sido a criminalização:

Trata-se de uma alternativa importante para as vítimas, em geral, inclusive menos custosa do ponto de vista financeiro do que alternativas cíveis. No entanto, há que se considerar que as vítimas também anseiam por alternativas outras, como o bloqueio da veiculação do material em si, a abordagens de outras ordens, inclusive preventivas. A complexidade do problema e os variados tipos de demandas das vítimas revelam que a minimização de seus efeitos deve contar com múltiplos atores: os poderes executivos dos países, em seus diferentes níveis, em especial em áreas como educação e saúde, e o setor privado, em especial as plataformas de Internet. (NERIS, RUIZ, VALENTE, GIORGETTI, 2017, p.345).

Nesse sentido, faz se uma ressalva para quando o judiciário é visto como a única possibilidade de resoluções de conflitos.

A partir da contribuição de Rifiotis, que nomeia esse movimento (de quando as resoluções de conflito são relegadas somente ao campo do Direito) como judicialização. “A judicialização não se limita à ‘violência de gênero’, mas se traduz por um duplo movimento: ampliação do acesso ao judiciário e desvalorização de outras formas de resolução de conflito” (RIFIOTIS, 2011, p. 51 apud TRINDADE, 2017, p.30).

Vale ressaltar que tanto Rose Leonel quanto Annmarie Chiarini trilharam caminhos que apontam para a importância de criminalizar a disseminação não consensual. Como pode ser observado em suas narrativas, o que as motivou (além de suas experiências pessoais) foi a indignação pela inexistência de leis que protegessem as vítimas.

É importante destacar que, diferentemente do que ocorre quando há o movimento que Rifiotis (2008) conceitua, ambas interlocutoras procuraram também atuar em outras formas de resolução de conflito não se restringindo apenas ao campo do Direito.

with reckless disregard as to whether the person consented to the distribution; and (3) under circumstances in which the other person had a reasonable expectation that the image would remain private. A person who violates this section is guilty of a misdemeanor and on conviction is subject to imprisonment not exceeding 2 years or a fine not exceeding \$5,000 or both. Disponível em: <https://law.justia.com/codes/maryland/2018/criminal-law/title-3/subtitle-8/section-3-809/> Acesso em: 30 out. 2019.

Por ter se intensificado nos últimos anos e pela aprovação das leis ainda ser muito recente, as análises e os estudos sobre a eficácia de tais medidas e os efeitos na sociedade ainda são escassas. Mas ainda assim, mesmo considerando todas estas problemáticas, não se pode negar que o Direito é um elemento simbólico relevante da construção da legitimidade. Nesse sentido, destaca-se um trecho da entrevista com Rose:

Rose: Minha vida foi destruída. Totalmente destruída. E tinha lugares assim que eu entrava de cabeça baixa. Não via a hora de sair, entendeu? Porque os olhares pesavam sobre mim. Eu fiquei muito tempo assim. Acho que fiquei anos assim, né, e agora que saiu ia lei que eu senti assim, hum, pelo menos aqui em Maringá, né. Eu digo aqui em Maringá porque aqui é muito provinciano. Que eu sinto assim sabe quando, estou quite agora. Tenho a minha [...] A sociedade criminaliza a gente, culpabiliza, né. E na época tinha até gente que achava que era eu que tava pondo pra me promover. Meu deus, que tipo de promoção é essa? (LEONEL, Diário de Campo, 2019).

Rose Leonel comenta sobre a diferença no tratamento de outras pessoas em relação a ela depois que a lei foi aprovada. A pesquisadora Sarah Bloom (2014) faz um importante apontamento sobre essa questão:

Mesmo que a legislação sobre pornografia por vingança responda simplesmente a uma tendência moral, ainda poderia ajudar as vítimas validando seu sofrimento. A ausência de legislação apresenta um problema cíclico: porque nós vemos esses danos como triviais, não há estatutos criminais para eles, e porque não há estatuto criminal para eles, vemos o dano como trivial. (BLOOM, 2014, p.277, Tradução Livre).¹³⁶

Sendo assim, deve-se levar em consideração sobre o lugar do Direito como parte da estratégia de visibilização e reconhecimento das lutas sociais no campo do gênero. (RIFIOTIS, 2008).

Para finalizar este capítulo, retomam-se alguns outros resultados da “Análise comparada de estratégias de enfrentamento ao “*porn revenge*” pelo mundo” (2017). Com o objetivo de compreender o que teria motivado a mudança de legislação com relação a disseminação não consensual em alguns países¹³⁷, o resultado desta investigação vai de

¹³⁶ “Even if legislation addressing revenge porn is simply responsive to a moral trend, it could still aid victims by validating their suffering. The absence of legislation presents a cyclical problem: because we view these harms as trivial, there are no criminal statutes for them, and because there are no criminal statutes for them, we see the harm as trivial.” (BLOOM, 2014, p.277).

¹³⁷ Brasil, África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália (estados de South Austrália, Victoria, New South Wales, Queensland) Camarões, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Escócia, Espanha, Estados Unidos (38 Estados), Filipinas, França, Índia, Israel, Japão, Malawi, México, Nova Zelândia, Porto Rico, Reino Unido, Uganda, Uruguai e Quênia. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4940/3656> Acesso em: 22 jan. 2019.

encontro com alguns pontos mencionados nesta dissertação.

Sobre o contexto brasileiro, as pesquisadoras também apontam que o caso das adolescentes Giana Laura e Júlia Rebeca, contribuíram para o agendamento da discussão na pauta pública.

A disseminação não consentida de conteúdo íntimo ganhou maior projeção para os atores políticos no ano de 2013, após duas adolescentes tirarem a própria vida em menos de uma semana por a divulgação de vídeos e imagens de conteúdo sexual em grupos de *WhatsApp*. Na época, discutia-se no Congresso a Lei 12.965/2014 - o Marco Civil da Internet (MCI) - e inseriu-se no projeto sob discussão uma previsão especial para a responsabilização de intermediários em casos de *revenge porn*. (NERIS, RUIZ, VALENTE, 2017, p.345).

As autoras apresentam que em todos os países analisados foi possível observar uma diversidade de casos reportados pela imprensa. Com o contexto brasileiro em mente, as pesquisadoras partiram da hipótese que a repercussão de casos na mídia impulsionaria o debate legislativo em outros países. Entretanto, com o desenvolvimento da análise, apenas em uma minoria foi possível identificar um episódio em especial que teria sido o maior incentivo para o legislador (NERIS, RUIZ, VALENTE, 2017, p.336)¹³⁸.

A partir destes apontamentos, vale ressaltar que cada contexto possui suas particularidades e que o presente capítulo intentou apresentar os movimentos que estão acontecendo no Brasil e no mundo no âmbito do Direito com relação ao fenômeno da NCII.

Segue o próximo capítulo que discutirá o processo de mediatização da nossa sociedade e a relação com a intensificação da disseminação não consensual de conteúdo sexual.

¹³⁸ Para mais informações conferir o link. Disponível em: http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Neris_Ruiz_e_Valente_Enfrentando.pdf Acesso em: 26 nov. 2019.

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE MUDIATIZAÇÃO

FIGURA 15: JOHN COLLIER, LADY GODIVA, 1897.



Fonte: <https://theculturetrip.com/europe/united-kingdom/england/articles/the-truth-behind-the-legend-of-lady-godiva/>.

Uma mulher nua montada em um cavalo atravessando uma cidade. Essa é a imagem que remete a Lady Godiva uma lenda inglesa do século XI. Com o passar do tempo, foram surgindo diferentes versões e novos elementos foram sendo adicionados à narrativa.

De maneira geral, conta-se que Lady Godiva era uma nobre casada com Leofric, um poderoso conde de Mércia e senhor de Coventry, na Inglaterra. Lady Godiva ficou incomodada com os altos impostos que Leofric estava cobrando dos cidadãos de Coventry e decidiu solicitar a seu marido que ele reduzisse os impostos. Seu pedido foi negado.

Em determinado momento, quando Leofric, já exasperado com a insistência de sua esposa, disse que só reduziria os impostos se ela andasse nua a cavalo pelo centro da cidade. Foi então que Godiva decidiu despir-se, montar em um cavalo e galopar por Coventry usando apenas seus longos cabelos para cobrir o seu corpo.

Algumas versões contam que Godiva ordenou que o povo de Coventry permanecesse dentro de suas casas e não a espiasse. Em outras elaborações, dizem que a população se compadeceu e resolveu por si virar as costas para lady Godiva enquanto ela andava. Além de fecharem as janelas e não saírem de casa a fim de preservá-la.

No mito, também há a presença de um homem cujo nome era Tom e que resolveu espíá-la, tendo ficado cego logo em seguida. Algumas fontes dizem que esse personagem, conhecido

como *Peeping Tom*, foi adicionado à história posteriormente. Na Inglaterra contemporânea o nome *Peeping Tom* se tornou um termo comum para designar homens *voyeurs*¹³⁹.

O desfecho é que Godiva, depois de cavalgar nua, conseguiu que seu marido cumprisse o acordo e reduzisse os impostos cobrados.

Algumas fontes dizem que a história de 900 anos¹⁴⁰ foi registrada pela primeira vez em latim por dois monges na abadia de *St. Albans*. Como todos os mitos, a história de Lady Godiva passou por várias mudanças no decorrer do tempo, mas algo de sua essência ainda permanece uniforme. Vê-se que o mito de Godiva é permeado de contrastes e que a situação retratada ativa pontos sensíveis para a discussão que está sendo delineada nesta dissertação. Sobre os pares opostos¹⁴¹ presentes no mito de Godiva:

A senhora é obediente ao marido, mas desafia corajosamente sua posição sobre impostos. Ela anda nua pelas ruas da cidade, mas continua casta. Ela é um membro da classe dominante que, no entanto, simpatiza com a situação das pessoas comuns. (COE, Online, 2013, Tradução Livre).¹⁴²

Destaco Simone de Beauvoir que, sobre a conceituação de mito, aponta: “[...] ele não se deixa apanhar nem cercar, habita as consciências sem nunca se prostrar diante delas como um objeto imóvel [...]” (BEAUVOIR, 1970, p.181). Os mitos ultrapassam os limites do tempo e do espaço e se manifestam de maneira singular na mente individual de cada pessoa de acordo com um contexto histórico e social que a comunidade a qual está inserida vivencia (PINHEIRO; ÁLVARES; 2003, p.1359). Assim:

Como as representações coletivas e, entre outros, os tipos sociais definem-se geralmente por pares de termos opostos, a ambivalência parecerá uma propriedade intrínseca do Eterno Feminino. A mãe santa tem como correlativo a madrasta cruel; a moça angélica, a virgem perversa: por isso ora se dirá que a Mãe é igual à Vida, ora que é igual à Morte, que toda virgem é puro espírito ou carne votada ao diabo. Não é evidentemente a realidade que dita à sociedade ou aos indivíduos a escolha entre os dois princípios opostos de unificação; em cada época, em cada caso, sociedade e

¹³⁹ Uma pessoa *voyeur* seria aquela que experimenta prazer sexual ao ver estímulos sexuais, objetos associados à sexualidade ou o próprio ato sexual praticado por outros. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/voyeurismo> Acesso em: 05 out. 2019.

¹⁴⁰ Disponível em: <https://theculturetrip.com/europe/united-kingdom/england/articles/the-truth-behind-the-legend-of-lady-godiva/> Acesso em: 06 nov. 2019.

¹⁴¹ Ver próxima citação de Simone de Beauvoir.

¹⁴² The lady is obedient to her husband, yet boldly challenges his position on taxes. She rides naked through the streets of the city, yet remains chaste. She is a member of the ruling class who nonetheless sympathizes with the plight of ordinary people. (COE, 2003, Online) Disponível em: <https://harvardmagazine.com/2003/07/lady-godiva-the-naked-tr.html> Acesso em: 19 out. 2019).

indivíduos decidem de acordo com suas necessidades. Muitas vezes projetam no mito adotado as instituições e os valores a que estão apegados. (BEAUVOIR, 1970, p.300)

É possível observar que as ambivalências do mito de Godiva ainda permanecem mesmo décadas depois. Isso se aproxima do ponto em que ambiciono ao escolher iniciar este capítulo com esse mito.

Se transportássemos a situação retratada para a atualidade não é difícil pensar que Godiva seria fotografada e filmada por todos enquanto cavalgasse nua. Não importando se os impostos seriam reduzidos ou extintos pela sua ação. Não importando se ela solicitou ou não que outros transeuntes não a olhassem. Na sociedade do espetáculo registrar e divulgar fotos ou vídeos de uma mulher nua tem se sobreposto ao fundamental: seu consentimento.

Ou será que, como muitos argumentariam, que, por Godiva ter decidido despir-se ela deveria saber das inferências e arcar com as consequências desse ato? E que, por isso, seria justo que aguentasse as implicações resultantes de sua ação.

O corpo nu exposto de uma mulher suscita os olhares de muitos. Não seria apenas um “Tom” tentando espionar Godiva. Uma vez que sua imagem fosse registrada, seriam milhares tendo acesso ao seu corpo nu nas redes de todo o planeta.

De maneira que, para a discussão desse capítulo, retoma-se a pesquisadora Paula Sibilia que nos permite refletir sobre os paradoxos do 'espetáculo do eu' na contemporaneidade e nas práticas sociais que evidenciam como as fronteiras entre público e privado estão cada vez mais difusas.

Em “O Show do Eu – A intimidade como espetáculo” (2008) Paula Sibilia elabora importantes discussões ao realizar uma retrospectiva histórica traçando paralelos com contextos vivenciados no século XX e a atualidade. Seu trabalho nos ajuda a refletir sobre as mudanças que têm ocorrido na sociedade contemporânea a partir da intensa e contínua anexação da tecnologia no dia-a-dia das pessoas.

Ao longo da última década, a rede mundial de computadores tem dado à luz um amplo leque de práticas que poderíamos denominar “confessionais”. Milhões de usuários de todo o planeta — gente “comum”, precisamente como eu ou você — têm se apropriado das diversas ferramentas disponíveis online, que não cessam de surgir e se expandir, e as utilizam para expor publicamente a sua intimidade. Gerou-se, assim, um verdadeiro festival de “vidas privadas”, que se oferecem despudoradamente aos olhares do mundo inteiro. (SIBILIA, 2008, p. 27).

A teórica argumenta que no contexto do século XXI, os indivíduos são convidados a se mostrarem e que a vida íntima tem sido cada vez mais experienciada em um regime de

visibilidade. É nesse cenário que, os indivíduos ao espetacularizarem a autoimagem, passam também a espetacularizar suas atividades rotineiras.

Nas palavras de Sibilia:

Em meio aos vertiginosos processos de globalização dos mercados em uma sociedade altamente midiaticizada, fascinada pela incitação à visibilidade e pelo império das celebridades, percebe-se um deslocamento daquela subjetividade ‘interiorizada’ em direção a novas formas de autoconstrução. (SIBILIA, 2008, p. 23).

Sibilia apresenta como os processos de subjetivação passam a se formar de maneira que o olhar alheio se faz imprescindível para esse processo. A autora ainda busca compreender certas práticas que consolidam o atual auge da exibição da intimidade (SIBILIA, 2008, p.16). A partir deste entendimento, é possível compreender melhor como se dá o processo de intensificação da produção de materiais sexuais e a disseminação não consensual destes.

Para destacar o conceito de midiaticização, utilizo do pesquisador dinamarquês Stig Hjarvard, teórico que se debruça sobre as relações entre mídia, cultura e sociedade. Apresenta-se que midiaticização pode ser compreendida como um processo que abrange todas as esferas da nossa sociedade e que tem trazido mudanças substanciais no modo como os indivíduos se relacionam.

Para Hjarvard a midiaticização se refere ao “processo pelo qual a sociedade, em grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica” (HJARVARD, 2012, p. 64). Essa lógica é a do espetáculo e do mercado que permeiam as relações sociais, fazendo que com os valores sejam mensuráveis a partir índices, sejam eles de ibope, comentários, *likes* entre outros.

Hjarvard também elabora sobre a possibilidade de acesso que a mídia móvel proporciona aos indivíduos alterando profundamente a maneira como as pessoas se relacionam com outras pessoas e também com o espaço-tempo.

Significa que os locais físicos se entrelaçam com um espaço virtual, na medida em que se torna possível realizar mais e mais práticas fora da localização física. Em geral, essa dimensão virtual torna as instituições mais frágeis porque é mais difícil controlar o comportamento das pessoas envolvidas. Crianças podem estar presentes no lar, juntas com seus pais, enquanto estão simultaneamente engajadas em interação com seus colegas. Um funcionário pode estar presente em seu local de trabalho, mas ele também pode estar batendo papo com seus amigos no *Facebook* ou cuidando de assuntos pessoais bancários em seu laptop. (HJARVARD, 2014, p.36).

Observa-se que a virtualização da interação social pode ser entendida como um dos produtos da midiaticização. O corpo na sociedade atual encontra no progresso tecnológico, que alcança níveis de profundas mudanças sociais e econômicas, novas possibilidades de experiências sexuais entre os sujeitos (DA SILVA; DA SILVA, p.1).

Eliseo Verón complementa apontando que uma sociedade midiaticizada é aquela em que se consideram os meios que estão instalados na mesma (2001) pois os meios representam as diversas facetas que compõem a sociedade, assim, constituem-se como uma espécie de espelho através do qual a sociedade industrial se reflete e comunica (2001, p.1). Nesse cenário, as pessoas passam a utilizar as tecnologias midiáticas como mediadoras de suas práticas diárias e até das relações particulares, as quais agora estão coligadas à lógica da mídia (SGORLA, 2009, p.62).

Em uma sociedade midiaticizada, vê-se que outras formas de sociabilidade têm surgido, incluso o leque das experiências sexuais mediadas pela tecnologia que tem se tornado cada vez mais extenso. Dessa maneira, retomo Sibilia (2008) que reflete sobre traços da subjetividade contemporânea que surgem nesse contexto:

Seja como for, em um ponto todos parecem concordar: neste novo contexto, as pessoas estão se tornando —mais visuais do que verbais. No compasso de uma cultura cada vez mais ancorada em imagens, desmonta-se o velho império da palavra, e proliferam fenômenos como os que estão no alvo desta tese, nos quais a lógica da visibilidade e o mercado das aparências desempenham papéis primordiais na construção de si e da própria vida como um relato. Não convém esquecer, porém, que isso ocorre em meio a um grau de espetacularização cotidiana que talvez nem o próprio Debord teria ousado imaginar. (SIBILIA, 2008, p. 48).

Sibilia argumenta que as forças históricas imprimem sua influência na conformação dos corpos e das subjetividades. Todos esses valores socioculturais, econômicos e políticos exercem uma pressão sobre os sujeitos dos diversos tempos e espaços, estimulando a configuração de certas formas de ser e inibindo outras modalidades (SIBILIA, 2008 p.15).

De modo a entender o contexto em que práticas como disseminação não consensual de conteúdo sexual ocorrem e se intensificam, ressalta-se a importância de compreender as mudanças tecnológicas como sendo alinhadas às transformações de outras esferas (culturais, sociais, econômicas etc.).

Com efeito, os atores sociais acabam reconfigurando seu modo de estar no mundo e são condicionados a uma nova experiência; a uma nova forma de existência social; a novos vínculos; a novos modos de agir, acolher significados e produzir sentidos; a novas estruturas para perceber e pensar o real; a novos mecanismos de tomadas de

decisão; e a novos meios de interagir e de comunicar que só têm validade na jurisdição da “sociedade midiaticizada”. Isso tudo repercute na construção dos sentidos socialmente compartilhados, produz novas acepções à cultura, aos hábitos, às condutas sociais, aos códigos, aos valores, às sensibilidades, inaugurando padrões identitários e interferindo densamente nos desenhos das sociabilidades já instituídas. (SGORLA, 2009, p.67).

É certo que se deve reconhecer que a crescente democratização da internet e a extensa diversificação de plataformas possuem um papel importante no sentido de favorecer o acesso dos indivíduos à rede. Entretanto, Hjavard destaca que a midiaticização deve ser compreendida como um processo recíproco entre a mídia e outros domínios ou campos sociais (2014, p.25).

De modo que, a midiaticização não deve ser entendida como a colonização definitiva pela mídia de outros campos, mas diz respeito, ao invés disso, à crescente interdependência da interação entre mídia, cultura e sociedade (HJAVARD, 2014, p.14).

Para falar de midiaticização como uma condição cultural e social, precisamos tanto de uma proliferação mais intensa dos meios de comunicação quanto de uma diferenciação moderna das esferas sociais através das quais a mídia surge como uma força institucional semi-independente, ao mesmo tempo em que se integra ao mundo cotidiano de outros espaços da sociedade. A condição midiaticizada implica que os meios de comunicação tanto conectam as partes individuais da sociedade mais ampla, ao constituírem espaços públicos comuns para a reflexão sobre assuntos coletivos, quanto estão situados dentro das unidades menores da sociedade, por exemplo, o universo familiar. (HJAVARD, 2014, p.32).

Nesse sentido, a partir da incorporação da tecnologia na vida das pessoas, o uso que será feito se relaciona intrinsecamente às questões sociais e culturais vigentes, não deixando margem para qualquer pensamento involucrado com determinismo tecnológico como mencionado no segundo capítulo desse trabalho.

Paula Sibilia (2015) recorda que estas transformações se iniciaram há décadas. De modo que os instrumentos, como celulares e computadores, por exemplo, foram integrados tão facilmente à sociedade, devido a estas mudanças sociais e culturais que já vinham ocorrendo ao longo do tempo.

Os artefatos técnicos mais recentes – tais como as redes sociais ou os telefones móveis com câmeras fotográficas e de vídeo incorporadas – são interpretados como um resultado desse processo histórico. Em vez de serem vistos de forma redutora ou apressada como a sua “causa”, portanto, eles constituem um sintoma dessas transformações mais profundas e determinantes, que vêm afetando fortemente os modos de ser e estar no mundo nas sociedades ocidentais. Em suma, foi precisamente porque tais mudanças já se assentaram suficientemente em nossa cultura, que esses aparelhos foram inventados e se popularizaram com tanta rapidez e eficácia. (SIBILIA, 2015, p. 135).

Com as condições culturais já pré-dispostas, a invenção e incorporação das ferramentas tecnológicas supre uma demanda que estava sendo delineada. Esse processo está intrinsecamente relacionado às transformações no processo de construção da subjetividade dos indivíduos e nas formas de se relacionarem entre si.

Em vez disso, a definição de quem é cada um parece emergir, cada vez mais, do que se vê. Essa categoria inclui não só o aspecto físico e tudo aquilo que costumava ser considerado “vãs aparências” diante da contundência da “beleza interior”, mas também os próprios atos que se expõem ao olhar alheio. Em suma: não apenas a cobiçada imagem de si que cada sujeito consegue projetar, mas também a performance da própria vida. Por isso, considerando a crescente importância dessa visibilidade na construção do eu e no compartilhamento do que se é, não surpreende que nos últimos anos tenham proliferado as vitrines midiáticas e artísticas destinadas a canalizar tais demandas. (SIBILIA, 2015, p.141).

O mais significativo dessa mutação é que as novas subjetividades não se constroem a partir de um cerne considerado interior e profundo, oculto e impalpável, mas elas se realizam no campo do visível: performam suas existências na visibilidade (SIBILIA, 2015, p.144). De forma que, observa-se que a intimidade que antes, era mais restrita e resguardada passa a ser experimentada de maneira diferente convertendo-se em extimidade.

É importante destacar o conceito de extimidade, construção teórica de Lacan que se tornou acessível a outras áreas do conhecimento principalmente a partir dos estudos desenvolvidos pelo psicanalista Serge Tisseron (NASCIMENTO; BALEN, 2019). Tisseron (2011) sobre a extimidade:

[...] é uma tendência que sempre existiu, mas foi sufocada por certas convenções socioculturais- que impele cada um a revelar parte de sua vida íntima, tanto em termos físicos quanto psíquicos. Vai além do mero exprimir-se, tratando-se do enriquecimento da intimidade a partir das reações que a exposição suscita nos outros e da reapropriação desses conteúdos pelo emissor. É o processo pelo qual os fragmentos do eu íntimo são oferecidos aos olhos dos outros a fim de serem validados e interiorizados em nova forma, reconhecendo ao outros o poder de informar o primeiro sobre ele mesmo. (TISSERON, 2011, p. 84).

A extimidade é a forma pelo qual algumas questões da intimidade são oferecidas aos olhos dos outros, visando validação ou invalidação e, com isso, a reapropriação em nova forma daquelas questões, transformando em maior ou menor medida a primeira pessoa (TISSERON, 2001, p. 52). O autor ainda complementa.

Por tal motivo, em vez das sondagens introspectivas que os diários íntimos ou as cartas e o álbum de fotos familiar alimentavam – ou, por que não, o psicanálise e a confissão

intimista, enfim, todas essas técnicas modernas que se usavam para construir a subjetividade –, em vez desse tipo de olhar para “dentro”, portanto, agora se estimula de maneira crescente uma espetacularização do eu (SIBILIA, 2008, p.45).

Nessa linha, Bolesina complementa, afirmando que a extimidade é a revelação “de partes selecionadas da intimidade e o recebimento do *feedback* que é reabsorvido e, no fechar desse ciclo, tem-se o enriquecimento da intimidade, e a transformação da própria identidade. É “ver-se através dos olhos do outro.” (BOLESINA, 2017, p. 187).

Bolesina argumenta que o gozo da intimidade “deixa de ser um pecado ou uma vergonha para tornar-se a fruição da própria existência humana” (BOLESINA, 2017, p.11). Dentro desse contexto, Fernanda Bruno em sua pesquisa “Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação” (2004) comenta sobre essas mudanças:

Dos *reality shows* às redes sociais, convida-se o outro, numa espécie de voyeurismo simulado, a penetrar na intimidade, naquilo que aí ocorre de mais corriqueiro. Aquele que por ora está na condição de espectador é chamado a participar ativamente nestas novas modalidades de exposição de si. Se o eu se constitui na imagem e como imagem, é preciso que ele tome para si seus atributos contemporâneos, ampliando a sua margem de interatividade. O eu-imagem deve ser reativo ao olhar do outro. Sua autenticidade não mais se esconde por trás de signos a interpretar, mas se constitui no ato mesmo de se fazer ver pelo outro. (BRUNO, p.67, 2004).

Redes de *Wifi*, computadores pessoais e portáteis, de uso individual com câmera, tela e conectados permanentemente são somente alguns exemplos dessas invenções que ainda são recentes, mas que já se encontram super assentados na sociedade. Sendo nesse contexto de compatibilização com esses dispositivos, e seus modos de vida, que o problema da disseminação não consensual se intensifica como fenômeno.

Desde a década de 1990, com a difusão das mídias digitais e da Internet, a valorização da *performance* e da autonomia ganha novo fôlego com a possibilidade de os indivíduos passarem a produzir e distribuir informação e conteúdos diversos – música, literatura, vídeo, vida pessoal, etc. Sabe-se que há aí potencialidades múltiplas que certamente não se reduzem a uma mera capitalização das performances individuais (BRUNO, p.175, 2004).

É preciso compreender que as consequências de divulgar sem autorização uma imagem ou vídeo sexual podem afetar diversos âmbitos da vida de uma pessoa. Não é porque a violência ocorreu *online* que os efeitos deste ato ficarão restritos àquele ambiente. Nesse sentido, o pesquisador norte-americano Nancy Baym também argumenta que a internet não é um espaço

à parte, mas um instrumento adicional que as pessoas usam para se conectar e que se mistura à vida cotidiana (BAYM, 2010, p.152).

As orientações determinísticas para a comunicação digital são frequentemente construídas sobre esse sentido da comunicação mediada como separadas e diferentes da interação face a face real e encarnada. O determinismo se baseia na justaposição on-line com o off-line, comparando, contrastando e procurando linhas claras de influência. (BAYM, 2010, p.152, Tradução Livre) ¹⁴³.

Baym ainda ressalta que podem existir reinos de fantasia em que alguns indivíduos usam a internet para criar ‘eus’ sem nenhum peso em seus ‘eus’ *offline*, mas, ainda assim, se for feito um exame minucioso as fronteiras transbordam (BAYM, 2010, P.76, Tradução Livre)¹⁴⁴ não sendo possível dissociar completamente um do outro.

Nas palavras do autor:

As orientações deterministas para a comunicação digital são frequentemente construídas sobre esse sentido da comunicação mediada como separadas e diferentes da interação face a face real e encarnada. O determinismo é construído justapondo o online ao offline, comparando, contrastando e procurando linhas claras de influência. No entanto, como vimos ao longo deste livro, a ideia de que estes são domínios separados não se sustenta no escrutínio. (BAYM, 2010, p.152, Tradução Livre).

Daí sua relevância no sentido de pensarmos também as questões referentes ao alcance e potencialidade da disseminação não consensual de conteúdo sexual. As imagens e vídeos, mesmo que produzidos sob um acordo tácito de confiança, quando disseminados na internet ganham outros entornos que não ficam restritos às redes.

Se nós vemos as conexões digitais como parte integrante de nossas vidas cotidianas e contextos sociais, é difícil vê-los como agentes de relações relacionais radicais transformação, seja utópica ou distópica. Não há portas onde podemos verificar nossas identidades pessoais, sociais, culturais e históricas e visões de mundo antes de entrar. Nós não somos livres para criar inteiramente novos tipos de comunicação, eus, relacionamentos, grupos, redes ou os mundos. Nem somos forçados a um mundo alternativo de simulações superficiais de troca de mensagens inautênticas que nos levam mais longe de outro. A mídia digital não está nos salvando ou nos arruinando. Eles não estão nos reinventando. Mas eles estão mudando as formas como nos relacionamos com os outros e nós mesmos de inúmeras maneiras difundidas. Nós ficamos em contato com mais pessoas por mais tempo e em distâncias maiores.

¹⁴³ “Deterministic orientations towards digital communication are often built on this sense of mediated communication as apart and different from real, embodied face to face interaction. Determinism is built on juxtaposing the online with the offline, comparing, contrasting, and looking for clear lines of influence” (BAYM, 2010, p.152).

¹⁴⁴ “There may be fantasy realms where people use the internet to create selves with no bearing on their offline selves though, on close examination, even there the lines bleed.” (BAYM, 2010, p.176)

Encontramos e compartilhamos recursos de apoio que nunca poderíamos acessar antes. Criamos grupos e relacionamentos que ultrapassam fronteiras que raramente poderíamos abranger antes. Em alguns casos, nós vagamos em más circunstâncias, teríamos sido melhor sem. Em outros, encontramos novas oportunidades. (BAYM, 2010, p.17 Tradução livre)¹⁴⁵.

Assim, é possível observar que em uma sociedade mediatizada práticas sociais podem surgir, se reinventar, se perpetuar ou/e se potencializar. Nesse contexto de grandes e rápidas transformações, vê-se que a disseminação não consensual tem sido amplamente praticada. Se constituindo como mais uma, entre tantas maneiras distintas, de causar danos às mulheres que não correspondem às expectativas do sistema patriarcal. Noto que o meio virtual pode facilitar processos de desumanização do outro, mobilizados com frequência para reproduzir sistemas discriminatórios baseados em gênero, raça, orientação sexual, etc. (DAMITZ; FARIA, 2017, p.78).

Compreende-se, portanto, que esse ‘estar’ na *internet* e o uso feito das novas tecnologias reflete os anseios, medos, preconceitos, desejos e pensamentos dos indivíduos. De modo que, se na cultura operante há violência de gênero, tais práticas abusivas também estarão presentes nas redes.

Resta, assim, problematizar os usos feitos das novas tecnologias abordando as implicações que podem emergir quando o intuito é causar dano a outrem.

¹⁴⁵ If we see digital connections as part and parcel of our everyday lives and social contexts, it's hard to see them as agents of radical relational transformation, either utopian or dystopian. There are no doors where we can check our personal, social, cultural, and historical identities and world views before entering. We are not free to create entirely new kinds of communication, selves, relationships, groups, networks, or worlds. Nor are we forced into an alternative world of shallow simulations of inauthentic message exchange that take us farther from one another. Digital media aren't saving us or ruining us. They aren't reinventing us. But they are changing the ways we relate to others and ourselves in countless, pervasive ways. We stay in touch with more people for longer and across greater distances. We find and share supportive resources we could never access before. We create groups and relationships that cross boundaries we could rarely span before. In some cases, we wander into bad circumstances we would have been better off without. In others we find new opportunities. (BAYM, 2010, p.17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação das tecnologias como mediadoras das relações sociais altera as maneiras como os indivíduos interagem entre si, como constroem suas subjetividades e se portam no mundo. Em um contexto marcado por constantes reconfigurações e por uma cultura que incentiva a espetacularização, se faz necessário refletir sobre práticas que encontram nas redes canais para serem reforçadas, reinventadas e/ou perpetuadas.

Assim, para entender os processos acerca da disseminação não consentida de imagens ou vídeos sexuais, foi preciso reflexionar sobre a confluência da tecnologia e o contínuo processo de transformação das práticas sociais dos indivíduos. Foi possível observar que as mudanças tecnológicas se alinham a aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais de cada sociedade, resultando em usos diversos das ferramentas disponíveis. É importante destacar que as tecnologias são "efeito e instrumento" desses processos, não sua "causa". As tecnologias não são neutras, mas são históricas. Nesse sentido supõem, propõem e estimulam determinados usos em detrimento de outros.

Nesse contexto, observa-se que as transformações que ocorrem na vida íntima são provenientes também das mudanças que ocorrem a nível global. Fala-se de um mundo social extremamente dinâmico, no qual os indivíduos têm suas vidas atravessadas pela tecnologia. Criam-se as condições ideais para que práticas como a de registrar momentos íntimos sejam incorporadas ao cotidiano dos indivíduos.

Com isso, diagnostica-se que fotografar-se ou gravar-se nu, masturbando-se ou tendo relações sexuais é cada vez mais comum. A produção de imagens do corpo nu ou praticando atos sexuais tem sido amplamente incorporada como mais uma forma de experimentar prazeres.

De modo que, nessa dissertação refletiu-se, mais enfaticamente, sobre duas situações específicas que permeiam a discussão em torno da disseminação não consensual de conteúdo sexual. A primeira delas é quando tais materiais fazem parte de uma narrativa sexual maior. Quando imagens, vídeos e/ou áudios com conteúdo sexual podem ser considerados como manifestações eróticas, principalmente, por ambas as partes usufruírem de algum prazer ao produzir, enviar ou receber tais materiais. Nesse contexto, não há violência, uma vez que as partes estão respeitando o acordo, ainda que muitas vezes tácito, de trocarem mensagens entre si. A partir do momento em que tais materiais são divulgados sem o consentimento, o cenário já é outro.

Já o outro espectro de situações abordadas por esta dissertação envolve também os casos

onde a coerção e desrespeito ao consentimento se fazem presentes já no início. Há mulheres que são pressionadas e coagidas a produzir tais imagens. Como quando a interlocutora Annmarie relata que foi constrangida por seu ex-namorado a produzir e enviar fotos em que aparecia nua. O destaque dessas diferenças no momento da produção possibilitou observar como as tensões entre sexualidade e a violência surge também a partir do uso dos aparatos tecnológicos.

Os aspectos tensionados neste trabalho sugerem que a moralidade sexual tem se transformado ao longo das últimas décadas. Ainda que seja possível observar que, quando tais materiais são retirados do contexto de intimidade, a censura sobre a sexualidade feminina reaparece com toda a força. Como foi mencionado, nem sempre a violência tem início na produção, entretanto, quando adentramos a discussão sobre a disseminação não consensual estamos refletindo sobre casos onde a falta de consentimento é sempre presente no momento da divulgação.

As motivações para o perpetrador veicular esses materiais sem autorização são diversas. Na presente dissertação foram apresentados uma variedade de casos que vão desde o desejo por lucro até a tentativa de “retomar o poder” sobre outra pessoa ou relação. Nessa perspectiva, chama-se atenção para quando os perpetradores buscam vingança de sua ex-parceiras. Tais indivíduos buscam infringir danos por considerarem que elas foram desviantes em suas condutas e/ou não corresponderam às suas expectativas.

Nessas situações, destaca-se que esforços são empreendidos para minar as relações pessoais, sociais e profissionais das mulheres vítimas. Junto dos materiais, muitas vezes, são colocadas diferentes informações sobre essas mulheres. Desde o nome, endereço, número de telefone celular, local de trabalho, profissão, entre outros.

Diagnostica-se, portanto, que os indivíduos podem usar das redes para vivenciar desejos e prazeres. Sendo que, nesse universo, o que também não fica de fora é a violência.

A violência de gênero tem sido historicamente utilizada como instrumento para normalização de condutas. A mulher que age em desconformidade com os preceitos estabelecidos é passível de ser desqualificada em praça pública, ou, nesta situação, nas redes.

A posta cena do sexo ativa sentimentos – que muitas vezes são incitados por terceiros - como a vergonha - e a sensação de perder controle sobre o próprio corpo. Neste cenário, a performance sexual, quando vista por um público não previsto geram uma série de problemáticas. Discutiu-se as consequências sociais, financeiras e também psicológicas para

as vítimas ao experimentar o trauma de ser vítima da disseminação não consensual, deixando evidente a semelhança desta violência com outras ofensas sexuais.

A partir da entrevista com as interlocutoras, foi possível observar que em ambos os casos, os autores dos compartilhamentos das imagens das interlocutoras Rose Leonel e Annmarie Chiarini tinham como objetivo causar dor a sua ex-parceiras ao disseminar tais materiais. Sabendo que o regime de gênero vigente atribui qualidades a mulheres que “ousam” exercer sua sexualidade, tais homens encontram as condições ideais para concretizar tamanha violência.

Dando continuidade, neste trabalho também foi utilizado o conceito de agência principalmente para pensar a produção de materiais íntimos e a experiência de mulheres vítimas da prática que decidem incorporar a luta contra a disseminação não consensual de conteúdo sexual. A decisão do enfrentamento, seja buscando as vias jurídicas ou expondo sua versão sobre ocorrido, serve também para quebrar os preconceitos que cercam essas mulheres. Por terem sido vítimas, por vezes são consideradas ingênuas e/ou frágeis. Questionamentos como “por que se deixou gravar?” ignoram que essas mulheres são seres plenos e capazes de tomar decisões.

Outras atribuições às vítimas vão de encontro a ofensas sexuais que buscam desqualificar a mulher utilizando de sua sexualidade (entre os xingamentos pode-se pensar em piranha, puta, vagabunda, vadia entre outros). Para as mulheres que são vitimadas, é possível observar a importância de reforçarem - interiormente e/ou exteriormente - como sendo seres humanos livres cujo exercício da sexualidade é parte – natural – de suas vidas.

As violências que sucedem a divulgação se relacionam a uma sociedade que historicamente exime a responsabilidade de perpetradores de ofensas sexuais e desqualifica mulheres por estas não reservarem seus corpos somente a reprodução. Tal entendimento auxilia a compreender que a vergonha não se encontra necessariamente no ato sexual em si, mas sim na exposição indevida. Por serem vistas por uma série de outras pessoas que não faziam parte daquele contexto de intimidade inicial.

Destaca-se, portanto, que a violência de gênero precede ao advento das novas mídias, mas que, com o grande espectro de possibilidades que a tecnologia oferece, o indivíduo decide por si qual é o uso que fará destas ferramentas que estão a sua disposição. Se na cultura operante há violência de gênero, tais práticas abusivas também estarão presentes nas redes.

Observei que esses processos têm tornado a disseminação não consensual difícil de ser ignorada pelo âmbito legislativo. Há uma demanda para que respostas sejam dadas a esse tipo

de prática. Vê-se que tais discussões começam a ganhar força nos últimos anos. Sendo que no contexto brasileiro foi a partir de 2013, após o suicídio de duas adolescentes, que a temática entrou na agenda pública.

O Brasil passou a contar com uma lei que torna a disseminação não consensual de conteúdo sexual um crime somente no ano de 2018. Por ainda ser uma mudança bastante recente, são poucos os estudos disponíveis sobre seus efeitos e eficácia. Ainda assim, a aprovação demonstra a crescente preocupação da sociedade com a temática, como bem pontua a interlocutora Rose Leonel, que teve participação ativa nesse processo. A lei se configura por ser um importante primeiro passo para o enfrentamento da prática.

Com relação ao contexto internacional foi apresentado um breve panorama sobre a aprovação de leis em diferentes países. Focalizou-se no contexto dos Estados Unidos, mais especificamente sobre o estado de Maryland, por este ser o local de residência e da luta empreendida por Annmarie Chiarini. Nota-se que há um movimento internacional no que diz sentido a aprovação de leis e aumento da sensibilização para a temática.

Ainda que as mudanças na legislação sejam extremamente importantes, as interlocutoras convergem que é preciso mudar o plano de fundo cultural para que o exercício sexualidade feminina não seja permeado por constrangimentos. De modo que, a partir do que foi apresentado, fica evidente que a discussão a disseminação não consensual de conteúdo sexual pertence a uma questão cultural maior.

A violência que é perpetrada por outrem, muitas vezes revela tentativas de cercear a autonomia do corpo e liberdade sexual feminina. Nesse caso, vê-se que a decisão pelo enfrentamento das interlocutoras vai de encontro, não só pela busca por justiça, mas também a reafirmação da autonomia de seus próprios corpos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA Beatriz A L. **“Ih, vazou!”: Pensando gênero, sexualidade, violência e internet nos debates sobre ‘pornografia de vingança’**. Cadernos de Campo (USP), v. 25, 2016.

_____. **A Internet não gosta de mulheres?** Gênero, sexualidade, e Violência nos debates sobre “pornografia de vingança”. Anais da V Reunião Equatorial de Antropologia; XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste, 2015. Disponível em: http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020264_20_06_2015_19-38-29_3450.PDF Acesso em: 22. Mai 2019.

_____. **“Caiu na rede é crime: Controvérsias sobre a pornografia de vingança”**. IV Enadir USP, São Paulo, 2015.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; PINHEIRO, Ivonete. **Mitos: Pilares que sustentam o patriarcado, na perspectiva de Simone de Beauvoir**. 18º Redor – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações Gênero, 2015.

ALVES, Cida. **Pornografia de vingança roupa nova para velha opressão sobre as mulheres e seus corpos**. Disponível em: http://toleranciaecontentamento.blogspot.com.br/2015_05_01_archive.html Acesso em: 20 mai. 2019.

BARROS, S. C; RIBEIRO, P. R. C; QUADRADO, R. Q. **Sexting: a espetacularização da sexualidade**. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v.24, n.45, 2014.

BATES, Samatha. **Revenge Porn and Mental Health**. Feminist Criminology, 12(1), 22-42, 2017.

BAYM, Nancy. **Personal Connections in the Digital Age**. Cambridge, Polity Press, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo – A experiência vivida**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. **O segundo sexo – Fatos e mitos**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

BELELI, Iara. **Amores online**. In: PELÚCIO, Larissa et al. (Org.). Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2012.

_____. **“O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais”**. Cadernos Pagu (44), Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, p. 91-114, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332015000100091&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

BELEZIA, Priscila. **Sexting: Exposição da intimidade e gênero**. Artigo (Bacharelado em Psicologia). Universidade Católica de Brasília, 2015, Brasília. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/123456789/8839/1/PriscilaBeleziaTCCGraduacao2015.pdf> Acesso em: 17 mai. 2019

BENTES, Ivana. **“Nós somos a rede social”**. ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. In: *@internet e #rua*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BEZERRA JÚNIOR, S. M. **O Facebook zela por ti: um olhar acerca da rede social, exposição, vigilância e mídia**. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012. Disponível em < <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2600>. Acesso em 30 de out 2019.

BLOOM, Sarah. **No Vengeance for 'Revenge Porn' Victims: Unraveling Why this Latest Female-Centric, Intimate-Partner Offense is Still Legal, and Why We Should Criminalize It**, 42 Fordham Urb. L.J. 233, 2014.

BOESCHEN, Laura. E. K., M. P., Figueredo, A. J., & Coan, J.A.. **Experiential avoidance and post-traumatic stress disorder**. Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 4, 2001.

BOLESINA, Iuri. **O direito à intimidade: as inter-relações entre identidade, ciberespaço e privacidade**. Florianópolis: Empório do Direito, 2017. p. 194/195.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais**. Em Tese: revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRASIL. **Lei 12.735/2012**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12735.htm> Acesso em 18 mar. 2019

BRASIL. **Lei 13718/2018**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13718-24-setembro-2018-787192-publicacaooriginal-156472-pl.html> Acesso em: 27. Out. 2019.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação**. Revista FAMECOS. N. 24, 2004.

BUZZI, Vitória de Macedo. **Pornografia de vingança: contexto histórico-social e abordagem no direito brasileiro**. 1. ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

CANAVÊS, Fernanda. **O trauma em tempos de vítimas**. Ágora, 18(1), 2015.

CAMPBELL, Rebecca. **The psychological impact of rape victims' experiences with the legal, medical, and mental health systems**. The American Psychologist, 63, 2008.

CARVALHO, Guilherme Paiva; QUEIROZ, Aryanne Sérgia. **Discurso, poder e sexualidade em Foucault**. In: Revista Dialectus, n.11, 2017.

CÉSAR, Maria Rita de Assis.” **Gênero, Sexualidade e Educação: notas para uma “Epistemologia”**. Educar em Revista, Curitiba, nº35, Editora UFPR, 2009.

CIRINO, Oscar. **O desejo, os corpos e os prazeres em Michel Foucault**. *Mental* [online]. vol.5, n.8, 2007.

CODING RIGHTS; INTERNETLAB. **Violências contra mulher na internet: diagnóstico, soluções e desafios.** Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo, 2017

DA SILVA, Amanda. **Da “Ideologia de Gênero” à família heteronormativa: uma análise do plano municipal de Curitiba.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Curitiba, 2017.

DAMITZ, Caroline Vasconcelos; FARIA, Josiane Petry. **Porn revenge: uma questão de gênero.** Rev. Estudos Legislativos, Porto Alegre, ano 11, n. 11, 2017.

DE LAURETIS. **Através do Espelho: mulher, cinema e linguagem.** In: Revista Estudos Feministas. V.1, N.1. 1993.

DELEUZE, G. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle.** In: Conversações. Trad. de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FARIA, Fernanda Cupolillo Miana de; ARAÚJO, Júlia Silveira de; JORGE, Marianna Ferreira. **Caiu na Rede é Porn: Pornografia de Vingança, Violência de Gênero e Exposição da “Intimidade”.** Contemporanea | Comunicação e Cultura, v.13, n.03,2015.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. **L’empire du traumatisme: enquête sur la condition de victime.** Paris: Flammarion, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber.** 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FRANKS, Mary Anne. **Revenge Porn’ Reform: A View from the Front Lines.** Florida Law Review, University of Miami Legal Studies Research Paper, 2018.

FRANKS, Mary Anne. **Drafting An Effective “Revenge Porn” Law: A Guide for Legislators.** Cyber Civil Rights Initiative. 2006. [S.I] Disponível em: <https://www.cybercivilrights.org/wp-content/uploads/2016/09/Guide-for-Legislators-9.16.pdf> Acesso em: 25 dez. 2019.

FRAZIER, Patrícia A J. **Perceived control and distress following sexual assault: a longitudinal test of a new model.** Pers Soc Psychol. Jun; 84(6):1257-69, 2003.

GIDDENS, Anthony. LOPES, Magda (Trad.) **A transformação da intimidade: sexualidade, amor erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo, Editora da Universidade Estadual paulista, 1993.

GIDDENS, A. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **Modernidade e identidade.** Editora Jorge Zahar, 2003.

_____. **Modernity and Self-Identity: self and society in the Late Modern Age.** Stanford: Stanford University Press, 1991.

GREGORI, Maria Filomena. “**Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo**”. Revista de Antropologia, v. 51, n. 2, 2008.

GREGORI, Maria Filomena. **Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. Maria Filomena. **Relações de violência e erotismo.** Cad. Pagu [online]. 2003, n.20, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332003000100003&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 02 set. 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf> Acesso em: 09 nov. 2019.

GOMES, Pedro Gilberto. **Midiatização: um conceito, múltiplas vozes.** IN: NETO, Antonio Fausto (org). Relatos de investigaciones sobre mediatizaciones. Rosario: UNR Editora, 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22253/14176> Acesso em: 24 fev. 2019.

GONÇALVES, Ana Paula Schwelm; ALVES, Fabrício da Mota. **A vingança pornô e a Lei Maria da Penha.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 4987, 25 fev. 2017. Disponível em: Acesso em: 18 mar. 2019.

GONÇALVES, Vanessa Chiarini. ALMEIDA, Marina Nogueira De. **A Exposição Pública não consentida da intimidade sexual: entre a tipificação e a culpabilização da vítima.** Revista de Criminologias e Políticas Criminais. Porto Alegre, v. 4, n. 2, Jul/Dez. 2018.

GROSS, Jacson; CARLOS, Paula Pinhal de. **Da construção da sexualidade aos direitos LGBT: uma lenta conquista.** Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.10, n.2, 1º quadrimestre de 2015. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791. Acesso em: 11 jun. 2019.

GRUNVALD, Vitor. (2018). **Prazeres perigosos.** Cadernos De Campo (São Paulo 1991), 27(1), 406-414. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v27i1p406-414> Acesso em: 09 nov.2019.

GUERRA, Paula. **Corpo, historicidade e moderna teoria social.** Projeto Pedagógico da Unidade Curricular Correntes Atuais da Sociologia II. 10 páginas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <http://paulaguerra.pt/corpo-historicidade-e-moderna-teoria-social> Acesso em: 11 jun. 2019.

HALL, Matthew; HEARN. Jeff. **Revenge pornography and manhood acts: A discourse analysis of perpetrators' accounts.** Journal of Gender Studies, 2017.

HASINOFF, Amy Adele. **Introduction Sexting Panic: Rethinking Criminalization, Privacy, and Consent.** University of Illinois Press, 2015. Disponível: www.jstor.org/stable/10.5406/j.ctt13x1kx6.5. Acesso em: 10 mar. 2019.

HEILBORN, Maria Luiza. **Construção de si, gênero e sexualidade.** In: HEILBORN, Maria Luiza. (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/97_1512_contrucaodesi.pdf. Acesso em: 20. mai. 2019

HJARVARD, Stig. **Midiatização: Teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural.** In: *Matrizes*, Ano 5, Nº 2 jan./jun. 2012 - São Paulo, 2013.

LIMA, Maria Marques de. **A exibição da intimidade em meio à sociedade do espetáculo.** RUA, 22(2), 2016. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/index.php?r=resenha%2Fleitura&id=7> Acesso em: 19 out. 2019.

LINCOLN Yvonna S.; GUBA, Egon G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens.** 2a edição. São Paulo: Artmed/Bookman, 2006.

MACHADO, Jorge Alberto S. **Ativismo em Rede e Conexões Identitárias, novas perspectivas para os movimentos sociais.** Sociologias, Porto Alegre, ano 09, nº 18, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5657/3256>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MACHADO, Jorge. **Internet, Ativismo Político e Controles Governamentais.** Paper apresentado no XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Campinas, Brasil, 1 a 5 de setembro de 2003.

MISKOLCI, Richard. **“Do armário à discrição? Regimes de visibilidade sexual das mídias de massa às digitais”**, in PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloísa; SABATINE, Thiago. *No Emaranhado da Rede: gênero, sexualidade e mídia; desafios teóricos e metodológicos do presente.* São Paulo: Annablume Queer, 2011.

_____. **Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais.** Cronos. Vol. 12, n.2, jul./dez. 2011.

MONTICELLI, Thays Almeida. **“Eu não trato empregada como empregada”:** empregadoras e o desafio do trabalho doméstico remunerado. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017

_____. **“A sala de visitas”:** contextos, teorias e marcos metodológicos. In: **Diaristas, afeto e escolhas: ressignificações no trabalho doméstico remunerado.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/31030/R%20-%20D%20-%20THAYS%20ALMEIDA%20MONTICELLI.pdf?sequence=1>. Acesso em 05 out. 2019

NASCIMENTO, Valéria Ribas; BALEM Isadora Forgiari. **O direito fundamental à privacidade na internet 4.0:** os desdobramentos jurídicos possíveis a partir das novas tecnologias informacionais. Anais do 5º congresso brasileiro de direito e contemporaneidade. Universidade Federal de Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgd/wp-content/uploads/sites/563/2019/09/10.3.pdf> Acesso em 05 out. 2019

NERIS, Natália; RUIZ, Juliana Pacetta; VALENTE, Mariana Giorgetti. **Análise comparada de estratégias de enfrentamento a "revenge porn" pelo mundo.** Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017.

NERIS, Natália; RUIZ, Juliana Pacetta; VALENTE, Mariana Giorgetti. **Enfrentando Disseminação Não Consentida de Imagens Íntimas:** uma análise comparada. Disponível em: <http://www.internetlab.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/Neris_Ruiz_e_Valente_Enfrentando1.pdf>. Acesso em 30 out 2019.

NUNES, Ioná Raquel Bath Shalon.; LOPES, Paulo Fernando Carvalho Lopes. **Estou online - a extimidade e o processo de midiaticização em um instablog de moda teresinense.** SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MEDIATIZAÇÃO E PROCESSOS SOCIAIS, 2., 2018, São Leopoldo. Anais... São Leopoldo: Unisinos, 2018. Disponível em: Acesso em: 06 nov. 2019.

OLIVEIRA, Gerson F. M., Maria L. C. **Modernidade e reflexividade:** considerações à luz do pensamento de Anthony Giddens. Revista Espaço Acadêmico- Nº 170 julho/2015 Mensal.

PALMA, Maria Fernanda. **Direito Penal – Conceito material de crime, princípios e fundamentos. Teoria da Lei Penal:** interpretação, aplicação no tempo, no espaço e quanto às pessoas. 2ª ed., rev. e ampl, 1ª reimpressão. Lisboa: AAFDL, 2017.

PEREIRA, Augusto C. **A criminalização do Revenge Porn.** Revista Âmbito Jurídico. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18796&revista_caderno=3 Acesso em: 04 fev. 2019.

PELÚCIO, Larissa et al. **No emaranhado da rede:** gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente. São Paulo: Annablume, 2015.

PEREIRA, Luciana. **Generalizando o gênero e pensando sua articulação com a prostituição.** 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1247&tmpl=component&Itemid=171 Acesso em: 11 jun. 2019.

RAMOS, Jair S. **A sexualidade como campo de batalha na internet:** grupos religiosos e movimentos feminista e LGBT na luta em torno dos direitos sexuais. In: Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindóia, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIFIOTIS, Teophilos. **Judiciarização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'**. Revista Katálysis (Impresso), v. 11, 2008.

RONDINA, João Marcelo. MOURA, Julia Lucila. CARVALHO, Mônica Domingues. **Cyberbullying: o complexo bullying da era digital**. 2016. - Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais, 2016.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais no Ciberespaço: Uma proposta de Estudo**. 2005.

RUBIN, Gayle: **“Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”**. In: NCE, Carole S.(ed.). *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*, Routledge & Kegan, Paul, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, C. **A vítima como figura contemporânea**. Caderno CRH. Salvador, v. 24, n. 61, 2011. Disponível em: Acesso em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000100004 22 out. 2019.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SGORLA, Fabiane. **Discutindo o processo de mediação**. Mediação, Belo Horizonte, v. 9, n. 8, jan/jun de 2009. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/285>. Acesso em: 07 fev.2019.

SIBILIA, Paula. **A nudez auto exposta na rede: deslocamentos da obscenidade e da beleza?** *Cadernos Pagu*, nº44, jan-jun 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332015000100171&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso: 10 mai. 2019.

_____. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2008.

_____. **O show do eu: subjetividade nos gêneros confessionais na Internet**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 240 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Paula. **O universo doméstico na era da extimidade: nas artes, nas mídias e na internet**. Revista Eco Pós, 2015.

SWAIN, Tânia N. **Corpos construídos, superfícies de significação, processos de subjetivação**. UNB. In: *A CONSTRUÇÃO dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2008. Disponível em: http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-corpos_construidos.pdf. Acesso em: 11 jun. 2019.

SYDOW, Spencer Toth. **Análise preliminar da Lei no. 13.772/18 e o novo delito de Exposição da Intimidade Sexual.** [S.I] Disponível em: <https://s3.meusitejuridico.com.br/2019/01/016224c6-exposicao-da-intimidadesexual-v2-finalizada.pdf> Acesso em: 25 dez. 2019.

TAVOLARO, Lília G. M. e TAVOLARO, Sergio B. F. “**Corpo e Modernidade na abordagem de Anthony Giddens: Uma Reflexão à Luz do Discurso pela Humanização do Parto**”. Paper apresentado no 34º Encontro Anual da AMPOCS, 2010. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/34-encontro-anual-da-anpocs/st-8/st22-5/1569-1stavolaro-corpo/file> Acesso em: 11. Jun. 2019.

TISSERON, Serge. **Intimité et Extimité.** In: Communications, 88 (Cultures du numérique par Antonio A. Casilli), 2011.

TRINDADE, Lorena de Andrade. **Pornografia de Vingança: Da vergonha à exposição positiva.** Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017.

VALENTE, Mariana Giorgetti; NERIS, Natália; RUIZ, Juliana Pacetta; BULGARELLI, Lucas. **O Corpo é o Código: estratégias jurídicas de enfrentamento ao revenge porn no Brasil.** Internet Lab: São Paulo, 2016.

VANCE, Carole. **Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality.** 1 ed. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1984.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar.** In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

VERÓN, Eliseo. **El living y sus dobles: arquitecturas de la pantalla chica.** In: El cuerpo de las imágenes. Buenos Aires: Editorial Norma, 2001. Disponível em: <http://ariel-amadio.com/docencia/wp-content/uploads/2013/08/El-living-y-sus-dobles-Eliseo-Veron.pdf> > Acesso em: 24. out. 2018.

WEBB, Lewis. **Shame transfigured: Slut-shaming from Rome to cyberspace.** In: First Monday, Vol. 20, nº 4, 2015.

WEINTRAUB, Ana Cecília Andrade de Moraes and VASCONCELLOS, Maria da Penha Costa. **Contribuições do pensamento de Didier Fassin para uma análise crítica das políticas de saúde dirigidas a populações vulneráveis.** Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2013, vol.20, n.3, pp.1041-1055. ISSN 0104-5970. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-597020130003000016>. Acesso em: 17 out. 2019.

WHITNEY, Irene; SMITH, Peter k.. **A survey of the nature and extent of bullying in junior/middle and secondary schools.** ¹⁴⁶Educational Research, 1993.

YIN, R.K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.